

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA
MESTRADO EM LINGUÍSTICA**

ELAINE REGINA FRANCO MAGRO

**OS EFEITOS DE SENTIDOS NO NOME RABO DA GATA: UM ESTUDO
SEMÂNTICO DO ACONTECIMENTO DA LINGUAGEM**

Cáceres - MT

2016-03-31

ELAINE REGINA FRANCO MAGRO

**OS EFEITOS DE SENTIDOS NO NOME RABO DA GATA: UM ESTUDO
SEMÂNTICO DO ACONTECIMENTO DA LINGUAGEM**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade do Estado de Mato Grosso, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Linguística, sob a orientação da Professora Dra. Edileusa Gimenes Moralis.

Cáceres - MT

2016-03-31

Magro, Elaine Regina Franco

Os Efeitos de sentidos no nome Rabo da Gata: um estudo semântico do acontecimento da linguagem./Elaine Regina Franco Magro. Cáceres/MT: UNEMAT, 2016.

106f.

Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado de Mato Grosso. Programa de Pós-Graduação em Linguística, 2016.

Orientadora: Edileusa Gimenes Moralis

1. Semântica do acontecimento. 2. Nomeação da rua - semântica do acontecimento. 3. Sentido – efeito – nome Rabo da Gata. I. Título.

CDU: 81'37(817.2)

ELAINE REGINA FRANCO MAGRO

**OS EFEITOS DE SENTIDOS NO NOME RABO DA GATA: UM ESTUDO
SEMÂNTICO DO ACONTECIMENTO DA LINGUAGEM**

BANCA EXAMINADORA

Dra. Edileusa Gimenes Moralis (Orientadora - PPGL/UNEMAT)

Dr. Taisir Mahmudo Karim (Membro - PPGL/UNEMAT)

Prof. Dr. Eduardo Roberto Junqueira Guimarães (Membro – IEL/UNICAMP)

APROVADA EM: 31/03/2016

DEDICATÓRIA

A *Deus*, fonte de minha vida e serenidade de espírito;

A minha primeira professora que com amor segurou a minha mão e ensinou-me as primeiras
letras, minha *Mãe*, Maria Alves Franco (*in memoriam*);

Aos meus filhos *João Augusto* e *Otávio Augusto*;

Às *Famílias Pioneiras* de Araputanga-MT.

AGRADECIMENTOS

Ao meu Anjo da Guarda, pela proteção e cuidado;

Ao meu esposo Agnaldo Magro, pelo total apoio e confiança, por compartilhar de meus sonhos e compreender minhas ausências e anseios;

Ao meu filho João Augusto, meu amor maior, por sempre ter me dado apoio e por seu exemplo de filho, por tudo que fez enquanto eu não pude estar presente, pela responsabilidade, pelo cuidado com o Tavinho, por saber compreender as distâncias e por entender que este é um de meus sonhos;

Ao meu filho Otávio Augusto, meu amorzinho, por sempre estar ao meu lado, por ter sua companhia nas horas de estudo, meu companheiro da noite;

À minha mãe, Maria Alves Franco (*in memoriam*), pelo amor que me dedicou em todos os momentos, pelo incentivo aos estudos, por sempre ter acreditado em mim e apoiado sempre para a realização de meus sonhos;

Ao meu pai, João, pelo incentivo e sentimento de orgulho pelos estudos que buscamos;

Às minhas irmãs Jeane, Janete e Edilaine que fazem parte da minha vida mesmo que distantes;

Às minhas sobrinhas Katiana, Katiene, Maria Eduarda e Janaine e ao meu único sobrinho Jevair, que a sabedoria de Deus os oriente no caminho dos estudos, amo vocês;

Aos colegas da turma de 2014, obrigada pela doce companhia de todos;

À minha orientadora, professora Edileusa Gimenes Moralis por me direcionar para o caminho do saber. Pela dedicação, paciência e confiança. Agradeço pelas orientações, pelo incentivo e por me fortalecer com palavras de ânimo, gentileza e espiritualidade;

Ao professor Taisir Mahmudo Karim pelas contribuições muito significativas que ajudaram a trilhar meu percurso, por seus trabalhos que sempre me inspiraram, pelas sugestões de leituras e contribuições dadas à minha dissertação e por ter aceitado participar da banca.

Ao Professor Eduardo Guimarães, por ter aceitado o convite para participar desta banca, seu percurso de produção intelectual é ímpar, contagiante, desperta inspiração para o caminho da leitura e nos impulsiona a indispensável e necessária prática de pesquisadores;

A todos os professores do Mestrado, Olímpia Maluf Souza, Albano Dalla Pria, Neuza Benedita da Silva Zattar, Gislaine Aparecida de Carvalho, Leandra Inês Seganfredo Santos, Leila Salomão Jacob Bisinoto e Taisir Mahmud Karim muito

obrigada pela contribuição para o desenvolvimento deste trabalho, e, principalmente pela dedicação e empenho que demonstraram no decorrer das disciplinas ministradas;

À secretaria do Mestrado pela prestatividade dispensada a todos nós;

Aos amigos Geovane Martins, Ariele Loiola e Erica Reis, pelo companheirismo, pela amizade, pelos dias de estudos, viagens, parceria que vai ficar para além desse período de formação, a minha caminhada tornou-se mais alegre com a presença de vocês;

Ao Monsenhor Celso Duca e Padre Celso de Jesus, obrigada pelas orações, pelas palavras de apoio e acalento;

À Direção, Coordenação e Professores das Escolas Dr. Joaquim Augusto da Costa Marques e Pe. José de Anchieta que souberam compreender minha dedicação, por me motivarem a seguir determinada nesse empreendimento na Pós-graduação e por aqueles que se alegraram com minha conquista;

Às instituições, nas quais pude realizar pesquisa e adquirir informações imprescindíveis para a realização deste trabalho, bem como aos seus funcionários que me atenderam gentilmente: Elenco aqui, a Câmara Municipal de Mirassol D'Oeste pela disponibilidade de acesso a documentos - Lei nº 3932 e Lei nº 95 de 22 de dezembro de 1980; a Prefeitura de Araputanga-MT, pela disponibilidade de acesso à Lei 1.079 de 05 de novembro de 2013 e o Centro Histórico de Araputanga-MT pela disponibilidade de acesso aos documentos que registram os dizeres sobre Araputanga;

À Família Sato pela gentileza e disponibilidade de acesso aos documentos de Acervo Particular sobre Araputanga-MT;

A todos meus amigos indistintamente, obrigada! Obrigada pelo sorriso, pela palavra, pelo gesto, pelo tempo, pela prece, pela amizade dispensada a mim;

Aos meus alunos da FCARP e da Escola Pe. Anchieta que, de várias formas, demonstraram compreender esse momento de pesquisa, obrigada pelo carinho e pela alegria compartilhada;

À Direção, Coordenadores e Professores da FCARP, pelo apoio e incentivo;

Aos Coordenadores Goro Onuki e Cristiane Otília Colossi Bernhardt pelo apoio e incentivo, obrigada pelas palavras, pelo sorriso puro, pelo exemplo de que as conquistas dependem de fé, dedicação e alegria, isso silenciosamente me fortalecia;

A Faculdade Católica Rainha da Paz que, através do Incentivo de Qualificação profissional disponibilizou-me a Bolsa Parcial, o que contribuiu para a realização dessa pesquisa, agradeço pelo comprometimento social de que qualificar é uma prática indispensável e necessária à docência;

A Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), por ser a mediadora e responsável pela qualificação profissional através do Programa de Mestrado em Linguística;

Ao Governo do Estado de Mato Grosso que, através da Política de Qualificação Profissional, possibilitou-me a concretização deste projeto.

O SENHOR é meu pastor e nada me faltará.

Deitar-me faz em verdes pastos, guia-me mansamente a águas tranquilas.

Refrigera a minha alma; guia-me pelas veredas da justiça, por amor do Seu nome.

*Ainda que eu andasse pelo vale da sombra da morte, não temeria mal algum, porque tu estás
comigo; a tua vara e o teu cajado me consolam.*

*Preparas uma mesa perante mim na presença dos meus inimigos, unges a minha cabeça com
óleo, o meu cálice transborda.*

*Certamente que a bondade e a misericórdia me seguirão todos os dias da minha vida; e
habitarei na casa do Senhor por longos dias.*

Salmos 23:1-6

RESUMO

Há diferentes modos de ver e dizer do espaço das cidades. O percurso de pesquisa, a busca pelos saberes sobre a cidade, o lugar de escuta nos leva a esta afirmação e nos instiga a dizer sobre este lugar de significações. Espaço que recebe avaliações, interpretações, espacializa saberes e inscreve uma história que o imaginário se ocupa de ocultar ou sedimentar. Essa pesquisa se coloca na Área de Concentração dos Estudos das relações entre Língua, História e Instituições, inscreve-se na Linha de Pesquisa dos Estudos de Processos de Significação. Para tanto desenvolvemos um estudo semântico-enunciativo do processo de renomeações da Avenida 23 de Maio, observando a questão de como a nomeação do cotidiano (**Rabo da Gata**) se manteve frente a um processo de renomeações oficializadas e legitimadas pelo discurso do Estado, considerando o nome **Rabo da Gata** objeto central de análise nesse percurso. O objetivo proposto nos direcionou às diferentes determinações sócio-históricas da época em que se deram os nomes. Nessa pesquisa, não propusemos contar a história da rua, mas analisar como se dá o processo de nomeação da rua pelo viés da Semântica do Acontecimento, de Eduardo Guimarães (2002). Nessa perspectiva, analisamos o movimento de semantização desses nomes, tomando seu funcionamento como um modo de determinação histórica e social que produz sentidos –designações – para a rua, a cidade e seus habitantes. Elegemos como materialidade de análise os nomes oficializados e o não oficial, atribuídos à Avenida 23 de Maio que se localiza na cidade de Araputanga-MT. As análises se deram sob três aspectos: a) o funcionamento morfossintático, compreendendo que o nome próprio é uma construção e que as relações morfológicas e sintáticas o constituem; b) o funcionamento semântico-enunciativo, considerando a nomeação em relação ao espaço de enunciação e às questões políticas, sociais e históricas que determinaram essas nomeações; c) o memorável no acontecimento dos nomes da rua, tomando-o como funcionamento do conjunto de enunciações já realizadas. Apresentamos, a princípio, as designações dos nomes que constituem a história enunciativa da cidade de Araputanga, uma vez que o percurso histórico das nomeações da Rua **Rabo da Gata** nos permitiu olhares mais específicos sobre o passado, e ao nos reportarmos para os dizeres sobre a origem da rua, compreendemos que dizer da origem da rua implica, necessariamente, dizer da origem da cidade, rua e cidade possuem a mesma origem. Apresentamos também o processo de identificação do espaço da rua, considerando a noção do termo rua, por Nunes (2001). A postura de conexões, de laços com abordagens sobre o objeto rua, estabeleceu, nesse percurso de estudo, uma perspectiva tal qual para Dias (2005) para apresentarmos a incidência da nomeação **Rabo da Gata**, como reconhecimento e resistência à mudança do nome. Compreendemos pelas análises que o funcionamento do nome é um modo de analisar a relação entre o passado da rua, portanto da cidade e suas condições atuais. Essa resistência é um "índice" do passado da cidade, portanto do sentido da cidade. Pelo percurso analítico, mostramos que o processo de nomeação não é algo que se dá aleatoriamente, o sujeito que nomeia está agenciado a enunciar de uma forma e não de outra, sendo que essas nomeações funcionam a partir de um memorável de enunciações já ditas. A reflexão sobre o funcionamento do nome **Rabo da Gata** permitiu compreender a própria história de constituição da rua e da cidade.

Palavras-chave: Acontecimento. Nomeação. Sentido.

ABSTRACT

There are different ways of seeing and saying the space of cities. The search path, the search for knowledge about the city, the place of listening, leads us to this statement and instigates to say about this place of meanings. Space that gets ratings, interpretations, spatializes knowledge and records a story that the imagination is occupied with hide or sediment. In this research, we developed a semantic-enunciative study renames process of Avenida 23 de Maio, noting the question of how an everyday discourse name (**Rabo da Gata**) remained facing a process officialized renames and legitimized by the State speech, considering the name **Rabo da Gata** central object of analysis in this route. The objective proposed directed us to different socio-historical determinations of the time in which they gave the names. In this research, we proposed not tell the story of the street, but analyze how is the process of naming the street by the bias of the Semantics of the Event, Eduardo Guimarães (2002). In this perspective, we analyze the semantization movement of these names, making its operation as a way of historical and social determination produces - senses designations - the street, the city and its inhabitants. We chose as analysis of materiality the names made official and unofficial, assigned to the 23 de Maio Avenue which is located in the city of Araputanga-MT. Analyses were under three aspects: a) the morphosyntactic operation, understanding that the name is a construct and that the morphological and syntactic relations constitute; b) the semantic-enunciative operation considering the appointment for the articulation of space and the political, social and historical issues that determined these appointments; c) the memorable event of the street names, taking it as a functioning set of enunciations already done. Here, in principle, the names of the names that make up the expository history of the city of Araputanga, since the historical course of appointments of **Rabo de Gata** Street allowed us more specific perspectives on the past, and reportarnos us to the words on origin of the street, we understand that to say the street origin implies necessarily tell the origin of the city, street and city have the same origin. We also present the street space of the identification process, considering the notion of the term street, Nunes (2001). The position of connections, ties with street approaches to the subject, established in this study course, such a prospect which for Days (2005) to present the incidence of **Rabo de Gata** appointment as recognition and resistance to the name change. We understand the analysis that the operation name is a way of analyzing the relationship between the past the street, so the city and its current conditions. This resistance is an "index" of the past of the city, so the direction of the city. The analytical course, we show that the nomination process is not something that happens randomly, the guy who appoints is touted to enunciate one way and not another, and these appointments run from a memorable utterances already said. The reflection on the operation of the name **Rabo de Gata** allowed to understand the history of constitution of the street and the city

Keywords: Event. Appointment. Sense.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

UNICAMP	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
PPGL	PROGRAMA PÓS GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA
FAPEMAT	FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DE MATO GROSSO
CNPq	CONSELHO NACIONAL DE PESQUISAS
FN	FORMAÇÃO NOMINAL

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO I.....	17
O ESPAÇO DA CIDADE	17
1.1 A CIDADE E A HISTÓRIA	18
1.2 A CIDADE E A ARQUITETURA	23
1.3 A CIDADE E A LINGUAGEM	25
CAPÍTULO II.....	29
CONSIDERAÇÕES DE UM QUADRO TEÓRICO	29
2.1 SEMÂNTICA HISTÓRICA DA ENUNCIACÃO	30
2.1.1 <i>Émile Benveniste e Ducrot: Algumas Considerações</i>	31
2.2 SEMÂNTICA DO ACONTECIMENTO	35
2.2.1 <i>Acontecimento e Temporalidade</i>	36
2.2.2 <i>O Político e o Espaço de Enunciação</i>	37
2.2.3 <i>Cena Enunciativa e Divisão do Locutor</i>	39
CAPÍTULO III	42
REVISITANDO OUTROS TEMPOS: UM ITINERÁRIO NECESSÁRIO.....	42
3.1 MARCHA PARA O OESTE UMA POLÍTICA DE INTEGRAÇÃO DE TERRAS	43
3.2 CIDADES DA REGIÃO DE CÁCERES	49
3.3 CONSIDERAÇÕES SOBRE O SURGIMENTO DO MUNICÍPIO DE ARAPUTANGA.....	51
3.3.1 <i>Ituinópolis</i>	55
3.3.2 <i>Gleba Paixão</i>	59
3.3.3 <i>Araputanga</i>	63
CAPÍTULO IV.....	69
RUA RABO DA GATA: PERMANÊNCIA E “ÍNDICE” DO PASSADO DE ARAPUTANGA.....	69
4.1 O TERMO RUA	71
4.2 A NOÇÃO DE RUA E SUA CONTRIBUIÇÃO DESIGNATIVA PARA O ESPAÇO RUA RABO DA GATA.....	73
4.3 A MARCA DE RESISTÊNCIA NO ACONTECIMENTO ENUNCIATIVO.....	77
4.4 O MAPA	80
4.5 DO PRIMEIRO NOME AOS ACONTECIMENTOS FUTUROS.....	81
4.5.1 <i>Estrutura morfossintática dos nomes no Mapa e nas Leis nº 95 e nº 1.079</i>	84
4.5.2 <i>Funcionamento semântico-enunciativo dos nomes e a questão do memorável</i>	85
4.5.3 <i>O Nome Não Oficial Rabo da Gata e Suas Designações</i>	90
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	94
REFERÊNCIAS	104

INTRODUÇÃO

Há diferentes modos de ver e dizer o espaço das cidades. O percurso de pesquisa, a busca pelos saberes sobre a cidade, o lugar de escuta nos leva a esta afirmação e nos instiga a dizer sobre este lugar de significações, espaço este que provoca estranheza, recebe avaliações, interpretações, possibilita sentidos outros, espacializa saberes e inscreve uma história que o imaginário se ocupa de ocultar ou sedimentar.

Esta pesquisa tem por objetivo analisar, à luz da Semântica do Acontecimento, de Eduardo Guimarães (2002), como se dá a constituição do nome próprio da Avenida 23 de Maio, da cidade de Araputanga, rua esta que possui, não oficialmente, outra nomeação, Rabo da Gata. Elegemos como materialidade de análise os nomes oficializados e o não oficial atribuídos ao espaço público urbano em questão, rua esta que se localiza no perímetro urbano da cidade de Araputanga -MT.

Aspecto fundamental desta via teórica é também o interesse pela relação das palavras com o mundo. Especificamente para o estudo das palavras das cidades, a questão dos nomes próprios assume lugar significativo para Eduardo Guimarães¹.

O estudo semântico enunciativo sobre o modo como os sentidos se constituem nos conduz a reflexão específica: o nome significa. O olhar é sobre a forma de nominalização de rua e como a linguagem significa num processo historicamente determinado.

Eduardo Guimarães (2002, p.07) assim define a Semântica do Acontecimento: *uma semântica que considera que a análise do sentido da linguagem deve localizar-se no estudo da enunciação, do acontecimento do dizer.*

Na perspectiva de que o acontecimento do dizer recorta enunciações formuladas anteriormente e que constituem o memorável (o passado do acontecimento), objetivamos mostrar nas análises o que o acontecimento recorta como memorável.

Nesse sentido, podemos dizer que o processo de nomeação não se dá como algo aleatório. Para Guimarães (2005, p. 2), há um agenciamento específico “pelos quais o acontecimento do dizer mobiliza a língua em textualidades particulares”. As nomeações/renomeações funcionam então a partir de um memorável de enunciações já ditas.

¹É autor de grande número de artigos em periódicos brasileiros e estrangeiros e publicou livros como *Texto e Argumentação*; *Os Limites do Sentido*; *História e Sentido na Linguagem* (org.); *Semântica do Acontecimento*; *História da Semântica: Sujeito, sentido e Gramática no Brasil*; *Análise de Texto*; *Un dialogue Atlantique* (co-org.); *History of linguistics 2002. Selected Papers from the Ninth International Conference on the History of the Language Sciences* (co-org).

A análise de nomes de cidades e de seus espaços propõe reflexões acerca do processo de designação e referência, a relação da linguagem com o mundo se constitui pelo acontecimento, no acontecimento de linguagem. Para o semanticista Eduardo Guimarães, *o que um nome designa é construído simbolicamente* (2002 p.91).

Nosso lugar de compreender a cidade é pela linguagem, tomar a cidade como espaço de interpretação, requer pensar em sentidos para e na cidade, coloca-se em questão seus processos de urbanização, para tanto consideramos seus percursos e condições de surgimento como cidade.

Nosso interesse pelos estudos do nome próprio se deu a partir do contato com a Semântica do Acontecimento e com as leituras de trabalhos que mobilizam essa teoria nas análises sobre o processo de constituição de nomes próprios, a análise, pontualmente, trará como o funcionamento dos nomes movimentam sentidos no processo constitutivo da identidade do espaço urbano.

O espaço urbano é constituído por vilas, bairros, ruas e por suas relações sociais e históricas. Cada cidade, vila, bairro e rua surgem enquanto desejo e produção humana, envolve o contexto político, econômico e cultural vivido. A cidade, através de suas nomeações, se faz arcabouço rico em valor documental, descritivo e referencial para o desenvolvimento de estudos com motivação voltada para a semântica das nomeações dadas às ruas, bairros, vilas, praças.

Para tanto, se fez necessário um estudo buscando a historicidade em torno da nomeação Rabo da Gata, definindo nosso lugar de escuta, nosso olhar de pesquisador, propomos desta forma, dar visibilidade ao modo como enunciar o nome produz sentidos, recortando para esse acontecimento o memorável de origem e urbanização do lugar.

A análise levou em consideração a circulação do nome nos espaços da cidade, mobilizando os sentidos construídos pelo imaginário de moradores ou não do espaço aqui tomado como recorte, enquanto espaço de interpretação.

Posteriormente, observamos o modo como esta nomeação é significada ao ser colocada em funcionamento por seus moradores. Destacamos que a demonstração de análise vale-se de diferentes estratégias, diremos da construção do nome, a partir de suas estruturas morfossintáticas, de seu funcionamento semântico-enunciativo e da configuração da temporalidade do acontecimento.

Entendemos desta forma, que este estudo nos possibilita perceber como os sentidos sobre a nomeação Rabo da Gata ecoam ou são silenciados pelas ruas de Araputanga-MT, a

pesquisa nos move e se faz oportunidade de escuta dos sentidos e como estes se constituem, significam e organizam na/para a cidade.

Foi necessário traçar um marco inicial, para tanto, no Capítulo I intitulado O ESPAÇO DA CIDADE, em um primeiro momento, buscou formular um breve percurso trazendo ao texto algumas concepções que marcam e historicizam o pensamento e sentidos de cidade. Trata-se, portanto, de um ponto de interligação, entre outros possíveis, constituído pelas transversalidades dos dizeres das ciências sobre o urbano. Trazemos para discussão, neste capítulo, os saberes sobre as cidades em uma perspectiva multidisciplinar.

O espaço da cidade tem sido pensado sob distintos construtos teóricos, mobilizamos as reflexões sobre o fenômeno urbano tomado por disciplinas como a História, a Arquitetura e a Linguagem. São olhares que permitirão deslocamentos interpretativos sobre, que consideramos ser fundamentais enquanto contribuição para chegarmos às respostas ao objetivo proposto aqui.

No capítulo II, CONSIDERAÇÕES DE UM QUADRO TEÓRICO, apresentamos algumas reflexões sobre os conceitos que compõem a teoria da Semântica do Acontecimento (2002), de Eduardo Guimarães, na qual o nosso trabalho se filia, observando como a perspectiva teórica direciona os estudos enunciativos ao considerar a linguagem como um fenômeno histórico, “uma semântica que considera que a análise do sentido da linguagem deve localizar-se no estudo do acontecimento do dizer.” (GUIMARÃES, 2005, p. 7). Nesse construto teórico o funcionamento dos nomes próprios no acontecimento direciona os trabalhos desenvolvidos pelo semanticista, a partir da posição de que o nome próprio significa.

Nessa perspectiva, o nome próprio não é uma etiqueta, o nome surge no presente, recorta um passado de enunciações, projetando sentidos de futuridade para a nomeação. A designação dos nomes de rua se constitui por esse processo. A futuridade do acontecimento vincula e supõe uma inseparabilidade entre o nome e nomeado.

Nesse sentido, o capítulo III, ITINERÁRIO NECESSÁRIO: REVISITANDO OUTROS TEMPOS, apresenta um percurso histórico sobre o município de Araputanga-MT e sobre a região onde se localiza o município, enfatizando o período em que se dá a fundação das cidades que compõem a região de Cáceres, período marcado por iniciativas e programas de terras em todo o país. Destacamos nesse momento a Marcha para o Oeste como política de integração de terras na Região Centro-Oeste do Brasil a partir das décadas de 50.

Nesse capítulo, apresentamos o estudo semântico-enunciativo dos nomes dados à cidade de Araputanga. Apresentar o movimento de semantização desses nomes, tomando seu

funcionamento como um modo de determinação social e histórica que produz os sentidos de identidade dessa cidade, tal percurso de análise fez-se necessário, uma vez que dizer da origem da cidade, também é trazer dizeres sobre o lugar da Rua Rabo da Gata.

A análise não se limitou somente a descrição dos processos de nomeação. Não foi o caso de se contar uma história do município de Araputanga do lugar da historiografia. Aqui observamos como o processo de nomeação historiciza o nome, uma vez que o processo de nomear é tomado pelas determinações sócio históricas do acontecimento em que o nome se dá enquanto nome.

Assim, o nome Araputanga passa a significar, no acontecimento, a cidade, como também as lembranças enunciativas presentes nas narrativas sobre o lugar. Araputanga não é só o lugar, é o lugar e as enunciações que o constituem, que o significam.

O IV capítulo RUA RABO DA GATA: PERMANÊNCIA E “ÍNDICE” DO PASSADO DE ARAPUTANGA é dedicado às análises das designações do espaço da rua, considerando a noção de rua proposta por Nunes (2001), estabelecemos uma conexão com Dias (2009), especificamente, quando propõe que a constituição do espaço sintático é constitutivamente permeado pelo semântico, tal abordagem se apresenta como um laço, para a compreensão da enunciação do nome Rabo da Gata como um gesto de resistência à mudança do nome a partir de recortes específicos. Ainda nesse capítulo, apresentamos os efeitos de sentido do nome, ou seja, as designações do nome Rabo da Gata a partir de seu funcionamento semântico enunciativo. A mudança do lugar social do dizer que enuncia o nome Rabo da Gata estabelece sentidos diferentes, a designação muda quando muda quem fala, o lugar que se enuncia é parte daquilo que significa. A nomeação se coloca como um índice do passado da rua e da cidade.

CAPÍTULO I

O ESPAÇO DA CIDADE

De uma cidade, não aproveitamos as suas sete ou setenta e sete maravilhas, mas a resposta que dá às nossas perguntas.

Italo Calvino

Entre tantas epígrafes que dizem sobre o espaço urbano cidade esta se encontra ancorando inúmeros textos que tratam de estudos que falam desses espaços. A motivação maior em optar por esta epígrafe ocorre por ela ser um deslize metafórico capaz de apresentar a multiplicidade semântica das indagações que se constroem e que inferem sobre este espaço sócio urbano que nos é reservado como o lugar enigmático a espera de significações.

Este trabalho filia-se a pesquisas que pensam os processos de *nomeação*² dos espaços que se constituem independentes político-administrativamente. Este estudo será aportado por um saber científico que vai além de pensar os espaços urbanos apenas como território ou geografia geopolítica, que possui um nome para referi-los ou para indicar os espaços marcados por fatos históricos que neles ocorreram, assim, consideramos a nomeação das cidades na perspectiva do acontecimento de linguagem afetado pelas condições sociais e históricas dos sujeitos que nele se inscrevem.

Trazemos para discussão, neste capítulo, os saberes sobre as cidades em uma perspectiva multidisciplinar³. O espaço da cidade tem sido pensado sob distintos constructos teóricos, com diferentes graus de abstração e de generalização. Inúmeras foram as contribuições de historiadores, cientistas sociais, engenheiros, arquitetos e estudiosos da linguagem que procuram significar, cada qual ao seu modo de observar esses espaços urbanos.

Desde tempos remotos na História, pensadores ligados a diversos campos do conhecimento têm se preocupado em elaborar uma representação mais atenta em torno do que vem a ser a cidade enquanto interpretação para esses lugares de saber científico. É nessa tessitura da construção do conhecimento sobre o espaço urbano, observado por diferentes áreas do conhecimento que iniciamos este capítulo. Neste momento não apresentaremos com

² A *nomeação* é o funcionamento semântico pelo qual algo recebe um nome. (GUIMARÃES, 2002, p. 9)

³ Um dos primeiros teóricos a abordar de maneira interdisciplinar a cidade, como ambiente construído e como experiência urbana, foi Walter Benjamin, em especial nos seus trabalhos sobre a Paris do século XIX.

especificidade o construto teórico que norteará esta pesquisa, valeremos, inicialmente, nesse percurso, a apresentar os olhares diversos de algumas áreas do conhecimento a respeito do objeto desse estudo, são olhares que permitirão deslocamentos interpretativos sobre, que consideramos ser fundamentais enquanto contribuição para chegarmos às respostas do objetivo proposto aqui.

Buscou-se então, neste primeiro momento, formular um breve percurso de algumas concepções que marcam e historicizam o pensamento e sentidos de cidade. Trata-se, portanto, de um ponto de interligação, entre outros possíveis, constituídos pelas transversalidades dos dizeres das ciências sobre o urbano, de certo modo acaba por implicar especificamente na eleição de alguns paradigmas, em detrimento de outros, ou seja, no silenciamento de outros.

Não se trata, no entanto, de uma escolha pensada, diria intencional, a escolha se dá pelo modo de dizer dos lugares que constituem os sentidos sobre, considerando os aspectos sócios históricos no acontecimento do dizer a partir das práticas sociais ali desenvolvidas, assim, propõe-se, de início, revisitar os componentes conceituais que se encontram presentes na diversificada reflexão sobre o fenômeno urbano. Para tanto, estas questões serão trazidas ao texto partindo das reflexões tomadas por campos do conhecimento como a História, a Arquitetura e a Linguagem.

Nesse percurso, buscamos construir uma reflexão sobre a cidade, de início, observa-se que esses lugares do conhecimento, excetuando a Linguagem, apontam para uma análise interpretativa predominantemente regulada pela força modelar que institucionaliza o ser cidade, mesmo que a flexibilização modelar possa aparecer sugerindo novos cortes e recortes desses espaços, ainda assim, os desenhos que passam a representar a modernidade da cidade contemporânea não deixam de ditar uma espécie de modismo que se atualiza com o passar dos tempos.

1.1 A CIDADE E A HISTÓRIA

A partir desse interesse, nos valem de pontos de apoio. Busca de começos. Começos no plural. O estudo de um campo disciplinar nos leva a muitos inícios, a busca pela constituição de um saber é instigante e nos faz beber das mais variadas fontes do conhecimento. A leitura, a reflexão, a pesquisa, o exame e a curiosidade nos instigaram a busca por documentos que pudessem nos guiar. Assim, apresentamos reflexões sobre a cidade a partir do lugar social do historiador.

Lewis Mumford (1998, p. 11) diz que as origens da cidade são difíceis de precisar. O que dificulta esta precisão é o fato de que no decorrer do processo de desenvolvimento das cidades grande parte do seu passado não foi registrado, dificultando assim o seu estudo. O autor pontua que, se desejamos identificar como as cidades se constituíram devemos seguir a trilha para trás, partindo-se da cidade de hoje, com suas estruturas e funções conhecidas. Assim, ao olharmos para trás, veremos que “Antes da cidade, houve a pequena povoação, o santuário e a aldeia; antes da aldeia, o acampamento, o esconderijo, a caverna, o montão de pedras; e antes de tudo isso, houve certa predisposição para a vida social que o homem compartilha”. (1998, p. 11).

Entre as definições do que vem a ser uma cidade a maioria parte do pressuposto de que se trata de uma aglomeração humana, formada por um conjunto de pessoas que vivem próximas umas das outras.

Quanto à questão urbana, Bresciane apresenta uma reflexão, a autora faz uma abordagem sobre os *dizeres já existentes* em relação à urbanidade para discutir a cidade como objeto de estudo, suas abordagens deram abertura ao Seminário “Cidade: Urbanismo, Patrimônio e Cidadania”. Em seu texto Cidade e História cita a *Encyclopédie ou Dictionnaire Rasonné des Sciences et des Méters*⁴, esta publicação apresenta uma concepção de como a cidade era pensada no contexto, o verbete de cidade é assim descrito “conjunto de várias casas dispostas em ruas e cercadas por uma cinta comum, compostas em geral por muros e fossas” (2002, p. 19).

A autora, ainda acrescenta que a definição trazia a prescrição de que “fossem belas, que as ruas conduzissem às portas, e que essas ruas, na medida do possível, fossem perpendiculares uma às outras de modo que nas esquinas, as casas formassem ângulos retos”. Também vale dizer que, nesse contexto, meados do século XVIII, segundo a historiadora, havia uma recomendação por parte do autor do verbete que Vitruvius⁵ “merecia ser consultado, pois dá excelentes conselhos sobre a arquitetura das cidades”. Vitruvius é considerado o fundador da estética da arquitetura. Os preceitos vitruvianos propunham,

Que se levassem em conta a escolha de um lugar são, alto e pouco sujeito à neblina; que se comece pela construção das muralhas e torres; que se trace a localização das casas e alinhe as ruas segundo a melhor disposição em vista do vento; que se escolha

⁴ Publicação mais avançada, em meados do século XVIII, no que dizia respeito à origem e organização do espaço cidade.

⁵ Marcus Vitruvius Pollio (c. 90 - c. 20 A.C.) foi um engenheiro militar romano e arquiteto que escreveu *De Architectura* (Na arquitetura), um Tratado que combina a história da antiga arquitetura e engenharia, o livro tornou-se uma fonte inestimável, não só na arquitetura grega e romana, mas também em uma ampla gama de outros temas como filosofia, matemática e medicina.

o lugar dos edifícios comuns a toda cidade – templos, praças públicas – considerando a utilidade e comodidade do público; que os templos sejam edificados para que seus altares dirijam-se para o oriente; que o tesouro público, a prisão e a prefeitura estejam na praça e que o teatro seja construído em lugar são, com fundamentos sólidos. (BRESCIANE, 2002, p.20)

Essa concepção convencional de cidade, segundo a autora, está próxima do que chamamos de uma cidade idealizada, utópica, imaginada, pensamento que perdura até o século XIX, “as projeções de *idades ideais* permanecem numerosas. Os planos adquirem uma configuração mais relacionada aos problemas sociais”, têm-se, neste período, as *idades projetadas*, New Lanark por Owen, na Inglaterra, são exemplos de cidades industriais projetadas, ideais. Ademais se pode citar Paris e Viena, cidades que foram, assim como outras, objetos de intervenções, visando mais condições de mobilidade e infraestrutura mais moderna.

Assim, as transformações constantes no espaço citadino como a industrialização, o aumento populacional, mudanças nos processos de trabalho, a infraestrutura, são etapas de um processo que configura o que chamamos espaço real da cidade contemporânea.

Pelo olhar do historiador as cidades se colocam como distintas entre si, essa distinção se dá quanto à origem, história, importância econômica e política, também é possível classificar os núcleos urbanos de acordo com sua função e grau de influência. Cada espaço se apresenta em sua particularidade, são as individualidades que marcam uma nomenclatura para estes espaços, independente do número de habitantes, temos a cidade natural, planejada, industrial, comercial, portuária, turística, religiosa, histórica e global.

Nos últimos anos, a produção acadêmica, entre historiadores, sobre temas relacionados à cidade aumentou de modo significativo, o que faz da tarefa de apresentá-la sobre o olhar do historiador uma ousadia, o espaço da cidade, recebeu maior atenção desses pesquisadores nas últimas décadas e compõem um painel de recortes temáticos e de aproximações teóricas. No entanto, é necessário pontuar que histórias que narram sobre a cidade são antigas ao passo que reflexões e análises sobre a cidade são recentes.

Quanto às narrativas históricas das cidades serem antigas, Pesavento afirma que estas retratam uma escrita “a partir de uma perspectiva quantitativa e evolutiva”, desta forma, tais narrativas históricas estariam “empenhadas na descrição do crescimento de uma cidade, retrazando a sua evolução desde o passado até o presente, arrolando dados, nomes e fatos, retrazando sua transformação urbanística, dando a ver as mudanças sofridas pela urbe” (2002, p.11). Nesse sentido, acrescenta:

As chamadas ‘histórias de cidades’, muitas delas feitas ‘de encomenda’, em que alguém é convocado a escrever e se dispõe a reunir dados sobre uma urbe e a ordená-los, dando a ver um tempo de origens, um acontecimento fundador, acrescido da poesia de uma lenda, por vezes, e frequentemente de uma saga ocorrida nas épocas mais recuadas, realizada pelo povo fundador guiado por suas lideranças. (2002, p. 12)

As histórias sobre as cidades constituem narrativas que dizem de lugar social do historiador, são registros da cidade na tentativa de retratá-la. Pesavento acrescenta que tais narrativas constituem uma “linha ascensional desde o passado até o presente da cidade, constrói-se o desfile ou a evolução cronológica dos governos municipais com seus momentos marcantes e suas realizações fundamentais”, enfim, uma história “política de viés tradicional ou de um kit identitário aplicado à evolução de um núcleo urbano.” (2002, p.12). Nesse sentido, a cidade é tomada para o historiador como dimensão espacial, um território, um *locus* privilegiado de transformações do mundo, capaz de mostrar, cronologicamente, sua evolução.

As histórias seriam, nessa medida, abordagens, no sentido de se constituírem como resultado do olhar do historiador, sobre um espaço que constantemente se transforma, enquanto resultado de um processo econômico-social, território de produção do capital, lugar das relações capitalistas, de lutas de classes sociais, lugar de dominação e subordinação em curso.

Ao dizer dessas mudanças a história das cidades desvela para o olhar do presente uma ausência que não diz da sensibilidade, mas diz, de uma certa maneira racional e cronológica, desde os indícios de origem desses espaços, a agricultura, a roda, a escrita, os primeiros assentamentos urbanos, como também dirá de sua organização e formato; definindo um espaço construído e organizado de acordo com seu contexto. As torres, muralhas, edifícios, praças, mercados, templos são indícios desse movimento temporal.

Esse é o lugar de dizer da história sobre o passado da cidade, o dizer desse lugar marca a presença da memória do lugar, as marcas deixadas pelos homens de outro tempo, a vida que habitou nelas um dia, a história como “representação do passado, oferecendo-se a um leitor que, presumivelmente, consiga ver, também com o esforço da imaginação, esta temporalidade já transcorrida” (PESAVENTO, 2002, p.26).

Ao narrar sobre o passado, o historiador assume um lugar central nesta maneira de retratar a cidade, o lugar do que registra, ao passo que esse agir não apresenta como objeto o construtor, aquele que transforma, mas diz do espaço já modificado, diz dos fatos que marcam o espaço. Assim, o lugar social do historiador confere ao dizer deste um lugar da fala

autorizada sobre o passado, aquele que tutela a Memória, aquele que assume esse encargo como parte de seu trabalho.

Em suas reflexões a autora assevera que ao se tomar cidade, enquanto objeto de estudo, há uma diversidade de “traços para serem recuperados mediante um trabalho de pesquisa” de certa forma isso direciona para as múltiplas abordagens em relação ao espaço urbano, acrescenta que “a rigor, todo historiador sabe que as marcas de historicidade deixadas no tempo se revelarão diante de si como fontes, a partir da pergunta que ele fará ao passado, questão esta iluminada pelos conceitos que presidem nossa posição diante do real”. (Idem, 2002, p 27). O centro, o lugar onde a cidade começou é fundamental nesse processo, para daí iniciar um percurso histórico marcado pela origem, “ser o núcleo mais antigo de um assentamento urbano implica poder contar, de forma visível ou não, com a certeza de ser o sítio portador do traçado original da urbe”. (PESAVENTO, 2008, p.4)

Nessa direção, compreendemos, que o historiador pode também tomar a cidade, enquanto objeto de estudo, diferentemente, não só como o dizer capaz de propor uma imagem do passado buscando retratá-lo com a maior fidedignidade.

Pesavento assevera que são três os componentes fundamentais que presidem a formação de um centro urbano e articulam as dimensões do espaço e do tempo. (2008, p.5)

- primeiramente, os elementos, por assim dizer, estruturais que presidiram o traçado e organização do espaço físico e do espaço construído e que se revelam em termos de uma materialidade;
- a seguir, a apropriação deste espaço no tempo, construindo a experiência do vivido e transformando este espaço em território, dotado de uma função e onde se manifestam as relações de sociabilidade;
- por último, a dotação de uma carga imaginária de significados a este “espaço-território” no tempo, transformando-o em lugar portador do simbólico e das sensibilidades.

Nessa direção, observamos que o espaço da cidade se coloca com uma multiplicidade de recortes, o espaço físico, suas construções, sua transformação em território, e os sentidos que se colocam para o espaço-território, uma vez que são espaços simbólicos.

Na impossibilidade de dar conta dos muitos olhares da história sobre a cidade, uma vez que apresenta um quadro tão amplo de livros, artigos e trabalhos acadêmicos (mestrados e doutorados), decidimos em apresentar também outro modo específico de ver e estudar a cidade entre os historiadores. A cidade como palimpsesto⁶.

⁶ PESAVENTO, Sandra Jatahy. Com os olhos no passado: a cidade como palimpsesto. In: Revista Esboços, v. 11, n°11, UFSC, 2004, p. 26.

Esta definição primeira do palimpsesto nos fornece uma chave para os olhos do historiador, quando se volta para o passado. Há uma escrita que se oculta sobre outra, mas que deixa traços; há um tempo que se escondeu mas que deixou vestígios que podem ser recuperados. Há uma superposição de camadas de experiência devida que incitam ao trabalho de um desfolhamento, de uma espécie de arqueologia do olhar, para a obtenção daquilo que se encontra oculto, mas que deixou pegadas, talvez imperceptíveis, que é preciso descobrir. (PESAVENTO, 2004, p.26)

A cidade, nessa perspectiva, se coloca em um processo contínuo e duplo de escrita e apagamento. Nesse sentido, a cidade se apresenta como um espaço-texto de múltiplas leituras e escritas, e em diferentes temporalidades. Compreendemos que o lugar de compreender a cidade como espaço de leitura e escrita é movente. A História, a Arquitetura, a Linguagem apresentam olhares que se entrecruzam. As reflexões apresentam abordagens semelhantes quanto à questão histórica, uma vez que tomam a cidade como texto por ser um espaço de registros de memórias coletivas. A cidade é indiscutivelmente múltipla.

1.2 A CIDADE E A ARQUITETURA

O arquiteto e urbanista, o linguista, o historiador, o sociólogo são lugares que apreendem o fenômeno urbano a partir de imagens, discursos, objetos, fatos, códigos, cores, sons. A cidade para o arquiteto e urbanista se coloca sob diferentes abordagens, entre essas, apresentamos a cidade como corpo, dessa forma, a arquitetura compreende a cidade como um organismo, chamam ruas e avenidas de “artérias”, uma vez que estas promovem a circulação de ar, pessoas e veículos.

A cidade é constituída pelo tecido de quadras, ruas, praças e parques, a construção da cidade, obra coletiva por excelência, resulta de seu passado, que se conserva em imagens, e dos projetos que expressam seus sonhos e desejos. (RICCA JUNIOR, 2009, p.119)

Nesse sentido, citamos os monumentos⁷ que se materializam nos espaços citadinos, esses guardariam mensagens em seu corpo⁸.

A cidade, enquanto modelo biológico se dá como organismo vivo, propomos algumas considerações acerca dessa perspectiva. A metáfora cidade-corpo se dá em uma

⁷ Segundo Le Goff (2003), desde a Antiguidade romana, o *monumentum* tende a direcionar-se em dois sentidos: enquanto um obra comemorativa, propomos aqui como exemplo o marco de Jauru em Cáceres-MT, ou enquanto uma alcova, monumento destinado a eternizar recordações de uma pessoa.

⁸ Referimos, nessa perspectiva, a Walter Benjamin (2012), o qual afirma sobre a importância de se escovar a história a contrapelo, uma vez que, pode-se chegar a fatos que trazem à tona a barbárie que esconde.

relação de compreendê-la como espécie, uma cidade-física, fruto de uma evolução como a dos seres vivos.

Nesse sentido, a cidade possui um tecido urbano – quadras, ruas, parques, praças – esse conjunto de construções possui funções, as quais se interdependem para o funcionamento correto. Ruas e avenidas seriam as artérias, responsáveis pela circulação de carros e transeuntes, e a rua não apenas como espaço físico de passagem, mas como afirma (PEREIRA, 2010, p.140) “Construídas sob os céus, a rua é para os brasileiros quase uma extensão de suas casas. (...) a rua fala de nós e é, ela mesma, um nó de tempos, ritmos, história e culturas”. A cidade-corpo tem “coração”, geralmente é o lugar da sua fundação, como traz Ricca Junior.

Em São Paulo, o pátio do colégio jesuíta e seu entorno, sobre a colina; nas cidades marinhas ou ribeirinhas, a praça junto ao porto, como em Lisboa. É onde o turista procura o caráter e a identidade da cidade, o centro irradiador da sua energia vital. Em Londres, a velha city; em Nova York, o downtown; em Barcelona, o barri gotic. (2009, p. 118)

Para o arquiteto (Idem, p. 118) “o corpo de cada cidade é único, porque resulta de processos históricos particulares, produzidos pelas experiências vividas por cada um de seus habitantes”. Cada construção é fruto de uma identidade que é própria de cada cidade, fazendo da cultura regional matéria prima para a construção do espaço habitável, edificando não só os prédios, mas também o caráter e a personalidade local.

Assim, os parques, os jardins e canteiros são os pulmões. Os parques representam o cuidado, a reserva de ar necessária à respiração do corpo. O corpo tem idade. De milénios como Roma e Barcelona, séculos como Fortaleza, São Paulo, Cuiabá, Cáceres e Vila Bela da Santíssima Trindade e ou décadas como Araputanga.

As cidades são corpos que se apresentam de diferentes formas, alguns jovens e modernos como Dubai ou enquanto corpos que trazem marcas de um passado centenário em contraste com a busca da modernidade, da revitalização como Cáceres. Esses processos de manutenção são necessários para manter o corpo vivo. Todo corpo tem uma alma. A cidade-corpo se constitui nessa dualidade.

As praças, edifícios, ruas, monumentos, expressam a sua alma e não é possível separar corpo e alma, a alma é reflexo no corpo. A alma conta histórias e as praças, edifícios, ruas e monumentos expressam toda esta memória à população.

As praças romanas existem como para atestar a sua individualidade e o seu caráter. Em Manhattan, a pressão imobiliária ergueu arranha-céus, e o reticulado de quadras e ruas configura uma geometria democrática, onde é possível atravessar os térreos de edifícios privados como se fossem públicos, exatamente como no Ministério da Educação e Saúde, no Rio de Janeiro. O exemplo de Barcelona – de quadras chanfradas e regulares, pátios internos e pracinhas nos cruzamentos – expressa a civilidade local. O plano de Brasília exprime em seu desenho as teses da Ville Radieuse, de Le Corbusier. O corpo de Paris, morada de tantos artistas e filósofos, atraiu-os com sua beleza. (RICCA JUNIOR, 2011, p. 122)

As perspectivas, ou seja, algumas abordagens da arquiteta e filósofa Raquel Rolnik tomam a cidade “como escrita”, ou seja, como uma escrita que traça o espaço-tempo, diz do surgimento e desenvolvimento, “impulsionados pela necessidade de memorização, medida e gestão do trabalho coletivo”, para a autora “é como se a cidade fosse um imenso alfabeto, com o qual se montam e desmontam palavras e frases”⁹.

Nesse percurso movido pelos diversos modos de ver e dizer sobre a cidade, aqui apontamos algumas considerações sobre – cidade-texto e cidade-corpo – nessa direção propomos observar como a cidade pode se colocar para estudos da Linguagem, são olhares sobre caminhos metodológicos e interpretativos.

1.3 A CIDADE E A LINGUAGEM

A cidade entendida como texto verbal ou não verbal é outra forma que nos permite uma visão contemporânea deste espaço. Essa é uma percepção da cidade como uma escrita que tem algo a dizer, essa perspectiva tem-se colocado em algumas contribuições dos estudos semióticos¹⁰ para a compreensão do fenômeno urbano contemporâneo. A cidade é “como espaço privilegiado do não verbal.” Ferrara em seu livro *Leituras sem Palavras* assevera que,

os textos não-verbais não se impõem à observação, mas estão incorporados à realidade e, por assim dizer, incógnitos. Não se concentram no espaço branco da página, espaço característico do verbal escrito, nem no timbre ou ritmo de uma voz, espaço próprio do verbal falado, nem na dimensão ou textura de uma tela, como no signo visual pictórico, nem na melodia ou harmonia que acompanham o signo sonoro; mas são textos que se organizam no espaço tridimensional fechado, privado, como o de uma habitação, ou aberto, público, como o de uma cidade. (2004, p.18-19)

⁹ ROLNIK, Raquel. *O que é Cidade*. 3ª ed. São Paulo: Brasiliense, 2004. 87p. (Coleção Primeiros passos; 203).

¹⁰ A ciência que tem por objeto de investigação todas as linguagens possíveis, ou seja, que tem por objetivo o exame dos modos de constituição de todo e qualquer fenômeno como fenômeno de produção de significação e de sentido. (SANTAELLA, 2007, p.15).

Nesse viés teórico, o habitante, o visitante seriam os leitores, os decifradores desse espaço/texto, a leitura se dá a todo o momento, no ato de deslocar-se, nas atividades rotineiras, no ir e vir do dia a dia. “Enquanto texto não-verbal, a cidade deixa de ser vista como espaço abstrato das especulações projetivas, sociológicas ou econômicas para ser apreendida como espetáculo, como imagem” (Idem, p.20), em um movimento duplo, ao fazer parte do contexto lê-se e é lido, as pessoas são decifradores da cidade, o olhar os coloca em sintonia com o gesto de ler e decifrar a cidade como um texto que é.

Ao tomar a cidade como texto há a “produção de um sentido espaço-ambiental, fugaz e falível, porém suficiente para permitir uma interação com o meio que nos envolve”. (Ibidem, p.28). A leitura se coloca a partir do olhar daquele que a lê. A paisagem, a atividade cotidiana, o pedestre, constituem esta cidade-texto.

A rua, o monumento, as habitações, a praça, as casas, tudo enfim, nos é permitido decifrar, ler, interpretar. A sobreposição da temporalidade permite a leitura da materialidade dos vividos, um passado que se presentifica, se coloca, se apresenta e contrasta com o presente.

A cidade, em muitos casos, vai superpondo temporalidades, permitindo que habitações mais antigas convivam com as mais modernas. Em outros casos, ela faz desfilar as temporalidades sucessivamente, quando deslocamos nossa leitura através de bairros que vão passando de uma materialidade herdada de tempos antigos a uma materialidade mais moderna, nos bairros onde predominam as construções recentes. (BARROS, 2011 p. 31)

Uma cidade fala aos seus moradores, fala ao turista, fala de sua história, da sua organização, da hierarquia dos espaços, das divisões que colocam, quer espaciais ou de segregação, como o preconceito, diz da harmonia, diz da violência, a cidade-texto descortina seu contexto social, diz de sua ascensão ou queda, diz de sua cultura.

A cidade-texto é movente, o que ora se apresentava rico, poderá tornar-se miserável e marginalizado. Estas leituras são possíveis em todos os lugares sociais, a paisagem, o monumento, o caminho, a praça, a rua, o pedinte, se colocam como letras do alfabeto a espera do leitor.

Os pedestres podem ler o texto urbano, mas eles também o reescrevem, e de algum modo podem ser mesmo considerados como alguns dos personagens ou dos caracteres móveis que fazem parte da construção deste texto urbano. Esta tríplice relação do pedestre com o texto urbano – como leitor, como escritor, como personagem de sua narrativa ou, o que vem a dar no mesmo, letra móvel do seu alfabeto infinito – torna-se especialmente relevante. (LYNCH apud BARROS, 2011, p. 31)

Aquele que vive nesse espaço também o constitui, é parte fundante, a parte humana na dimensão estrutural de urbanidade. A cidade enquanto enunciado linguístico permite que os próprios habitantes a reescrevam, que refaçam a leitura permanentemente, o que permite essa movência são os deslocamentos sociais dos espaços.

Os prédios que em uma época eram continentes da riqueza e símbolos do poder podem passar, no decurso de um longo termo, a continentes da pobreza e a símbolos da marginalidade. Os casarões do século XIX, que eram habitações de ricos, degeneram-se ou deterioram-se em cortiços, passando a abrigar dezenas de famílias mal acomodadas e a configurar espaços habitacionais marginalizados. (BARROS, 2011 p. 31)

É a cidade em um processo de refacção, uma reescrita textual, envolta em uma rede de textos “em um sistema polifônico de enunciados, partilhado por diversas vozes que interagem entre si” (Idem), há um “sistema urbano” e um modo de usá-lo, de decifrar sua língua e de atualizá-lo.

Barros afirma que “o complexo discurso urbano aloja dentro de si diversos discursos de todas as ordens”. Para o autor a cidade tem, nessa perspectiva, outras formas de leitura. É a leitura da cidade através dos nomes que ela abriga. A cidade se apresenta, diz dela através do que a constitui.

O grande texto urbano aloja dentro de si textos menores, feitos de placas de ruas que evocam memórias e imaginários, de cartazes que são expostos nas avenidas para seduzir e informar, de sinais de trânsito que marcam o ritmo da alternância entre a passagem permitida e os interditos aos deslocamentos no espaço. (Idem)

A cidade é lida através dos nomes próprios de ruas, praças, edifícios, bairros, parques, através de suas casas, de sua arte, de seus moradores, pelo que não se apresenta, pela ausência. Lê-se o silêncio, o medo, o cheiro, o gosto.

Um grande livro, composto de muitos textos, que se constitui de outros e variados textos. Uma cidade/texto que traz em si infinitos leitores, em uma via dupla, se encontra em duplo movimento, o do espaço urbano que se diz e da linguagem que se espacializa na cidade.

O espaço da cidade se faz arcabouço riquíssimo para os estudos da linguagem, a sua história de fundação, de domínio, de posse, de nomeação e designação estão imbricadas nos dizeres oficializados e não oficiais destes lugares.

A primeira cidade, a primeira vila, a primeira capital e todos os demais espaços urbanos que ao longo do processo histórico surgiram quer por necessidade, estratégia, planejada ou não, suscitam e instigam estudiosos a escolher a temática da cidade em suas pesquisas. E isso também torna a cidade visível, são esses olhares que retratam de forma peculiar a cidade e tudo o que a ela se refere.

CAPÍTULO II

CONSIDERAÇÕES DE UM QUADRO TEÓRICO

Não é um locutor que coloca a língua em funcionamento. (...) A língua funciona na medida em que um indivíduo ocupa uma posição sujeito no acontecimento, e isto, por si só, põe a língua em funcionamento por afetá-la pelo interdiscurso, produzindo sentidos.

(GUIMARÃES, 2005)

Ao formular a teoria da Semântica Histórica da Enunciação, Eduardo Guimarães (2005) adota uma linha de filiações que inclui linguistas como E. Benveniste¹¹ (Teoria da Enunciação) e O. Ducrot¹² (Semântica Linguística, Teoria Polifônica da Enunciação), e mobiliza uma relação da Teoria da Enunciação com a Análise do Discurso para construir um conceito de enunciação que seja sócio-histórico, pois, para o autor, a enunciação tem uma determinação social.

Assim, ao refletir sobre os conceitos de enunciação formulados por esses teóricos, E. Guimarães observa pontos distintos entre eles quanto ao modo de tratar a enunciação. Na perspectiva de E. Benveniste, a enunciação é uma relação do locutor com a língua; enquanto que para Ducrot, a enunciação é formulada como um acontecimento histórico constituído pelo aparecimento momentâneo de um enunciado.

Este capítulo enseja apresentar os conceitos pontuais que direcionam o percurso de análise, ademais afirmamos ser este mais um momento de formação e aproximação do construto teórico no qual nos aportamos, assim trazemos algumas considerações sobre os estudos enunciativos, especificamente, sobre a Semântica do Acontecimento que inclui, além do sujeito e da língua, o real e a temporalidade.

¹¹1969a, 1969b e 1975.

¹² Pressupostos e Subentendidos (DUCROT, 1969) e Princípios de Semântica Linguística. Dizer e não Dizer (DUCROT, 1972a).

2.1 SEMÂNTICA HISTÓRICA DA ENUNCIÇÃO

Pelas filiações em que se dão a teoria da Semântica do Acontecimento, propomos algumas considerações, a princípio, sobre as postulações de Benveniste (Teoria da Enunciação) e Ducrot (Semântica Linguística, Teoria Polifônica da Enunciação), percurso que nos possibilita continuar as reflexões sobre a linguagem e seus estudos enunciativos.

Ao dar esse direcionamento para o que se propõe no capítulo em questão não podemos deixar de observar que as pesquisas em semântica que Eduardo Guimarães produz são estudos em uma perspectiva linguística da semântica e que além das filiações em Benveniste e Ducrot, outros autores se colocam nesse percurso, são momentos de diálogos, entre esses, o diálogo com a filosofia da linguagem.

As questões da enunciação, do discurso e da história são fundamentais na obra do autor. Observamos, através de pesquisas que se colocam no campo dos estudos semânticos, o percurso de produção intelectual de Eduardo Guimarães. Embora não seja pretensão apresentar detalhadamente a história da Semântica da Enunciação, consideramos que há momentos que se instalam como marcos de conexão, discussões e relações de posições teóricas que permitiram ao autor deslocamentos muito precisos para teorizar uma semântica “que considera que a análise do sentido da linguagem deve localizar-se no estudo da enunciação, do acontecimento do dizer”. (GUIMARÃES, 2002, p.7).

Quanto ao desenvolvimento do estudo da questão da enunciação o autor destaca Benveniste, John Austin e John. Searle. Para Guimarães, “Trabalhos como os de Benveniste, Austin, e Searle estão na base de uma nova maneira de ver a linguagem” (GUIMARÃES apud FERREIRA, 2012), nesse sentido, os estudos desses autores possibilitaram uma posição inovadora em relação aos estudos da enunciação. São afirmações que mostram, de certa maneira, o percurso de reflexões próprias do autor, um processo de elaboração e reelaboração, movimentos do funcionamento da produção do saber, e assim, com propriedade, apresentar a formulação de sua teoria em Semântica do Acontecimento (2002).

Nesse processo, ao estabelecer os sentidos de texto, sua reflexão está relacionada com as propostas de Benveniste, Austin e Searle. Há momentos que Guimarães, em suas pesquisas, trata do conceito de discurso tal qual a Análise do Discurso propõe, a partir do diálogo teórico estabelecido com o trabalho de Eni Orlandi, bem como o conceito de

interdiscurso, conceito que permitiu Eduardo Guimarães construir conceitos como de texto¹³, enunciado¹⁴ e intertextualidade, e mais recentemente o conceito de memorável e a reformulação do próprio conceito de acontecimento em *Semântica do Acontecimento* (2002).

A questão da História se coloca como aspecto pontual nas análises de Guimarães (2014) “analiso textos e eles estão marcados por algum momento, por alguma questão da História”, ou seja, “na linguagem, a história é constitutiva”. Nessa direção, vamos encontrar considerações a partir da filosofia de Paul Veyne (1971, 1983), Jacques Rancière (1994, 1996) e Deleuze e Guattari com a obra *Mil Platôs*.

Essa perspectiva histórica também dialoga com a *Análise do Discurso*. “A inclusão da história, a partir do diálogo com a análise de discurso, leva a uma ruptura com a semântica linguística ducrotiana, que se mantém no espaço do propriamente linguístico produzido pelo corte saussuriano.” (FERREIRA, 2012, p.24). São aspectos pontuais para o modo pelo qual Guimarães singularmente coloca o agenciamento político na enunciação, uma vez que o agenciamento político é significado pela história das enunciações.

Nessa direção, diremos a seguir sobre Benveniste e Ducrot, não intencionamos apresentar a teoria de cada estudioso, mas trazer algumas considerações dos autores que se colocaram relevantes, quer para estabelecer filiações ou deslocamentos para a formulação da *Semântica do Acontecimento*.

2.1.1 Émile Benveniste e Ducrot: Algumas Considerações

Émile Benveniste é considerado um dos precursores dos estudos linguísticos. Apresenta uma reflexão sobre as marcas do sujeito na língua e inclui a subjetividade¹⁵, assim, a subjetividade demarca seu espaço no campo enunciativo.

Desse modo, a linguagem compreende o lugar em que o indivíduo se constrói como sujeito, como sujeito da linguagem, não como sujeito empírico. Portanto é a linguagem que constitui o indivíduo, tornando-o sujeito. “É na linguagem e pela linguagem que o homem se constitui como sujeito”.

¹³ “É uma unidade de sentido que integra enunciados no acontecimento da enunciação.” (Guimarães, 2012, p.25), nesta definição há um deslocamento do conceito de texto enquanto uma unidade pensada como processo discursivo (1987) para uma unidade pensada em relação ao acontecimento enunciativo.

¹⁴ Unidades de linguagem que integram textos, em uma relação integrativa, é essa relação que torna o enunciado, enunciados. (Guimarães, 2012).

¹⁵ Teoria da enunciação de Benveniste (1946, 1956, 1958) e artigos como o “homem na língua”, este em *Problemas de Linguística Geral I*.

A subjetividade em Benveniste (2006, p.288), é entendida como “a capacidade do locutor para se propor como sujeito”, assim, constituir-se em sujeito falante depende da linguagem. Para tanto, a linguagem define o homem. É na instância do discurso que o homem se constitui como sujeito, um sujeito demarcado linguisticamente.

Em Benveniste a enunciação é sempre única e irrepitível, nesta perspectiva, consideram-se fatores do tempo (agora) do espaço (aqui) e da pessoa (eu, tu). Benveniste colocou o sujeito no centro do seu dizer, o cerne de sua teoria da enunciação, dessa forma, postula que o locutor se apropria das formas da língua, definindo-se como *eu* e, ao mesmo tempo, instituindo seu interlocutor como *tu*. Deste modo os pronomes tornam-se lugares privilegiados onde se pode verificar isso. Sobre os pronomes diz o autor:

A consciência de si mesmo só é possível se experimentada por contraste. Eu não emprego eu a não ser dirigindo-me a alguém, que será na minha alocação um tu. Essa condição de diálogo é que é constitutiva da pessoa, pois implica reciprocidade - que eu me torne tu na alocação daquele que por sua vez se designa como eu. (BENVENISTE, 2006, p.286)

Para o autor, o sujeito se apropria da língua, e não há outra forma de apropriação da língua sem tomar a posição da primeira pessoa (eu), apropria-se da língua para dizer. Posição que coloca diferentemente de Saussure¹⁶.

O conceito de enunciação em Benveniste é “colocar a língua em funcionamento por um ato individual de utilização” (2006, p. 82). Entendemos que a compreensão do conceito de subjetividade torna essencial para estudos sobre a construção do sentido, ou seja, para análises linguísticas que concebam a língua como instrumento de comunicação, assim como Benveniste. Isso difere Benveniste de Saussure, ao constatar com a Linguística centrada na forma, traz de volta o sentido e, através de uma metodologia de análise da forma, estabelece um novo domínio: o do discurso (NORMAND, 2009, p. 15).

Pensar a teoria da Semântica do Acontecimento de Guimarães é também reportar a conceitos já estabilizados, que constituem os estudos da linguagem, mas também é compreender que são caminhos teóricos que possuem olhares diferentes para o mesmo objeto de análise. As novas posições teóricas que vão se delineando cruzam caminhos já prontos, e constituem-se também em caminhos, outros percursos. São posicionamentos, olhares precisos

¹⁶ No Curso de Linguística Geral, Saussure instituiu, como objeto da Linguística, a língua, deixando para a fala o individual, o subjetivo, e excluindo, portanto, o referente, o sujeito, a história. Assim, a linguística chega ao século XX. É relevante dizer que Saussure opta por não trabalhar com o sujeito por entender que na linguagem há um sistema de signos fechado não afetado por fatores externos à língua, e por isso, o sujeito entendido pelo linguista atua no campo da individualidade, sendo assim cria então algumas dicotomias fundamentais para explicar o objeto concernente à Linguística.

que percebem detalhes não vistos, e isso estabelece uma relação fundamental sobre o que está posto, pois, não é uma questão de negar o percurso, mas de se colocar junto, embora diferentemente.

São deslizes teóricos. Quanto à semântica que se constitui a partir de Guimarães, os deslocamentos são específicos. Em relação à teoria benvenistiana se centra no tratamento dado ao sujeito da enunciação, ou seja, à centralidade do sujeito, como aquele que “simplesmente e onipotentemente se apropria da língua”, em Guimarães (2002) enunciação é um acontecimento que se constitui pela relação do sujeito com a língua.

Para essa proposição de acontecimento, presente nesse conceito, Guimarães diz que para sua constituição considera, além do sujeito e da língua, os elementos da temporalidade e o real. Ao tratar da temporalidade o autor não toma como tempo cronológico.

A semântica pensada por Guimarães constitui-se em um espaço que permite diálogos teóricos, entre esses lugares está a semântica linguística ducrotiana. Ora estabelecendo laços, ora deslocando-se.

Sobre a hipótese base de Ducrot desenvolvida em *Polifônica da Enunciação* (1987), compreendemos que consiste em postular que há várias vozes que falam simultaneamente, é possível então que, em uma mesma enunciação verificar a presença de outras vozes. Ducrot, quanto à premissa salienta que para esta,

(...) há toda uma categoria de textos, principalmente textos literários, em que há a necessidade de perceber as várias vozes que falam simultaneamente, sem que uma dentre elas seja preponderante e julgue as outras; é imprescindível frisar que, nessa teoria polifônica, o autor assume uma série de máscaras diferentes (DUCROT, 1987, p. 161).

Ducrot afirma que o sentido se constrói e está nas marcas linguísticas apresentadas no enunciado. Assim, a polifonia está na língua e não fora dela. Dessa forma, ao se interpretar um discurso evidencia-se uma pluralidade de vozes distintas das do locutor. O autor conceitua a enunciação como o acontecimento histórico constituído pelo aparecimento de um enunciado (1987, p. 168). Então, o conceito de histórico é da ordem do irrepitível e, portanto, tudo na enunciação é tomado como irrepitível e único.

Ducrot distingue três duplas de categorias: sujeito/ouvinte, locutor/alocutário, e enunciadador/destinatário. É ao locutor que se remete as marcas de primeira pessoa contidas no enunciado. Para Ducrot o enunciadador é o responsável por trazer a polifonia através do locutor, ou seja, quem fala é o locutor, mas existe neste um enunciadador que dão as outras vozes de

uma forma organizada para marcar o lugar do qual se fala. Ou como diz Ducrot (1987, p. 194): “o mesmo ser, na cena, pode algumas vezes falar ao mesmo tempo como personagem e enquanto representante do personagem”.

Para o pensamento ducrotiano, a enunciação se daria por um confronto de várias perspectivas, o que desloca a apropriação da língua por um sujeito uno para se pensar a enunciação como o “acontecimento do aparecimento de um enunciado”.

A filiação de Guimarães em relação a Ducrot (Teoria da Polifonia), constitui-se em um certo sentido, pelo conceito de sujeito polifônico na enunciação. Quanto à posição da enunciação como um acontecimento histórico, Guimarães (2010, p.61) faz um deslocamento, pelo fato de que “o histórico diz respeito somente à temporalidade, ou seja, a cada momento tem-se outro acontecimento”.

Portanto, ao incluir a história, a partir do diálogo com a Análise de Discurso, incide em uma ruptura em relação à semântica linguística postulada por Ducrot. Essa perspectiva histórica é fundamental para o conceito de memorável que Guimarães apresenta.

Ao formular a definição de enunciação, Guimarães marca as conexões dialógicas que mantém com a Análise do Discurso.

[...] um acontecimento de linguagem perpassado pelo interdiscurso, que se dá como espaço de memória no acontecimento. É um acontecimento que se dá porque a língua funciona ao ser afetada pelo **interdiscurso**. É, portanto, quando o indivíduo se encontra interpelado como sujeito e se vê como identidade que a língua se põe em funcionamento (GUIMARÃES, 1995, p. 70, grifo nosso)

Em Semântica do Acontecimento, Guimarães reorganiza alguns aspectos dos conceitos apresentados, como o caráter de acontecimento, “algo é acontecimento enquanto diferença na sua própria ordem” (2002, p.11) e o da relação do locutor com a língua, na perspectiva de que a semantização é considerada relativamente ao funcionamento da língua, “Todo acontecimento de linguagem significa porque projeta em si mesmo um futuro” (Idem, 2002, p.12).

Percebemos deslocamentos quanto à reorganização no conceito de enunciação. Em Enunciação e História definiu a enunciação como “o acontecimento sócio-histórico da produção do enunciado” (1989, p. 78), nesse sentido, o acontecimento não é algo exterior à língua, à enunciação, mas é a própria enunciação, seguindo a linha ducrotiana, mas a história e o social apresentam-se diferentemente. Em Texto e Enunciação como “acontecimento histórico” ou “como um acontecimento de linguagem perpassado pelo interdiscurso, que se dá como espaço de memória no acontecimento”.

Nesse sentido, ao propor a definição da noção de enunciação, o acontecimento ganha uma especificidade, não é um fato empírico e sim acontecimento linguístico, o que o inclui nos estudos semânticos como um acontecimento enunciativo. Para Eduardo Guimarães enunciar é um acontecimento de linguagem, o que se diz é afetado pelo histórico, pelo social.

Tendo em vista as considerações já apontadas, ao conceber que a relação do funcionamento da língua é com o interdiscurso e não com a situação, Guimarães a partir das definições de discurso e interdiscurso formuladas pela Análise do Discurso, assevera que,

o interdiscurso se define aí como uma relação que constitui e particulariza os discursos. Ou seja, não se trata de uma relação entre discursos definidos antes e em outro lugar, organizados depois como uma rede. E nesta medida, 'o interdiscurso é o conjunto do dizível, histórica e linguisticamente. (1996, p. 102)

É na relação de um enunciado com outros enunciados é que se dá a historicidade, ou seja, é na relação da língua com o interdiscurso que se dá a historicidade da língua. Para Guimarães só há efeito no dizer se este está transversalizado por outros dizeres. O que se diz é afetado pelo interdiscurso, a língua funciona afetada por este. Compreendemos que enunciação para Guimarães coloca a relação de acontecimento perpassado pelo interdiscurso.

Assim, a linguagem é concebida como uma relação social e histórica pela qual os sujeitos se constituem. O sentido é o efeito da enunciação, efeitos do interdiscurso no acontecimento, são efeitos de uma memória, de um presente marcado e relacionado a outros discursos.

Compreendemos que Eduardo Guimarães desenvolve um lugar teórico específico, no qual propõe conceitos e procedimentos pontuais de análise, levando em conta o espaço de reflexões produzidas em campos de conhecimento distintos, há uma tessitura teórica que se apresenta frente aos estudos das Ciências da Linguagem. As formulações conceituais refletem a posição do autor enquanto semanticista, asseveramos que, é a esse lugar teórico, o da Semântica do Acontecimento, que as análises dessa pesquisa se reportaram, ora, estabelecendo conexões com outros lugares teóricos, num movimento de laço.

2.2 SEMÂNTICA DO ACONTECIMENTO

Passemos então, neste momento, para A Semântica do Acontecimento (2002) teoria

que considera a linguagem como fonte de sentido no acontecimento enunciativo. As especificidades conceituais da teoria configura-se como um novo modo de ver a relação entre sentido, sujeito e língua pela enunciação, e por seguinte, pela linguagem. Vale asseverar que as análises do funcionamento dos nomes que se apresentam nessa pesquisa consideram a perspectiva de análise da Semântica do Acontecimento (2002).

Tomamos a Semântica do Acontecimento como, resultado de um processo de pesquisa de um cientista movido em cada momento por propósitos específicos, teoria que construiu um dispositivo de análise próprio e instigador.

A constituição dos sentidos, nesta perspectiva, considera o funcionamento da língua no acontecimento enunciativo, logo, entende-se que os sentidos se constituem no acontecimento da enunciação pela relação com a história, o social e o político.

Através do estudo semântico enunciativo, o memorável, orienta para uma interpretação dos sentidos do enunciado veiculados na sociedade, os quais presentificam a memória histórica e simbólica dos sujeitos da enunciação.

2.2.1 Acontecimento e Temporalidade

Para o semanticista (2002, p. 12), é o próprio acontecimento que define uma temporalidade que lhe é própria produzindo diferentes sentidos através das relações linguísticas, uma vez que “o acontecimento é sempre uma nova temporalização, um novo espaço de conviviabilidade de tempos, sem a qual não há sentido, não há acontecimento de linguagem, não há enunciação”.

A enunciação, enquanto acontecimento nos permite sentidos outros ao considerarmos a historicidade da língua em funcionamento. Em suas últimas reflexões, Guimarães coloca a noção de acontecimento como central e a enunciação torna-se o próprio acontecimento de linguagem, assim, a multiplicidade de sentidos através da temporalidade no acontecimento é visível.

A temporalidade marca o presente no momento de enunciação, recorta o memorável e orienta para um depois, isto é, para uma futuridade, “uma temporalidade em que o passado não é um antes, mas um memorável recortado pelo próprio acontecimento que tem também o futuro como uma latência de futuro”. Guimarães (2002, p.14), e o sujeito é tomado por esta temporalidade.

O sujeito não fala no presente, no tempo, embora o locutor o represente assim, pois só é sujeito enquanto afetado pelo interdiscurso, memória de sentidos, estruturada

pelo acontecimento, que faz a língua funcionar. Falar é estar nesta memória, portanto não é estar no tempo (dimensão empírica). (GUIMARÃES, 2005, p.14).

Observa-se que o passado no acontecimento é uma rememoração de enunciações por ele recortada, fragmentos do passado por ele representados como o seu passado. Vale destacar que o autor apresenta uma distinção entre o interdiscurso e o passado no acontecimento. Assim, interdiscurso, termo da Análise do Discurso, coloca-se como a memória discursiva, ou seja, a memória de sentidos produzida no acontecimento, e o passado no acontecimento é proposto por Guimarães como o memorável de enunciações recortado pela temporalização do acontecimento.

O que digo, nesta perspectiva, é formulado com o que já foi dito, assim se faz o funcionamento do memorável, o que já foi dito é retomado no dizer. O memorável é definido por Guimarães (2002, p.15) como “enunciações recortadas pela temporalização do acontecimento”. A temporalidade é um elemento decisivo na constituição do acontecimento, uma vez que,

ela se configura por um presente que abre em si uma latência de futuro (uma futuridade), sem a qual nada é significado, ou seja, esta latência de futuro que, no acontecimento projeta sentido, significa porque o acontecimento recorta um passado como memorável. (Idem, p. 12).

Desta forma, a enunciação tal como é para Guimarães (2002, p.11-12) no acontecimento, “não é um fato novo enquanto distinto de qualquer outro ocorrido no tempo”, assim, é o acontecimento que temporaliza, “o acontecimento que instala sua própria temporalidade”, visto que todos os dizeres estão expostos ao real da língua, “uma materialidade histórica do real”, pois “enuncia-se enquanto ser afetado pelo simbólico e num mundo vivido através do simbólico”. Portanto, cada acontecimento enunciativo ou cada enunciação, recorta o passado e projeta uma latência de futuro, o interpretável.

2.2.2 O Político e o Espaço de Enunciação

Guimarães considera o político “como algo próprio da divisão que afeta materialmente a linguagem”. (2002, p.15). Nessa direção, a compreensão de político no conceito apresentado estabelece uma relação com a posição de Orlandi (1990), a qual considera o político como *conflito* “A linguagem é política porque o sentido sempre tem uma

direção, é sempre dividido” (ORLANDI, 1990, p.49). A consideração de política em Rancière (1995) como *dissenso* também se instala para que Guimarães formule o conceito de político.

Para Guimarães, o político é caracterizado pela “contradição de uma normatividade que se estabelece (desigualmente) uma divisão do real e a afirmação de pertencimento dos que não estão incluídos.” (Idem, p.16). Dessa forma, a disputa é desigual, nota-se que, os lugares de dizer são distribuídos de maneira hierarquizada e desigual também para os falantes na enunciação.

Nessa direção, a concepção de político e sua compreensão possibilita observar como se dá a configuração do político na linguagem, no espaço de enunciação e como afeta o acontecimento de enunciação. Assim, espaços de enunciação

são espaços de funcionamento de línguas, que se dividem, redividem, se misturam, desfazem, transformam por uma disputa incessante. São espaços “habitados” por falantes, ou seja, por sujeitos divididos por seus direitos ao dizer e aos modos de dizer. São espaços constituídos pela equivocidade própria do acontecimento: da deontologia que organiza e distribui papéis, e do conflito, indissociado desta deontologia, que redivide o sensível, os papéis sociais. O espaço de enunciação é um espaço político [...] (GUIMARÃES, 2002, p. 18-19)

Compreendemos que são espaços regulados e de disputas pela palavra e pelas línguas, dividido e redividido desigualmente. Nessa perspectiva, o falante¹⁷ é uma categoria linguística e enunciativa, essa é uma divisão que se apresenta no espaço de enunciação, e ao ser afetado por uma divisão desigual, leva o falante falar uma língua e não outra. Dessa maneira, o espaço de enunciação é habitado por falantes divididos pelo direito do dizer e aos modos de dizer. Nesse sentido, em Guimarães (2002), o espaço de enunciação é político, o acontecimento enunciativo se dá neste espaço, que se faz espaço de disputa entre línguas e falantes e disputa de sentidos.

O agenciamento enunciativo é definido por “aquele que fala” ou “aquele para quem se fala” são lugares sociais do dizer. Locutor (que se representa como fonte do dizer), Locutor-x (representa um lugar social que predica o locutor-x) e os lugares do dizer (Enunciador-individual; Enunciador-genérico e Enunciador-universal). Esses lugares do dizer se colocam como independentes da história, por isso não representam os lugares sociais.

Compreendemos que a língua é dividida, e como afirma Guimarães, essa divisão diz da relação dos falantes com a língua, e que a divisão é desigual, ou seja, distribui desigualmente as línguas e os falantes no espaço de enunciação, assevera ainda que é em

¹⁷ Guimarães considera o falante como uma figura política constituída pelos espaços de enunciação. (2002, p.18).

virtude de uma hierarquização de identidades, estabelecida por relações de valores. Para o autor estar identificado pela divisão da língua, é estar agenciado politicamente por se dar segundo o espaço de enunciação, e isso implica poder dizer de certas coisas e não de outras¹⁸, e poder falar de certos lugares de locutor – locutor social – e não de outros, ou ter estes ou aqueles interlocutores.

Nessa direção, o conceito de espaço de enunciação foi incisivo para compreender a enunciação como prática política e não individual, intencional e subjetiva. “Enunciar é estar na língua em funcionamento” e esta funciona “no acontecimento, pelo acontecimento”. Ao enunciar, coloca-se a língua em funcionamento, essa enunciação se dá por agenciamentos políticos da língua, falar é assumir a palavra nesse espaço enunciativo de embates e disputas de línguas e falantes.

2.2.3 Cena Enunciativa e Divisão do Locutor

É no espaço de enunciação que se dá a cena enunciativa, esta se coloca como uma especificação local deste espaço, assim, a cena constitui-se no lugar em que ocorre a “assunção da palavra”, em que se dão os “modos específicos de acesso à palavra dadas às relações entre as figuras da enunciação e as formas linguísticas.” (GUIMARÃES, 2002, p. 23).

Desta forma, as cenas são especificações locais nos espaços de enunciação, são espaços particularizados pela deontologia específica que distribui os lugares de dizer na enunciação. Assim os lugares enunciativos se colocam como,

configurações específicas do agenciamento enunciativo para “aquele que fala” e “aquele para quem se fala”. Na cena enunciativa “aquele que fala” ou “aquele para quem se fala” não são pessoas mas uma configuração do agenciamento enunciativo. São lugares constituídos pelos dizeres e não por pessoas donas de seu dizer. (GUIMARÃES, 2002, p. 23)

Compreender o funcionamento da língua é perceber o modo próprio de constituição desses lugares. A temporalidade específica do acontecimento distribui os lugares enunciativos, a temporalidade configura-se “por um presente que abre em si uma latência de

¹⁸ A noção de agenciamento da enunciação é a partir do que Deleuze e Guattari (1980) colocam em *Mille Plateaux*, ao caracterizarem a enunciação a partir da conceituação que Ducrot (1972) faz dos atos ilocucionais. (2002, p.22-23).

futuro (uma futuridade), sem a qual não há acontecimento de linguagem, sem a qual nada é significado, pois sem ela (a latência de futuro) nada há aí de projeção, de interpretável.” (Idem, p. 12). A latência de futuro no acontecimento projeta sentido e recorta um memorável (passado). O acontecimento é sempre uma nova temporalização, o sujeito é tomado na temporalidade do acontecimento.

Nessa direção, assumir a palavra é por-se no lugar que enuncia. O lugar do Locutor (com L maiúsculo) é lugar que se representa no próprio dizer como origem deste dizer, ou seja, como fonte do dizer. Em Guimarães “para o Locutor se apresentar como origem do que enuncia, é preciso que ele não seja ele próprio, mas um lugar social de locutor”. O Locutor só poderá falar enquanto predicado por um lugar social do dizer, o Locutor sempre vai dizer do lugar social do locutor-jornalista, locutor-professor, locutor-semanticista, etc.

O lugar social de locutor é denominado de locutor-x, em que “o locutor (com minúscula) sempre vem predicado por um lugar social que a variável x representa” (Idem, p.24), como o locutor-pioneiro, locutor-governador, locutor-pai.

Para Guimarães, a cena enunciativa, se dá pelo agenciamento das figuras enunciativas configuradas no espaço político, compreendendo o Locutor, o locutor-x, o alocutário, o alocutário-x e o enunciador. O autor classifica os enunciadores em:

Enunciador-individual, quando a enunciação representa o Locutor como independente da história; enunciador-genérico, quando a enunciação representa o Locutor como difuso num todos em que o indivíduo fala como e com outros indivíduos; enunciador-universal, quando a enunciação representa o Locutor como fora da história e submetido ao regime do verdadeiro e do falso. (Idem, p.26).

É o funcionamento do Locutor, pela sua condição de ser díspare, é pela relação de que no acontecimento o Locutor é significado independente ou fora da história, à margem ou acima dela, de tal maneira que apaga o lugar social, ou seja, falar de um modo e não de outro, nas cenas enunciativas dá o sentido ao apagamento das configurações sociais e as disputas próprias do espaço, são essas diferenças que levam a relações diversas entre o lugar de dizer e o lugar social de dizer.

Em relação aos enunciadores, quando tem-se uma enunciação que se dá como independente da história, que representa uma individualidade a partir da qual pode-se falar, o lugar de dizer do enunciador-individual representa a linguagem fora do que é circunstancial, independente da história. Quanto ao enunciador-genérico, o dizer que se diz é aquele dito

como aquilo que todos dizem, também é um dizer que se coloca independente da história, os ditados populares apresenta como um dizer que apaga o lugar social.

O enunciador-universal representa um lugar de enunciação como sendo o lugar do qual se diz sobre o mundo, é um lugar que significa um dizer fora da história, submetido ao regime do falso e do verdadeiro, como o dizer científico. Na cena enunciativa estes enunciadores se apresentam sempre como a representação da inexistência dos lugares sociais do locutor. (GUIMARÃES, 2002, p.26).

CAPÍTULO III

REVISITANDO OUTROS TEMPOS: UM ITINERÁRIO NECESSÁRIO

Uma história, no sentido ordinário, é uma série de acontecimentos que ocorrem a sujeitos geralmente designados por nomes próprios.

(RANCIÈRE, 1994)

Ao nos inscrevermos na posição de semanticista, consideramos “que a linguagem fala de algo” (GUIMARÃES, 2002, p.7). Nesse sentido, nos propomos dizer sobre o espaço urbano. Nesse estudo vamos analisar questões sobre o processo de nomeação do espaço “público” citadino de Araputanga-MT, torna-se relevante emprendermos um percurso histórico sobre o município de Araputanga e região onde está localizado. O município se encontra a 360 km da capital Cuiabá, no Estado de Mato Grosso, possui uma área de 1.602,32 km², região que representa um espaço de 0,1774% do Estado, fazendo divisa com os municípios de São José dos Quatro Marcos, Figueirópolis, Reserva do Cabaçal, Barra do Bugres e Jauru.

A posição de semanticista nos possibilita desenvolver uma análise enunciativa que nos permite falar da história deste espaço e de sua história de nomeação, não propomos nesse capítulo, somente contar a história da cidade de Araputanga-MT, mas dizermos da história em que se dão as nomeações desse lugar, assim diremos da história do nome, mais especificamente, nos propomos observar como o processo de nomeação recorta um memorável constitutivo da enunciação que nomeia o lugar. Para tanto tomamos o viés da Semântica do Acontecimento (2002), que considera as determinações sócio históricas constitutivas do acontecimento em que os nomes se dão enquanto nomes de rua. Nesse sentido, vamos analisar o acontecimento particular de nomeação do espaço urbano e como esse acontecimento o faz significá-lo.

A análise semântica-enunciativa do nome não oficial da **Rua Rabo da Gata**, objeto central dessa pesquisa, nos direcionou a esse percurso, também semântico, sobre o processo de nomeação da cidade de Araputanga-MT, uma vez que tal processo de nomeação enuncia, assim como o nome **Rabo da Gata**, o passado da cidade, compreensão que permite observar

com mais especificidade as designações da nomeação **Rabo da Gata** em relação aos documentos oficiais que diferentemente estabeleceram nomes para esse espaço.

O trabalho com questões de sentido requer que se delimitem as fronteiras teóricas, marcar o lugar de onde se fala é imprescindível, nos valeremos do saber da historiografia para descortinar o véu do passado e assim trilhar a calçada dos sentidos.

Ao seguir a trilha de fundação das cidades da região de Cáceres, nos deparamos com histórias relativamente recentes, e estas estão ligadas à história de ocupação, colonização e urbanização dessa região. O itinerário solicita um início, assim começaremos pelos dizeres da história sobre a política de ocupação dos espaços vazios no Brasil no início das décadas de 60, fato esse que marca o processo de desenvolvimento da região de Mato Grosso.

Para uma melhor compreensão faremos um breve histórico sobre o processo de ocupação das terras do Estado de Mato Grosso, impulsionado por programas do governo, a Marcha para o Oeste foi o mais representativo, teve como objetivo a exploração de terras ao Oeste do Brasil, tidas até então como “vazias”.

A década de 60 se constitui, no Brasil, como um período marcado pela migração, essas iniciativas eram estimuladas por programas de desenvolvimento do Governo Federal de então.

A urbanização do interior do Brasil originou-se em função desse movimento de colonização programado pelo governo, uma vez que boa parte do território ainda se encontrava desocupada. A possibilidade de ligar o interior do país às demais regiões já em desenvolvimento foi fruto do governo de Getúlio Vargas (1937-1945).

Este período foi marcado por tais iniciativas e programas de terras em todo o país. Esse momento é então marcado por uma marcha intensificada de migrantes para o Centro-Oeste do Brasil, como efeito dessas políticas de integração do Governo Federal, para qual passamos a nos reportar.

Inicialmente, traçamos um percurso histórico para apresentar o objeto de estudo da presente pesquisa, lançando mão de outras narrativas e trabalhos científicos para compreender e descrever o referido percurso.

3.1 MARCHA PARA O OESTE UMA POLÍTICA DE INTEGRAÇÃO DE TERRAS

Mato Grosso foi um dos Estados alvos da política de integração de terras do Governo Federal “garantir a presença física brasileira numa região despovoada, e com isso consolidar a

integridade do território nacional” (REBELLO DA SILVA, 2002, p. 01) era um dos objetivos traçados pela conhecida Era Vargas. A Marcha para o Oeste destacou-se entre as políticas de integração de terras na região de Cáceres, primeiro programa implementado a partir de 1937, esse programa teve forte contribuição para a ocupação da região noroeste do estado.

A “marcha para o oeste” designou um conjunto de ações governamentais ligadas à Coordenação de Mobilização Econômica (CME), que funcionou como um grande ministério, instituído pelo presidente Getúlio Vargas em 1940. A CME foi entregue a João Alberto Lins de Barros, que tinha sido integrante do movimento tenentista e também da Coluna Prestes, mantendo uma intensa atividade política nas décadas de 1930 e 1940. O principal elemento desse programa era a Expedição Roncador-Xingu (doravante vez ou outra ERX), criada em 1943, cuja direção Vargas confiou ao tenente-coronel Flaviano Mattos Vanique, um de seus mais antigos colaboradores e ex-chefe de sua segurança pessoal. (SANCHO, 2004, p.12)

A fundação das cidades que compõem a grande região de Cáceres foi impulsionada também por tais programas. Destacamos alguns incentivos para a colonização da região, os quais se fortaleceram a partir de 1960, através de uma legislação especial que previa incentivos fiscais do Governo Federal para o Centro-Oeste e especialmente para o Estado de Mato Grosso com a criação da Colônia Nacional de Dourados, a qual teve atuação na Colônia de Rio Branco, hoje município de Rio Branco MT. O nome é uma homenagem ao Rio Branco, rio que corta a cidade, e também referencia à Colônia Rio Branco, a qual fora implantada pelo governo do Estado numa área de 200 mil hectares, pelo Decreto Lei nº 1.598, de 22 de maio de 1953.

Esta colônia começou a partir de ações desenvolvidas por João Augusto Capilé, membro da Comissão de Planejamento da Produção, que buscava então assentar os colonos que tiveram problemas em Dourados e Jaciara. Dessa maneira, foram criados vários programas governamentais de desenvolvimento regional, tanto a nível Estadual quanto Federal. Dentre estes, Moreno (In: MORENO e HIGA, 2005) destaca:

- Programa de Integração Nacional (PIN): Criado em 1970, esse programa tinha como objetivo o financiamento de obras de infraestrutura, principalmente a abertura de rodovias federais e implantar a “reforma agrária” ao longo dessas estradas, onde a SUDAM e SUDENE atuavam. Foi considerado como o instrumento de ação mais importante no processo de integração da Amazônia e regiões desenvolvidas do país.
- Programa de Redistribuição de terras e de Estímulos à Agroindústria do Norte e Nordeste (PROTERRA): Criado em 1971, esse programa tinha o intuito de facilitar o acesso à terra, fomentar a agroindústria e criar melhores condições de emprego da mão de obra rural nas áreas de atuação da SUDAM (Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia)e SUDENE(Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste)
- Programa de Desenvolvimento do Centro-Oeste (PRODOESTE): Criado em 1971, buscava incrementar o desenvolvimento do Centro-Oeste. O principal objetivo era

ligar a região aos grandes eixos rodoviários para permitir o escoamento de sua produção para aos grandes centros.
 - Programa Nipo-brasileiro de Cooperação de Desenvolvimento do Cerrado (PRODECER): Esse programa foi criado em 1974, o qual era vinculado ao POLOCENTRO. Tinha como objetivo ampliar as relações comerciais do Brasil com o Japão e a Comunidade Europeia, por meio do acordo nipo-brasileiro para o desenvolvimento agrícola de áreas do Cerrado.

A Expedição Roncador-Xingu, criada em 1943, como vimos também foi propulsora deste desejo de ocupação das terras do interior do país, em 08 de setembro de 1943, também foi criada uma segunda instituição, a Fundação Brasil Central, com finalidade de fortalecer a expedição Roncador-Xingu, empreender a Marcha para o Oeste e oferecer melhores condições para o migrante que aqui se fixasse.

Neste contexto, o Estado vendia terras a preços irrisórios, por sua vez os compradores se comprometiam a abrir estradas e assentar a infraestrutura para a colonização. O próprio estado participava dos trabalhos de colonização de alguns sítios, favorecendo a ocupação de vastas áreas ao redor.

O discurso sobre as terras mato-grossenses, terras férteis e de baixo custo, despertavam interesses em muitos brasileiros, quer do sudeste ou do sul, esta conclamação era especificamente para homens ávidos por trabalho, e aqui destacamos que o paulista era o desejado para ocupar este espaço, uma vez que este possuía o perfil de homem trabalhador e empreendedor, houve campanhas para despertar o desejo e a coragem para vir ocupar e desbravar Mato Grosso.

Segundo Heinst (2007, p. 1), o governo apresentava Mato Grosso como uma “enorme mancha de terra fértil a espera de mãos ávidas por trabalho e prosperidade”. Mato Grosso configura-se como o lugar de prosperidade, há então uma constituição de um lugar bom, próspero, instala-se um imaginário sobre a terra boa e sobre o povo certo para possuir e explorar essa terra em nome de um avanço, de uma modernidade, tanto da terra quanto daquele que desejasse instalar-se.

A intenção era despertar o interesse naqueles que tinham “uma relação forte com a terra”. Ademais a pesquisadora faz referência ao jornal *O Estado de Mato Grosso*¹⁹, em uma matéria que o então governador do Estado de Mato Grosso, Fernando Corrêa da Costa, faz um apelo aos paulistas. Esse pronunciamento se dá por ocasião da solenidade no Estado de São Paulo realizada pela Câmara Municipal de São Paulo, em que lhe era outorgado o título de cidadão paulistano.

¹⁹ O Estado de Mato Grosso: Cuiabá, Jornal, 24 de fevereiro de 1963, nº 4.236, p. 01.

[...] Nós aguardamos os dias de hoje e estamos felizes por esta quase obstinação, porque hoje nós já sentimos que os paulistas vão pular o Rio Paraná, com a sua experiência, com o seu patriotismo, com o seu dinheiro, com o seu poder econômico, que sem isso não há civilização possível. E lá nós estamos, paulistas, e digo em nome de todos os matogrossenses, e hoje paulistano também, aguardando de braços abertos a ajuda de vocês. **Venham** nos ajudar a desbravar a maior gleba preparada para receber uma civilização pujante, que é Mato Grosso. **Venham** povoar o pantanal, que é a maior reserva criatória de gado do mundo. **Venham** plantar nas nossas florestas. **Venham** trazer a Sorocabana até Dourados. **Venham** explorar, para riqueza vossa e nosso conforto, aquela mata de mais de um milhão de hectares de terras de primeira ordem, de terra roxa, igual a do Norte do Paraná, pois que a terra de Dourados não é mais que a continuação da terra do Norte do Paraná (...) **venham** para Cuiabá, e vamos conquistar a Amazônia através do Mato Grosso. Confesso-me sumamente honrado. Agradeço, comovidamente, a homenagem que recebi nesta Casa e que levarei para todos os matogrossenses. Repito o Meu apelo: **venham, paulistas**, ajudar no desenvolvimento de Mato Grosso²⁰. (grifo nosso)

Desta forma, o estado de terras boas e férteis os esperava de braços abertos. Esta política de encorajamento e de forte apelo aguçava a curiosidade e o desejo do futuro migrante, o discurso apresentava como reforça Heinst (2007), como um “forte apelo patriótico”, e aqui também nota-se a formação identitária para Mato Grosso, um lugar que representa a possibilidade de modernidade, um espaço não civilizado desejoso por progresso.

A constituição enunciativa desse acontecimento recorta um passado de grandes conquistas de outros pioneiros, quer em Mato Grosso como Paraná, o presente desse acontecimento significa também essas enunciações já ditas e abre uma latência de futuridade, possibilitando enunciados futuros a partir de novas interpretações de Mato Grosso, sua terra, sua gente.

Há nesse pronunciamento, enunciados que funcionam como vocativos²¹, ao dizer ‘*venham*’ insistentemente o governador conclama esse pioneiro para um novo tempo. Ao pronunciar “sem isso não há civilização possível”, temos um imaginário de que a civilidade está em SP e com o homem paulista, razão pela qual é este o homem ideal para possuir terras em MT e para trazer tudo que possui de positivo, inclusive a civilidade.

Heinst (2007) enfatiza sobre o número de anúncios e as facilidades para a posse das terras em Mato Grosso, acrescenta ainda que “tais anúncios destacam fatores que, notoriamente, despertam o interesse para as terras do Estado”, uma vez que o apresentava

²⁰ In: HEINST, Andreia de Cássia. Mato Grosso – entre relatos de memória sobre a ocupação recente e a instituição da memória vencedora. Revista Histórica, SP, 2007.

²¹ Forma linguística usada para chamamento ou interpelação ao interlocutor no discurso direto, expressando-se por meio do apelativo, ou, em certas línguas, da flexão casual. É usado numa situação de comunicação, quando o falante se dirige ao ouvinte, ou seja, quando quem fala invoca a pessoa com quem está falando, sendo assim um chamamento, uma invocação, um apelo.

como “o lugar perfeito”, onde “o clima é o melhor do mundo”, ademais os anúncios destacavam que eram “as terras mais baratas e fáceis de adquirir” e ainda eram “as terras mais férteis”, pois, eram as “melhores do mundo” em que se plantando tudo poderia se produzir.

Observamos que os dizeres que se presentificam nos anúncios sobre as terras mato-grossenses, são enunciações que rememoram outras enunciações, compreendemos como um enunciado futuro, entre outros possíveis, do memorável da Carta de Pero Vaz de Caminha.

Ao dizer que essas são *as melhores terras do mundo*, o então governador, afirma não ter outro lugar melhor que esse o que possibilita ao migrante a comparação, como exemplo, com as terras do estado do Paraná, conhecidas por sua fertilidade, pois se lá se conseguia desenvolver e galgar melhoria financeira, aqui a possibilidade era muito maior e garantida, pois receberiam o apoio necessário.

A imagem que se quer inculcar e divulgar é a de um estado promissor, que será marcado pela figura sulista que para cá virá com suas inovações. Nesse pronunciamento aos paulistas, desejoso de ocupação e transformação em Mato Grosso dito pelo então governador faz esse espaço significar por um memorável que o retrata como um lugar:

- a) Não civilizado, a maior gleba preparada para receber uma civilização pujante, maior reserva criatória de gado do mundo, lugar de riqueza, terras de primeira ordem, lugar de terra roxa;

A apresentação de Mato Grosso no recorte selecionado permite percebemos um discurso de grandeza e exaltação do lugar, sobre sua terra e suas características e daqueles que se deseja que ocupem esse espaço, percebemos que o paulista, aqui, é visto como o mais capaz de desbravar essas terras, de transformá-la, aquele que é capaz de civilizá-la.

No entanto, não há um discurso de grandeza sobre sua gente, há um silenciamento²² sobre os que aqui estão. O outro, o de fora é aquele que simboliza a prosperidade, o avanço, o progresso. O filho da terra, enquanto aquele que acolhe o forasteiro é diferente, não possui tais e tais características, não é o que desbrava, transforma e civiliza, é o passivo, fadado ao atraso.

Ao final do pronunciamento, reitera-se o apelo, o que aponta para uma futuridade do dizer. Para Gimenes (2007, p.28) é a partir desta identidade da “superioridade paulista”, que Mato Grosso, ou sua política de preenchimento dos “espaços vazios”, na década de 70, procurará produzir discursos de propaganda de suas terras em revistas e jornais,

²² ORLANDI, Eni P. As formas do silêncio: no movimento dos sentidos. 6. ed. Campinas: Ed. Unicamp, 2007.

principalmente, nas regiões em que os rastros dos descendentes europeus são marcantes: as regiões sudeste/sul.

A superioridade paulista e São Paulo como representante legítimo dessa civilidade é assinalada por Albuquerque Júnior (2001, p.45).

O regionalismo paulista se configurara, pois, como um “regionalismo de superioridade”, que se sustenta no desprezo pelos outros nacionais e no orgulho de sua ascendência européia e branca. São Paulo seria, para este discurso regionalista, o berço de uma nação civilizada, progressista e desenvolvimentista.

A contemplação pela “superioridade paulista” é endossada em documentos públicos como, por exemplo, o Relatório de Atividades Desenvolvidas pelo Departamento de Terras e Colonização de Mato Grosso e em discursos proferidos por autoridades como o governador Fernando Corrêa da Costa.

Segundo Guimarães Neto (2002, p. 84), os empresários paulistas foram efetivamente os eleitos pelo regime militar para reencarnar o autêntico *espírito bandeirante*, pois este tinha o perfil almejado para levar adiante os projetos de colonização das terras mato-grossenses.

Entretanto, o pioneiro dessa nova fase, que representará essa memória de progresso, não será mais o filho da terra, mas um pioneiro desbravador, herdeiro dos grandes bandeirantes, responsável por seus locais de origem, as regiões sudeste/sul, consideradas mais desenvolvidas que as demais regiões do país. (Gimenes, 2007, p.27)

Outras políticas de colonização como as de terras devolutas e de grandes espaços vazios foram então implementadas a partir de 1960, nesse momento já não se tinha somente a presença do migrante paulista, mas havia migrantes de várias partes do país, apesar de deste ter sido privilegiado em detrimento de outros migrantes como os de origem nordestina (LENHARO, 1986, p.50).

O pioneiro dessa década é o bandeirante com uma nova roupagem, como assinala Gimenes (2007, p.30). “Apenas, mudaram-se os tempos, o homem já não busca o ouro com tanta ânsia, e acredita mais na terra – naquilo que pode ser tirado através da plantação e do cultivo. Mas, esse homem tem que ser um forte, um trabalhador audacioso e de muita coragem [...]”²³.

Nesse sentido, essa expansão de colonização se dá por várias razões. A constituição jurídico-administrativa do Estado, a urbanização do território de forma mais igual, visto que algumas regiões já estavam povoadas, a busca de riquezas, a expansão da fronteira oeste, e

²³ In Revista O Policial, Cuiabá, 1979, p. 28.

num segundo momento, fomentado pelo Governo Federal, a colonização perdura, agora por outras razões, busca de progresso e civilidade. O migrante sulista e empresas privadas de colonização ocupam os grandes vazios que ainda existiam nas terras mato-grossenses.

3.2 CIDADES DA REGIÃO DE CÁCERES

A história de ocupação, colonização e fundação das cidades que hoje compõem a grande região de Cáceres foram marcadas por essas políticas. Cada história tem sua singularidade. Como consequência dessa política desenvolvimentista, ocorreu a multiplicação de diversos novos municípios nas áreas de fronteira (CUNHA, 2006, p. 89), entre os quais se situa o município de Araputanga.

Araputanga foi criada pela Lei Estadual nº 4.153, de 14 de dezembro de 1979, neste ato desmembrou-se do município de Mirassol D'Oeste, sendo que até o ano de 1976, Mirassol D'Oeste fez parte do município de Cáceres. Em 04 de abril de 1977, Araputanga tornou-se distrito de Mirassol por força da Lei n.º 3.932. Sua emancipação política foi sancionada pelo então governador Frederico Campos, momento que também se nomeou o primeiro administrador do distrito.

Urbanizar as divisas territoriais do país, no contexto do séc. XX se fazia estratégia de domínio territorial, uma vez que o povoamento de pontos estratégicos garantiam a proteção territorial e a povoação dessa região.

A cidade de Cáceres localiza-se na região sudoeste do Estado, constitui-se como um marco, o que garantia a proteção do território de fronteira e ainda possibilitava a expansão de domínio e ocupação das terras quase despovoadas do sudeste do estado, como veremos é através desse ato de fundação de Cáceres, de seu desenvolvimento e dos incentivos dos programas é que as demais terras vão aos poucos sendo povoadas.

Desejosos de que esse movimento promoveria o desenvolvimento da região e que também se colocava enquanto possibilidade de exploração e aproveitamento dos recursos naturais, praticamente inexplorados, o governo propôs alguns empreendimentos para atingir seus objetivos.

A construção da ponte Marechal Rondon, no início da década de 60, sobre o Rio Paraguai, na cidade de Cáceres, viabilizou a expansão desenvolvimentista da região.

Vale destacar que a ocupação e a colonização do território de Mato Grosso passaram por dois processos, um no século XVIII, com a criação de vilas, durante o Brasil colonial, e o

outro no século XX, com a exploração da região norte do Estado de Mato Grosso, povoando terras compradas por colonizadoras do sul do país.

O primeiro movimento, no século XVIII, significou a constituição jurídico-administrativa do Estado e a urbanização de parte de seu território, determinadas pelas políticas de colonização da Coroa portuguesa que, por sua vez buscavam, além de novas riquezas, a exploração e a expansão de sua fronteira oeste, ocupando terras que, pelos tratados acordados anteriormente pelas Coroas portuguesa e espanhola, eram terras espanholas. A partir da segunda metade do século XX, mais precisamente na década de sessenta, aconteceu o segundo movimento colonizador, fomentado pelo Governo Federal e protagonizado por empresas privadas de colonização, principalmente do sul do país, que buscaram a ocupação dos sertões ainda inóspitos da Amazônia mato-grossense. Nesse segundo movimento colonizador, foram fundados diversos povoados que se transformaram em distritos e logo se emanciparam, tornando-se municípios. (PEREIRA, 2015)²⁴

A chegada de novos migrantes, nas décadas de 50 a 70, o desenvolvimento agrícola, pecuário e de extração das riquezas naturais, as relações políticas com a capital Cuiabá impulsionam a emancipação política de vários distritos e glebas.

O desenvolvimento da região oferece a esses locais um perfil de cidade, assim a busca pela emancipação desses territórios torna-se desejo dos pioneiros de cada lugar, as cidades de Mirassol d'Oeste, São José dos Quatro Marcos, Jauru, Figueirópolis e Araputanga são frutos desses movimentos.

A história de colonização do estado de Mato Grosso e de suas cidades é encontrada em documentos institucionais como as atas de fundação, leis, decretos, notícias e anúncios em jornais da época, relatos e narrativas dos migrantes pioneiros, livros que narram a história dessa região, tais documentos constituem em arcabouço documental e fonte riquíssima de análise.

A importância de trabalhos dessa natureza vem sendo constituídos, ao longo das últimas décadas por estudiosos da Universidade do Estado de Mato Grosso - UNEMAT. Essa relação de trabalho foi iniciada entre professores pesquisadores da instituição com a UNICAMP e se estende hoje ao PPGL/UNEMAT²⁵.

Entre os estudos já realizados sobre a cidade pelo viés da Semântica do Acontecimento, resalto aqui os trabalhos dos Projetos de Pesquisas: Estudo da Significação: Nomes Próprios/FAPEMAT e Atlas dos Nomes que Dizem das Cidades Brasileiras - Um Estudo Semântico-Enunciativo: Nomes Próprios/CNPq.

²⁴ Prelo

²⁵ Programa de Pós Graduação em Linguística da Universidade do Estado de Mato Grosso-UNEMAT.

Tais pesquisas se colocam como referência em estudos sobre nomes próprios em Mato Grosso. Em destaque há inúmeros trabalhos publicados, a exemplo, pelos pesquisadores, Karim (2012), Zattar (2007), Gimenes-Moralis (2000, 2008, 2014), e mais recentemente Pereira (2012), Szubris (2013), Veronez (2014) entre outros. São pesquisas que dizem do espaço de cidades mato-grossenses.

3.3 CONSIDERAÇÕES SOBRE O SURGIMENTO DO MUNICÍPIO DE ARAPUTANGA

O território de Araputanga foi habitado por povos indígenas bororos desde tempos imemoriais, e estes foram denominados pelos paulistas por Índios Cabaçais, os últimos desta etnia se encontram na Tribo Umutina no município de Barra do Bugres.

A região, a princípio, foi objeto de trabalho dos poaieiros que extraíam raízes de um arbusto denominado Ipecacuanha – a ipeca, de propriedades medicinais, no entanto, ao longo do percurso de ocupação da região a riqueza da flora chamou a atenção dos que chegaram, uma terra rica em babaçu, o que diz, segundo os pioneiros, da fertilidade da terra, esse fator foi relevante para a escolha de famílias migrantes no momento de comprar terras.

A árvore de nome *Swietenia macrophylla*, da família das meliáceas, também conhecida, pelos sinônimos mogno e araputanga, era a madeira em abundância na região, ao longo da história de nomeações do município, o nome Araputanga perdurou e oficializou-se.

A fundação das cidades é marcada por muitos desejos e sonhos, desejo de povoar e explorar terras boas e férteis, desejo este que impulsionou ocupações de muitos espaços brasileiros, a cidade de Araputanga também está neste arcabouço, neste espaço onde a busca por realizações pessoais e políticas foram marcadamente presente.

O registro que diz do contexto histórico de Araputanga, Xavier (1999) relata que o município foi fundado por incentivo da política de valorização da Amazônia, que se iniciou em 1964, ainda no regime militar brasileiro, sob a presidência de Castelo Branco, processo esse presente nas fundações das cidades vizinhas.

A preocupação do Governo Federal com essa iniciativa era estimular a valorização da Região Norte e Centro-Oeste do país. XAVIER (1997, p.19) cita o relato do pioneiro e até representante político da região, Sr. Shiguemitsu Sato sobre esse período “[...] o Estado vendia terras a preços irrisórios, e, por sua vez, os compradores se comprometiam a abrir estradas e assentar infraestrutura para a colonização”. Nesse sentido, podemos observar que a ocupação

atual do município de Araputanga é fruto também desses incentivos, os quais marcam as histórias da maioria das cidades de Mato Grosso.

Através desse projeto de integração nacional, como reafirma XAVIER (1999, p. 16) o governo propunha esvaziar as tensões existentes na Região Sudeste, o que possibilitava que a Região Centro-Oeste fosse povoada.

Nelson da Costa Marques conheceu a região na década de 40, mediu terras entre os rios Jauru, Cabaçal e Bugres, e diante disso, separou para si algumas sobras, localizadas entre o Vale das Pitãs, do Bugre, Água Suja e do Córrego Grande, após legalizar as terras tomou posse de um número expressivo de terras desta região.

Por volta de 1954 o engenheiro agrônomo Dr. Nelson da Costa Marques, a serviço do estado de Mato Grosso, percebeu na conclusão de seu trabalho que havia uma grande sobre de terra entre os rios Jauru, Cabaçal e Bugres, que não pertencia a ninguém. Essa área, segundo informações do próprio Dr. Nelson tinha em média 25.000 hectares. O que corresponde mais ou menos a 10.330 alqueires de terra, que deixaria qualquer um apaixonado pela sua beleza e qualidade. Isso fez com que ele requeresse essas sobras junto ao então Governo do estado de Mato Grosso, conseguindo pouco depois alcançar o seu objetivo, obtendo a posse. (XAVIER, 1997, p.20).

Ao chegar, assim como outros pioneiros, se deparou com uma terra rica, com os aspectos geográficos desejados para instalação. Os incentivos eram vantajosos, havia algumas exigências, normas do projeto, uma delas seria que o trabalhador que estivesse em busca de terras deveria permanecer um tempo determinado no local para ser considerado proprietário. E esse incentivo, oferecido aos homens e suas famílias, favoreceu a ocupação do município. Os registros relatam ocupação por migrantes provenientes de Estados distintos, como Goiás, Santa Catarina, Espírito Santo, Minas Gerais, Pernambuco, Ceará.

O Histórico sobre Araputanga registra como fundador da cidade o Dr. Nelson da Costa Marques, e de acordo com os relatos e documento de Declaração foi feita uma doação de 40 hectares para a fundação de uma cidade. No entanto, as terras onde se localiza a cidade de Araputanga pertenciam ao Sr. Fiinho Leão, foram compradas pelo Sr. Shigueyoshi Sato, pai do Sr. Shiguemitsu Sato, o qual tem a posse da Escritura de Compra e Venda dessas terras. Compreendemos que o contexto histórico, quer oficial ou não, apresenta um processo de organização para a fundação de uma cidade²⁶, no entanto, a questão do fundador ainda suscita questionamentos.

²⁶ A questão sobre a Fundação da cidade não é o foco deste trabalho, no entanto, ressaltamos a importância de trazer as versões sobre esse processo, objeto que deve servir de reflexão para uma próxima pesquisa.

A Família Sato, para a fundação da cidade, fez grandes doações de lotes e terrenos para viabilizar o desenvolvimento de Araputanga, como afirma Elizabeth Eiko Nakagi Sato “a maior parte da nossa fazenda foi doada para que a cidade se desenvolvesse. Até para os bancos, as indústrias, tudo que tem aí [...] quase tudo foi doado, em outro lugar a gente não vê isso, é tudo vendido²⁷”.

Nessa direção, apresentaremos o estudo semântico-enunciativo dos nomes dados à cidade de Araputanga, compreendemos que os nomes movimentam sentidos, rememorando outras enunciações, que passam a designar lugares, esse percurso se instala como necessário, uma vez que, a história enunciativa sobre a cidade funde-se à história enunciativa do nome da rua que se coloca como centralidade de análise nessa pesquisa.

Nessa direção, representamos o processo de renomeações da cidade de Araputanga. Informaremos o contexto histórico, o ato administrativo e o nome.

Entre os anos de 1956 e 1958	Não há registros oficiais da nomeação.	Ituinópolis
Entre os anos de 1960 e 1962	Registro do nome “Paixão” na Escritura de Compra e Venda de um Lote de terras, em 04/06/1.962, assinada pelo escrevente juramentado Nélcio Paes de Campos, Livro 97, Folhas 12 C/121vº, do Cartório do Primeiro Ofício Aurélio Olegário de Campos da Comarca de Cáceres.	Gleba “Paixão”
Ano de 1977	Lei nº 3.922, de 04/10/1977 fica elevado à categoria de Distrito, com o nome de Araputanga o distrito do mesmo nome, criado como unidade integrante do município de Mirassol	Distrito de Araputanga

²⁷ Entrevista disponível no Centro Histórico de Araputanga.

	D'Oeste.	
Ano de 1979	O Distrito torna-se município pela Lei Estadual nº 4.153 de 14 de dezembro de 1979 e a partir dos termos da Lei Complementar Federal n.º 01, de 09/11/1967, o município de Araputanga foi instalado no dia 31 de janeiro de 1981, com a posse do prefeito, vice-prefeito e vereadores a serem eleitos a 15 de novembro de 1980.	Município de Araputanga

Para analisar os nomes Ituinópolis, Gleba Paixão e Araputanga, nos acontecimentos de linguagem em que essas nomeações são enunciadas, tomamos como material de análise textos oficiais e não oficiais. Com essa análise pretendemos apresentar o movimento de semantização desses nomes, tomando seu funcionamento como um modo de determinação social e histórica que produz os sentidos de identidade dessa cidade.

O procedimento de análise nos permite afirmar que o processo de nomeação não se dá de forma aleatória, uma vez que as nomeações funcionam a partir de um memorável e em cenas enunciativas específicas²⁸. Nessa perspectiva, o que é dito no presente só significa porque o acontecimento recorta um memorável e projeta uma futuridade, ou seja, abre-se para novas interpretações. (GUIMARÃES, 2002, p.11)

Assim, as análises se dão observando o funcionamento semântico-enunciativo, pensando a nomeação em relação ao espaço de enunciação e às questões políticas, sociais e históricas que determinaram essas nomeações e o memorável no acontecimento dos nomes da cidade, observando o funcionamento do conjunto de enunciações já realizadas.

O percurso pelos sentidos das nomeações da cidade de Araputanga permitiu olhares mais específicos sobre o passado, e ao nos reportarmos para os dizeres sobre a origem da

²⁸ A cena enunciativa é tomada, nessa perspectiva, como o lugar onde, em função do acontecimento enunciativo, os lugares de dizer são distribuídos, caracterizando-se, assim, uma deontologia particular à temporalização que se dá no acontecimento.

cidade, observamos que dizer da origem da cidade implica dizer da origem da rua que se coloca como central nessa pesquisa, visto que cidade e rua possuem a mesma origem.

3.3.1 Ituinópolis

A historiografia da cidade registra que entre os anos de 1.957 e 1.958 um grupo de coreanos e/ou japoneses adquiriu terras na região, a fim de implantar uma colonização que fosse modelo e, nela situaram a sede, à margem esquerda do Córrego das Pitas, denominaram o lugar de Ituinópolis, mas o empreendimento almejado não obteve bons resultados e assim, deixaram a região.

É a este grupo de migrantes que a história delega a primeira nomeação das terras à margem do Ribeirão das Pitas. Ituinópolis, esse nome, segundo as narrativas, referia-se às terras a margem esquerda do córrego, denominado Ribeirão das Pitas.

Os relatos dos pioneiros, bem como outros registros históricos sobre Araputanga dizem sobre o grupo de migrantes coreanos e/ou japoneses.

(R. 1)

Nessa área de terras que meu pai comprou tinha morado uma ou duas famílias japonesas, japoneses mesmo! Só que eles tinham abandonado, era muito difícil a sobrevivência aqui, eles abandonaram. Eles abandonaram e tinha uns dois a três ranchos, e esses eram feitos de taquarussú, de tábuas de taquarussú; essas casas eram ranchos abandonados, mas meu pai comprou e já tinha esses ranchos, comprou a terra e já tinha esses ranchos abandonados, então ele já sabia onde que ia por a mudança e tinha remanescentes de pequenas hortaliças que eles deixaram plantados: couve, tinha alho [...] então tinha algumas verduras [...] a terra era muito boa e úmida. Nós não tivemos contato com ninguém.²⁹ (Arquivo Centro Histórico de Araputanga-MT)

A falta de identificação com o lugar levou o grupo de coreanos e/ou japoneses migrantes morarem menos de três anos em Ituinópolis, nesse período construíram casas de taipas, para a década eram as melhores que aqui tinham. Os registros não especificam quais foram os motivos para o abandono das terras, apenas que deixaram tudo, o nome dado ao lugar também pouco durou.

De certa maneira a desistência de permanecer no lugar, contribui para que ocorra uma nova nomeação, o nome dado antes não significa o lugar tal qual significava ao grupo que a nomeou. Tem-se então uma renomeação que sobrepõe a primeira.

²⁹ Relato do Sr. DÉCIO MAMEDES, acervo do Centro Histórico do município de Araputanga. Entrevista em 17/09/2007.

Notadamente, observamos que o pronunciamento do Governador de Mato Grosso, que funcionara antes para migrantes desbravarem a região, não funciona igualmente para todos, a exemplo esse grupo de migrantes que abandonam a região. As enunciações que diziam de terras férteis e progresso, aqui, especificamente, não se concretizam.

(R.2)

(...) quem trouxe o pessoal pra essa região foi meu pai³⁰, mais lá distante um pouco tinha o Fumiu, do outro lado das Pitas o Inagaki, era os únicos duas famílias pequenas que tinha, e aqui logo do outro lado tinha uma clareira aberta por outros japoneses que abandonaram o local, mas tinha os ranchos, que foi a primeira morada nossa, [...] meu pai trouxe os Mamedes!³¹ (Arquivo Centro Histórico de Araputanga-MT)

Xavier (1997) relata sobre o nome de Ituinópolis e no dizer da historiografia, a nomeação é atribuída aos senhores Fumio, Iamura e Mário Shimiti, em outros relatos a nomeação é atribuída ao outro grupo de migrantes que fora embora. A dupla versão sobre a nomeação deve se dar pela origem oriental de todas as famílias citadas, uma vez que os descendentes das famílias citadas por Xavier, Fumio, Iamura e Mário Shimiti, não confirmam tal versão.

Nesse mesmo ano, José Araújo Barros veio para trabalhar nas terras do Sr. Alcides, onde plantaram café, que era a grande sensação econômica do Estado de Mato Grosso, apesar de ter diminuído o seu poderio a nível nacional. Vieram as famílias dos senhores Gabriel Vilas Boas, Bertulino Micheles, Irio Matias e Fumio Itai que compraram terras e fixaram moradia (...) Até então, a região já tinha sido chamada de Ribeirão das Pita e já era conhecida como Ituinópolis, nome dado por Fumio, Iamura e Mário Shimiti. (XAVIER, 1997, p.20)

A história nos fala de acontecimentos passados que foram registrados a partir da ótica de alguém, a história do lugar mistura-se à história de sua gente, dos pioneiros, que com a força de trabalho conseguiram transformar o espaço, oferecendo características de civilidade e progresso. A região ao ser nomeada por Ituinópolis, mesmo que não oficialmente, passa a significar gesto de progresso e civilidade do lugar.

A formação do nome Ituinópolis produz esse efeito semântico: *Pólis* do grego que significa *cidade-estado*. Na Grécia Antiga, a *pólis* era entendida como um pequeno território localizado geograficamente no ponto mais alto de cada região, cujas características deveriam ser equivalentes a uma cidade.

³⁰ O pai do Sr. Ademir Cândido é de Minas Gerais, pioneiro da cidade de Araputanga.

³¹ Relato do Sr. ADEMIR CÂNDIDO, acervo do Centro Histórico do município de Araputanga. Entrevista em 17/09/2007.

A formação do nome, de certa maneira, diz de um memorável cidadão, e ao nomear abre-se uma futuridade, possibilitando novas enunciações para o espaço e do espaço, o acontecimento recorta, possivelmente, outros memoráveis como o da nomeação da cidade do estado de São Paulo Itu, cidade que possui presença marcante de imigrantes japoneses e seus descendentes.

Ao nos reportarmos à historiografia da cidade de Itu em São Paulo, verificamos que a primeira nomeação de Itu é *Itu-Guaçu*, a qual significa queda ou salto de água, “a mais notável catadupa”, *Itu-Guaçu* é um topônimo indígena, o nome dado à queda de água dá nome ao lugar. Assim, o nome foi mantido pelo fundador de Itu, o qual registrou em seu testamento, lavrado a 12 de dezembro de 1652: “Eu o capitão Domingos Fernandes morador na Vila de Santana de Parnaíba e residente neste Utu-Guaçu...”, o nome permanece nos atos administrativos seguintes. Em 1653, o Capitão-Mor de São Vicente, Gonçalo Couraça de Mesquita, eleva o lugar à categoria de vila, isso gerou protestos das Câmaras de São Paulo e Parnaíba, visto que ainda não possuía os aspectos para tal categoria, no entanto, em provisão de 18 de abril de 1567 do Ouvidor Miguel Cabello, ratifica o ato de Gonçalo Couraça, prevalecendo a constituição de Itu à vila.

De acordo com o lexicógrafo Francisco da Silveira Bueno, Itu procede desse termo tupi, correspondente à “cachoeira grande”: Itu – salto, cascata, cachoeira (de *y*, água, rio; e *tu*, onomatopeia do estrondo das águas ao caírem do alto abaixo). Nessa direção, e considerando que o grupo oriental nomeou a partir do nome ITU, o nome Ituinópolis recorta como memorável o acontecimento enunciativo que nomeou ITU, e o passado (memorável) do testamento do capitão Domingos Fernandes, dos atos que elevaram o lugar a categoria de vila, cidade e o memorável da nomeação indígena, em outra língua, o tupi. Nesse sentido, o acréscimo de pólis ao nome produz o efeito de progresso e desenvolvimento para a região, uma nova Itu, Ituinópolis.

Considerando a história de migração coreana, japonesa e chinesa para o Brasil, temos os seguintes dados historiográficos.

Origem	Data de chegada	Local	Navio	Nº de pessoas
Chineses	15/08/1900	São Paulo	Vapor Malange	107 pessoas
Japoneses	18/06/1908	São Paulo	Kasato Maru	165 famílias
Coreanos	12/02/1962	São Paulo	Tjitjalenka	17 famílias

Os dados historiográficos sobre quem nomeou o lugar por Ituinópolis é impreciso, “*grupo de coreanos ou japoneses*”, os dados acima nos indicam que a chegada dos primeiros coreanos ao Brasil foi em 1962, houve a visita de oficiais coreanos para tratar do acordo de migração entre os países e conhecer o Brasil e então em 1963 chegam as primeiras famílias coreanas ao Brasil. O YOUNY JOO³² atraiu muitos coreanos para o Brasil, era a possibilidade de uma vida melhor aos filhos, e moradia permanente após nascimento de um filho brasileiro. Tal dado nos leva a afirmar que não foram coreanos que estiveram na região de Araputanga entre as décadas de 50 e 60 e que poderiam ter nomeado o lugar por Ituinópolis.

O pequeno grupo de orientais que nomeou o lugar constitui-se de chineses ou japoneses, como não há registros que dizem especificamente sobre a origem das famílias. Sabe-se que eram orientais. Há versões sobre, pois observamos que há relatos de pioneiros japoneses de Araputanga que afirmam que o grupo não era de japoneses, “*eles eram diferentes, não eram japoneses*” e outros que acreditam que “*eram japoneses, japoneses mesmo*”. Considerando a data de chegada dos migrantes chineses, e que há uma antiga crença chinesa de nome *Akai Ito*³³ que significa *Fio Vermelho do Destino*, nos leva a compreender o funcionamento semântico do nome Ituinópolis como um nome que recorta o memorável da lenda chinesa Akai Ito. Itu (fio vermelho) é rememorado pela cor vermelha da madeira + pólis (cidade). A crença do Akai Ito também é conhecida no Japão, assim o grupo também poderia ser de japoneses. O nome Ituinópolis produz um efeito de sentido que diz do lugar, a cor vermelha da madeira faz rememorar o nome da crença, os efeitos de sentido do vermelho do fio do destino, o vermelho, designa o lugar, tal qual o fio vermelho designa o encontro do verdadeiro amor, independentemente do tempo, pois é destino, tal efeito de sentido passa a designar simbolicamente o lugar, o nome constitui-se com esses efeitos. Da mesma forma que o fio conecta alguém a seu amor verdadeiro, a cor da árvore os conectava ao lugar, “Um fio vermelho invisível que conecta os que estão destinados a conhecer-se, independentemente do tempo, lugar ou circunstância”. O efeito simbólico da cor constitui o nome e o lugar. Ituinópolis significa **cidade vermelha**³⁴. O lugar social do migrante recorta como memorável a Antiga crença Chinesa para nomear o novo lugar.

³² Significa, para o migrante chinês, *Moradia Permanente* no Brasil, direito adquirido após nascimento de um filho brasileiro.

³³ “*Um fio invisível conecta os que estão destinados a conhecer-se. Independentemente do tempo, lugar ou circunstância. O fio pode esticar ou emaranhar-se mas nunca irá partir.*” - Antiga crença chinesa

³⁴ Esta análise designativa do nome Ituinópolis será apresentada em artigo sobre o processo de renomeações da cidade.

3.3.2 Gleba Paixão

O então dono das terras, Nelson da Costa Marques, resolveu lotear a propriedade que localizava nessas terras. A primeira escritura pública é datada de 26 de julho de 1.958, quem adquiriu o primeiro terreno foi Alcides Vidal Salomé, também adquiriram terras Gabriel Villas Boas, Bertolino Micheles, Írio Mathias, Fumio Itai e José Cearense.

Nesse mesmo ano de 1958 (16 de julho) fora aberta a primeira ‘picada’, caminho feito a golpes de facão até o Corrêgo das Pitas por Bertolino Micheles e Fumio Itai. É esse espaço que receberá, mais tarde, a nomeação **Rabo da Gata**, constituindo-se a primeira rua do município. É nesse contexto que se dá a renomeação de Ituinópolis por Gleba Paixão.

Nesse período, era comum para os pioneiros assentarem barracos com intuito de estabelecer uma moradia temporária e também abrir a mata para plantação de lavoura de subsistência. A década de 60 marca a chegada de mais famílias, entre elas a família Mamedes, Pimenta, Sato, Tavares, Horácio entre outras.

A escritura Pública de Compra e Venda, de 04 de junho de 1.962, assinada pelo escrevente juramentado Nélio Paes de Campos, Livro 97, Folhas 12 C/121vº, do Cartório do Primeiro Ofício Aurélio Olegário de Campos da Comarca de Cáceres diz da compra e venda de um lote (638) hectares e (8.800m²) de terras pastais e lavradas neste município, em um lugar denominado “**Paixão**”.

Esta é a forma legal da nomeação encontrada em registros oficiais que referem ao contexto em questão. Todavia, há outros documentos históricos da cidade que registram o nome **Gleba Paixão** designando o lugar. O uso do termo gleba, nesse período histórico, era bastante comum para referir a lugares pouco povoados.

Apesar de compreendermos que o étimo de uma palavra não abarca toda movedura semântica nos valeremos desse princípio para trazer algumas designações de gleba. A etimologia da palavra gleba – *glebam* de origem latina - traz os sentidos de solo cultivável, porção de terra, terreno onde se encontra mineral, propriedade agrícola, terreno feudal, torrão.

Para Scavone Junior³⁵ o termo *gleba* configura-se em uma porção de terra que não tenha sido submetida a parcelamento sob a égide da Lei nº 6.766/79, o que equivale dizer que estaremos diante de uma *gleba* se a porção de terra jamais foi loteada ou desmembrada sob a vigência da nova Lei.

³⁵Loteamento fechado e loteamento irregular. Disponível em <http://www.scavone.adv.br/loteamento-loteamento-fechado-e-loteamento-irregular.html>. Acesso em 22 de novembro 2015.

Nesse sentido, a palavra *gleba* diz de terra sem exploração, sem qualquer regulamentação e adequação às leis brasileiras e regionais. Logo, o percurso histórico permite dizer que esse era o perfil da maioria das terras que formavam o estado de Mato Grosso e do próprio estado como podemos observar no recorte do jornal O Estado de Mato Grosso: Cuiabá, Jornal, 24 de fevereiro de 1963, nº 4.236, p. 01. “*Venham nos ajudar a desbravar a maior **gleba** preparada para receber uma civilização pujante, que é Mato Grosso*”.

Essa realidade se dava em muitos espaços, era comum, como afirmamos o uso do termo *gleba*, como podemos observar na ata de fundação de Mirassol D'Oeste, conforme o recorte selecionado abaixo:

Aos vinte e oito dias do mês de outubro do ano de mil novecentos e sessenta e quatro, às nove horas, foi procedida a Bênção do Cruzeiro, no local onde será erguida a futura capela em louvor a São Judas Tadeu, dando assim esta solenidade início à Fundação do Patrimônio de Mirassol D'Oeste, no Município de Cáceres, Estado de Mato Grosso. O nome do Patrimônio hoje fundado, foi dado em homenagem à Mirassol, progressista cidade do Estado de São Paulo, de onde procedem grande parte dos pioneiros desta localidade, entre eles, o saudoso ANTÔNIO LOPES MOLON, cuja família, ali ainda reside; falecido a 06 de novembro de 1962, sem ter tido a oportunidade de ver realizado o seu sonho de povoamento desta **gleba**.(LEITE, 1995, p.12). (grifo nosso)

O registro no jornal O Estado de Mato Grosso do acontecimento do dizer do então governador do Estado de Mato Grosso, Fernando Corrêa da Costa, apresentando Mato Grosso e toda sua porção de terras como uma enorme *gleba*, permite enunciações como: cada região que o forma também, por extensão, é uma *gleba*.

Mato Grosso e toda sua extensão territorial eram designados por **gleba**: terra inexplorada a espera daqueles que bravamente e com recursos financeiros quisessem se estabelecer, uma terra-mãe, terra-canaã que proporia a realização de todos os sonhos que assim como no Sul do país aqui também seriam concretizados.

Os nomes se constituem enquanto nomes e significam como tal pelas histórias que os enunciam, nesse sentido não há como falar da história de um nome sem que se fale da História em que o nome se dá como nome, Guimarães (1992, p. 16). A nomeação da *gleba* por Paixão rememora, constatações do pioneiro ao fazer leituras do lugar e das suas circunstâncias e de como tal lugar proporciona bem estar e encantamento.

A nomeação Paixão descreve o sentimento do migrante pelo lugar, paixão pela terra e pelo o que ela podia oferecer. O apego, o gosto pela terra e tudo o que nela há se dá pela questão da relação do pioneiro e o lugar. Percebemos aqui que o processo de renomeação recorta um sentimento que diz do contato e da vivência do pioneiro com o espaço, enunciar

Gleba Paixão é materializar tal sentimento.

O lugar social, locutor-pioneiro, que nomeou Ituinópolis é agenciado diferentemente do locutor-pioneiro que nomeia Gleba Paixão, o Locutor diz do lugar social daquele que ocupa e desbrava a terra, mas são enunciações que recortam memoráveis específicos: Ituinópolis recorta como memorável as enunciações que nomearam ITU em São Paulo. A enunciação do testamento do fundador de Itu-SP, capitão Domingos Fernandes, rememora a enunciação de outra língua, o tupi, que nomeia o lugar por *Itu Guaçu*, sendo o nome uma descrição, uma característica contida nele mesmo; e o memorável cidadão da *pólis*. O outro memorável pode ser o da lenda chinesa *Akai Ito*, a cor vermelha da madeira da região, novamente, não só constitutiva do nome Araputanga, mas seria também de Ituinópolis, assim Ituinópolis tem como sentido *cidade vermelha*.

Gleba Paixão recorta como memorável o próprio pioneiro, uma vez que o sentimento de paixão emana daqueles que habitam o lugar e com ele se identificam, enunciar esse sentimento como nome é declarar a todos a relação própria daquele que nomeia com o objeto nomeado, aqui a terra, a gleba.

Dessa forma, o nome Paixão designa não só a terra, mas o sentimento dos seus pioneiros pelo lugar, “*eu acreditava que ali... era uma região muito rica, e tinha todas as condições para se desenvolver. Por isso eu fiço a doação*”, relato do Dr. Nelson sobre as terras e o nome Gleba Paixão, “*Eu até, fui eu quem dei esse nome né*”.

A referência ao nome Gleba Paixão está registrada também em documentos da escola que funcionava nesse contexto histórico, a qual foi nomeada por Escola Rural Mista da Gleba Paixão, vinculada a Cáceres.

(R.3)

A primeira escola começou a funcionar a 23 de março de 1961, foi construída com tabuinhas de Mamica, nas proximidades da futura propriedade da família Eliseu de Macedo. Chamava-se Escola Rural Mista da Gleba Paixão. Os primeiros professores foram: Fany Inagake, Joana do Ditão, Satie Sato, Lourdes de Oliveira Mamedes, Rosa Itai, Francisco da Silva, Palmira Rosa da Silva, Aristides da Silva, entre outros.³⁶(Arquivo Centro Histórico de Araputanga-MT)

A nomeação Gleba Paixão não só referia-se aos sentimentos que essa terra despertava em seus habitantes, mas identificava e localizava os que aqui estavam e situavam àqueles que aqui queriam chegar. O recorte do relato dos pioneiros Ademir Cândido e Décio Mamedes traz uma nova designação não do nome Paixão, mas da palavra gleba.

³⁶ Disponível em A História Oficial de Araputanga.

(R.4)

Ademir Cândido: *Quando passou a minha tia a fazer estágio, curso para ser professora mesmo pra dar aula pelo Estado, aí passou a chamar Escola Rural Mista da Gleba Paixão, vinculada a Cáceres. O nosso nome assim, o povo lá em Cáceres chamava a gente de povo de gleba a não é pra quem que você vendeu tal coisa? Quem teve aqui comprando? Ai eles falavam acho que é para esse povo de gleba.*

Décio Mamedes: *Aqui era uma gleba de terra que o Dr. Nelson loteou e vendeu. Hoje não tem esse negócio de gleba, inclusive as placas lá em Cáceres tava as plaquinha indicando: Gleba! Gleba! Gleba Paixão.*

Ademir Cândido: *Ah Não! Pra quem você vendeu tal coisa? Quem teve aqui comprando? Acho que foi pra esse povo de gleba ai que nós vendemos. Que eles separavam muito, o cacerense é de origem boliviana, indígenas, bastante, a grande maioria. Então, o diferente éramos nós que éramos pessoas diferentes que vinha lá de Goiás, Minas Gerais, um pouco vinha de São Paulo que tinha fisionomia mais clara e diferente né, o jeito de fala né. Então, tudo eles chamava o povo daqui de povo de gleba. (Arquivo Centro Histórico de Araputanga-MT)*

No recorte em questão, a palavra **gleba**, ganha uma nova designação. Gleba caracteriza pessoas “os de fora”, “os diferentes”, gleba identifica o forasteiro com identidade diferente, cor diferente, pele diferente. Gleba é lugar de gente de fora. Gleba, aqui, identifica não só o lugar, mas o morador “povo de gleba”. Cáceres é o lugar de gente da terra, não é gleba.

A letra do Hino Oficial³⁷ da cidade de Araputanga traz como título ‘Araputanga Terra Apaixonante’, são enunciações que se colocam como enunciados futuros do acontecimento enunciativo que nomeou a gleba por Paixão, que por sua vez rememora os sentimentos que a terra despertou no povo pioneiro.

Tanto o título, como as expressões que se dão na letra, recortam essas enunciações já ditas “*terras apaixonantes, que aos pioneiros prontamente encantaram, heróis guerreiros que com garra impressionante, aqui em busca de progresso se instalaram*”. Isto nos remete ao que diz Guimarães (2005, p. 2), há um agenciamento específico “pelos quais o acontecimento do dizer mobiliza a língua em textualidades particulares”.

O nome Gleba Paixão rememora outras enunciações que presentificam nessa temporalidade que renomeou o lugar, de tal modo que ‘*terras apaixonantes*’, ‘*terras boas e férteis*’, ‘*as melhores terras do mundo*’, ‘*região muito rica*’ são enunciados constitutivos do nome Gleba Paixão e da nova renomeação: Araputanga.

O sujeito não fala no presente, no tempo, embora o locutor o represente assim, pois

³⁷ A letra e música do hino são de autoria do Sr. José Nilvado de Lima.

só é sujeito enquanto afetado pelo interdiscurso, memória de sentidos, estruturada pelo acontecimento, que faz a língua funcionar. Falar é estar nesta memória, portanto não é estar no tempo (dimensão empírica) (GUIMARÃES, 2002, p.14)

Gleba Paixão, *a terra da madeira vermelha, gleba do mogno, gleba da madeira araputanga, região de araputanga em abundância*, são determinações que vão direcionando para essa nova reescrituração. A fartura dessa madeira instigou muitos pioneiros a permanecer nesta terra pela exploração ou pela beleza que a região oferecia e de maneira pontual esse lugar de beleza e riquezas inexploradas, são sentidos que funcionam na constituição enunciativa do nome do lugar, Araputanga. Assim, o nome Araputanga se dá como recorte de um memorável constitutivo dos nomes que determinam a terra, a gleba, o funcionamento enunciativo desses acontecimentos abre em si a latência de futuridade possibilitando desse modo a enunciação que passa a nomear oficialmente o lugar como, Distrito de Araputanga e, posteriormente, município de Araputanga.

3.3.3 Araputanga

O Governo de Mato Grosso eleva à categoria de município e distrito Mirassol D'Oeste, pela Lei Estadual n.º 3.698, de 14 de maio de 1976, desmembrando-o do município de Cáceres. Instala-se como município em 01 de fevereiro de 1977. Nessa nova unidade municipal criou-se o Distrito de Araputanga através da Lei Estadual n.º 3932, de 04 de outubro de 1977, subordinado então ao município de Mirassol D'Oeste.

Tendo em vista o desenvolvimento da região, pautado na economia agrícola e pecuária, e a constante expansão da população, dois anos mais tarde, o distrito foi elevado à categoria de município com a denominação de Araputanga, pela Lei Estadual n.º 4153, de 14 de dezembro de 1979, desmembrado do município de Mirassol D'Oeste.

A Lei é de autoria do Deputado Aldo Borges e foi sancionada pelo então Governador Frederico Campos, conforme os artigos abaixo:

Artigo 1º- Fica elevado à categoria de município, com o nome de Araputanga o distrito do mesmo nome, criado como unidade integrante do município de Mirassol D'Oeste, pela Lei n.º 3.922, de 04/10/1977.

Artigo 2º - Nos termos da Lei Complementar Federal n.º 01, de 09/11/1967, o município de Araputanga será instalado no dia 31 de janeiro de 1981, com a posse do prefeito, vice-prefeito e vereadores a serem eleitos a 15 de novembro de 1980.

Assim, o município é instalado em 31 de janeiro de 1981. O acontecimento de nomeação da cidade de Araputanga se dá do lugar social do locutor oficial (governador do Estado) que assume a palavra enquanto falante da Língua Portuguesa para nomear.

Para a análise enunciativa é importante retomarmos que a Gleba Paixão era referida como “*a terra da madeira vermelha, gleba do mogno, gleba da madeira araputanga, região de araputanga em abundância*”, observamos que essas expressões que referiam e localizavam Gleba Paixão constituem o memorável do acontecimento do dizer que nomeia Araputanga.

O nome “araputanga” aparece nas enunciações que referiam a Gleba Paixão. Há na história de enunciações a presença de um processo de (re)nomeações: Ituinópolis, Gleba Paixão e Araputanga.

Nesse sentido, a nomeação Araputanga rememora os acontecimentos enunciativos em que comerciantes e pioneiros chamavam esse lugar de “a terra da madeira vermelha, gleba do mogno, gleba da madeira araputanga, região de araputanga em abundância” são enunciações que identificavam a região, em virtude de haver uma quantidade grandiosa dessa madeira. Araputanga em tupi-guarani significa literalmente: arara vermelha (ará) arara e (putanga) vermelha, na perspectiva de análise tomada aqui, compreendemos que o nome da madeira rememora, por referência, a cor (putanga) da ave, assim o nome recorta o memorável da nomeação da ave para nomear o lugar rico em madeira de cor vermelha.

O livro **Mato Grosso e seus Municípios** (1997) registra que o nome do município é uma referência à madeira.

O atual nome da cidade foi sugerido em função da grande quantidade de mogno (também conhecido por araputanga) existente na região. O lugarejo denominado Vila Ribeirão das Pitas passou a ser Ituinópolis e, sucessivamente, Gleba da Paixão, em homenagem aos apaixonados pelas terras (JOSÉ FERREIRA, 1997, p. 52)

A renomeação do espaço se dá enquanto uma característica que se vê contida nele, assim, há um processo metonímico de nomeação. “A reescrituração é uma operação que significa, na temporalidade do acontecimento” (GUIMARÃES, 2002, p.28), enunciar Araputanga enquanto nome é recortar rememorações de acontecimentos enunciativos nos quais este nome se deu. “Este presente e futuro próprios do acontecimento funcionam por um passado que os faz significar” (GUIMARÃES, 2002, p.12).

Nesta medida, pode-se dizer que este memorável de acontecimentos “esta é a terra onde há araputanga, terra de grande quantidade de mogno” significa **Araputanga**, e a cada nova temporalidade projeta-se sentidos, pela futuridade própria do acontecimento abre espaço para novas interpretações, novas enunciações.

O nome da madeira passa a ser o nome do lugar. O lugar passa a ser identificado por ser a terra onde há a madeira araputanga, o nome da madeira nobre identifica, localiza, nomeia e designa a cidade. A renomeação vem pela constituição de sentidos próprios da origem e quantidade de madeira na região. É a natureza a responsável pela releitura que fazem do lugar para produzir a renomeação.

Através do relato de Ademir Cândido, filho do pioneiro Sr. Oriston, observamos que o nome Araputanga pode recortar também outro memorável. O nome é referência a uma lembrança de nomeação de outro espaço urbano, a cidade de Arapongas no Estado de Minas Gerais,

(R.5)

Ademir Cândido: Meu pai, ele admirava de mais a natureza, as matas aqui, e tinha essa madeira Araputanga e meu pai achava que era realmente uma grande riqueza da região, essa madeira, e como sempre foi mesmo, e hoje está praticamente extinta. Então ele conheceu um lugar que se chamava Arapongas, mas como aqui tinha essa madeira Araputanga, ele achou que aqui devia chamar Araputanga, ao invés de Gleba Paixão. Ele pegou uma tábua e escreveu Araputanga e fixou, se eu não me engano foi numa árvore, lá na entrada do povoado e a partir disso aí passou a chamar Araputanga. O nome foi decisão dele mesmo. Eu lembro dele contar que: Arapongas - tinha um lugar que chamava aquele gostoso nome Arapongas, mais como aqui tinha muita Araputanga ele achava que deveria ser Araputanga. (Arquivo Centro Histórico de Araputanga-MT, grifo nosso)

A renomeação se dá por referência a outro nome de cidade desse espaço de enunciação³⁸ que de certa maneira, significa no nome Araputanga. Observamos que o memorável da enunciação que nomeou Arapongas, designa Araputanga, uma vez que a pronúncia do nome Arapongas traz um memorável de lugar bom, tranquilo, gostoso até na pronúncia do nome, tal saudosismo transfere-se para nome Araputanga.

Nessa direção, o nome Araputanga recorta como memorável as enunciações sobre a madeira, e que em uma relação de sonoridade entre os nomes Araputanga e Araponga, produz uma lembrança saudosista do lugar Arapongas, assim o nome Araputanga, traz também, o memorável de lugar gostoso e bom, assim, Araputanga é uma (nova) Arapongas.

Há uma mudança de nome não só por mudança do espaço, muda-se a posição que nomeia e isto faz-se constituir um outro objeto, ou seja, Ituinópolis, Gleba Paixão e

³⁸ Os espaços de enunciação são espaços de funcionamento de línguas, que se dividem, redividem, se misturam, desfazem, transformam por uma disputa incessante. São espaços “habitados” por falantes, ou seja, por sujeitos divididos por seus direitos ao dizer e aos modos de dizer. São espaços constituídos pela equivocidade própria do acontecimento: da deontologia que organiza e distribui papéis, e do conflito, indissociado desta deontologia, que redivide o sensível, os papéis sociais. O espaço de enunciação é um espaço político [...] (GUIMARÃES, 2002, p. 18-19).

Araputanga não são três nomeações para o mesmo objeto/espço, dados em momentos diferentes, por razões diferentes.

São nomeações distintas que constroem relações novas sujeito-que-nomeia/objeto-nomeado (construído pela nomeação). Objeto que significa em virtude de ser o que é pelo nome que tem. E mais, a memória destas enunciações reconfigura a designação pelo que delas rememora no interdiscurso. (GUIMARÃES, 2002, p. 78)

Dessa maneira, a significação de um nome se produz, então, numa relação de confronto entre lugares enunciativos e modos de dizer pela temporalidade do acontecimento. Para o autor as palavras “têm sua história de enunciação. Elas não estão em nenhum texto como um princípio sem qualquer passado”, ou seja, toda palavra possui uma carga semântica que lhe é própria. (GUIMARÃES 2002, p. 81)

Deste modo vê-se que a mudança de nomes não se dá por mudanças no espaço. A mudança de nome diz respeito a uma mudança de posição enunciativa, mudança do lugar social do dizer que nomeia. O lugar social que nomeia Ituinópolis, diz de um lugar do pioneiro que deseja instalar uma colônia para a produção de hortaliças.

Gleba Paixão é o acontecimento do dizer do lugar social do migrante detentor de muita terra, fazendeiro, homem de posses, aquele que faz a doação, por procuração, de quarenta alqueires para que se construísse uma cidade. Ao renomear um espaço já nomeado, Dr. Nelson da Costa Marques, reconceitua seu referencial dando novos sentidos ao já nomeado.

O nome Gleba Paixão também significa, no acontecimento, essa região, como também as lembranças enunciativas presentes nas narrativas sobre o lugar. Ituinópolis, Gleba Paixão e Araputanga, não são só o lugar, é o lugar e as enunciações que os constituíram, que os significam.

A nomeação de cada espaço possui singularidades semânticas, a história de enunciações que nomeia os lugares constrói a história de significação de cada nome e do lugar nomeado.

Como exemplo tomamos as pesquisas sobre o nome próprio dos municípios de Mirassol D'Oeste³⁹, Figueirópolis⁴⁰, Cáceres⁴¹, Alta Floresta⁴² e do nome do Estado de Mato

³⁹ CÁCERES E REGIÃO: NOMES QUE FAZEM HISTÓRIA Dissertação – Universidade do Estado de Mato Grosso. Programa de Pós-Graduação em Linguística, 2014.

⁴⁰ Este trabalho é resultado da pesquisa desenvolvida no projeto “Estudo da significação: Nomes próprios como bolsista de iniciação científica – PROBIC/UNEMAT no ano de 2013/2014.

⁴¹ Cáceres - nome luso de cidade mato-grossense. In Neuza Zattar, Revista Rua. Campinas. Número 21, volume 1, Junho/2015. p. 155.

⁴² No prelo.

Grosso⁴³ são perspectivas de análise que consideram que o acontecimento de nomear é um acontecimento de linguagem e, segundo Guimarães (2002, p.9), é o funcionamento semântico pelo qual algo recebe um nome, e a partir desse funcionamento, passa a construir a história de sua significação, ou seja, é dar existência histórica a algo.

São nomeações que recortam um memorável que significa nessas nomeações e que os constituem enquanto nomes próprios de lugares. As questões políticas, sociais e históricas determinaram a nomeação Araputanga, considerando que o nome é construído simbolicamente e que essa “construção se dá porque a linguagem funciona por estar exposta ao real enquanto constituído materialmente pela história” (GUIMARÃES, 2005, p. 91).

Dessa maneira, esse acontecimento de nomeação, recorta como memorável enunciações que determinaram o lugar, ao enunciar o nome Araputanga, compreendemos que há um funcionamento semântico do conjunto de enunciações (passado) que se presentifica e significa em acontecimentos no presente, e a latência de futuro, própria do acontecimento, possibilita novas interpretações, dessa nomeação, em enunciados futuros. É isso que move os sentidos, essa movedura semântica ora estabiliza sentidos, ora silencia, ora, pelo interpretável, cria novos, em um movimento semântico contínuo.

O acontecimento de nomear, em uma perspectiva semântica, é um acontecimento de linguagem, nessa posição, “é o funcionamento semântico pelo qual algo recebe um nome”, ou seja, a partir desse funcionamento é que se passa a construir a história de uma significação, ou seja, dá-se existência histórica a algo.

Buscamos mostrar a partir de uma análise enunciativa que os nomes que constroem a história enunciativa de Araputanga significam a partir de outras enunciações que movimentam sentidos que constituem a existência histórico-política dessa cidade de Mato Grosso.

O funcionamento enunciativo dos nomes constitui-se em uma reescrituração por sinonímia. Há uma relação integrativa dos três nomes Ituinópolis, Gleba Paixão e Araputanga, há uma expressão, *terra boa, fértil com abundância de madeira vermelha*, que é constitutiva dos nomes e do lugar, não é o caso de afirmar que as nomeações se colocam como tendo o mesmo sentido que a outra, à qual se liga. O que há é uma coexistência entre uma coisa e outra: a madeira, a terra.

O acontecimento de cada nomeação determina o modo de esses funcionamentos significarem. Isso se dá especificamente pelo agenciamento em que se dão os acontecimentos (pela língua e a temporalidade de seu funcionamento). E isso o desdobra em lugar social de

⁴³ DOS NOMES À HISTÓRIA - O PROCESSO CONSTITUTIVO DE UM ESTADO: MATO GROSSO. Tese de Doutorado. IEL, UNICAMP, Campinas, 2012.

locutor e enunciadores na produção do sentido. Não se trata de uma relação direta entre uma forma e o sentido. Trata-se de uma relação estabelecida pelo acontecimento. (2009, p.19)

A respeito da nomeação de cidades, Karim (2012, p.89) afirma que esse processo

é marcado por um acontecimento muito próprio da relação de linguagem com o que está fora dela, sua relação com o mundo, o acontecimento de criação e nomeação dos espaços urbanos, no caso em questão, a nomeação das cidades. Esse acontecimento passa a dar existência histórica aos espaços de convívio urbanos nomeados.

Desse modo, um nome (re)significa o lugar, conferindo-lhe existência histórica que lhe permite significar. Compreendemos que as análises, não se limitaram somente a descrição dos processos de nomeação.

Não foi o caso de se contar uma história do município de Araputanga do lugar da historiografia. Aqui observamos como o processo de nomeação historiciza o nome, uma vez que o processo de nomear é tomado pelas determinações sócio históricas do acontecimento em que o nome se dá enquanto nome.

O estudo do funcionamento semântico dos nomes Ituinópolis, Gleba Paixão e Araputanga foi capaz com muita singeleza e precisão dizer dos efeitos de sentido constitutivos de cada nomeação e especificamente de como os sentidos, em um movimento único, embora o locutor social tenha enunciado a partir de determinações sociais e históricas específicas, são nomes que recortam um mesmo memorável: a madeira de cor vermelha. E o que faz esse memorável funcionar é simbólico, o sentido não é algo que é dado pelas características, mas por seu funcionamento no acontecimento que lhe atribui sentido.

CAPÍTULO IV

RUA RABO DA GATA: PERMANÊNCIA E “ÍNDICE” DO PASSADO DE ARAPUTANGA

[...] Considera-se em demasia as palavras isoladamente. É muito fácil tomar uma palavra à parte e traçar sua história, como se ela não tivesse sido coagida, realçada, ligeiramente nuançada ou completamente transformada pela outras palavras do vocabulário [...]

(GUIMARÃES, 2005)

O nome Rabo da Gata e os acontecimentos enunciativos que marcam essa nomeação significam e designam o nome e o lugar nomeado.

Tendo em vista os objetivos propostos da pesquisa, estudo do processo de significação em que se inscrevem os nomes de uma rua específica de Araputanga-MT, apresentamos as nomeações que se deram para a rua em questão durante as primeiras décadas de 50,60 e 70 na cidade, e mais recentemente em 2013 o espaço da rua passou por um processo de renomeações. Essa pesquisa apresentou como proposta analisar semântico-enunciativamente o nome próprio de rua, especificamente o nome não oficial da Rua Rabo da Gata, espaço urbano da cidade.

Apresentamos um quadro que reporta cronologicamente às épocas/ano em que se deram os nomes desse espaço.

Décadas entre 50 e 60	Momento colonização	(Rua) Rabo da Gata
25 de novembro de 1976	Registro Loteamento n° 3.363	Rua 19
22 de dezembro de 1980	Lei Municipal n° 95 – Mirassol D’Oeste	Rua 23 de Maio
05 de novembro de 2013	Lei Municipal n° 1.079 – Araputanga	Avenida 23 de Maio

Rabo da Gata é um nome que persiste de certa forma, foi preciso inquietar-se perante a permanência do nome enquanto nome da rua. Outro fato que instigou a escolha desse objeto

de análise se deu pela questão de como um nome do discurso cotidiano se mantêm frente a um processo de renomeações oficializadas e legitimadas pelo discurso do Estado.

A incidência do nome se dá pela relação de que quando alguém, hoje⁴⁴, fala da rua, embora de lugares sociais diferentes e mesmo reportando aos nomes oficiais, é levado a dizer a nomeação não oficial e marcar que tal espaço é nomeado também por Rabo da Gata.

Enunciar o nome Rabo da Gata é rememorar o passado da rua e da cidade, é significar o antes (passado) das condições atuais, em que a cidade se estabeleceu e nomeou, diferentemente, pelo discurso da administração, seus espaços e vias.

A permanência do nome não oficial se dá como resistência à mudança oficial, e ao considerarmos tal fato, compreendemos que é um modo de analisar a relação entre o passado da cidade e suas condições atuais. Esta resistência é um "índice" do passado da cidade, portanto do sentido da cidade.

Os procedimentos de análise propostos para esta pesquisa se colocam a partir dos conceitos apresentados na Semântica do Acontecimento (2002), retomamos que esse viés de análise está ligado aos modos como os sentidos se constituem no acontecimento enunciativo tomado como prática política.

Constitui-se como um dispositivo de análise que se distingue da via teórica estruturalista, a qual considera que só é possível tratar da linguagem enquanto estrutura, sistema, o que é exterior ao linguístico não interessa, distingue-se de posições referencialistas que consideram que o que a linguagem significa é simplesmente o que ela descreve das coisas existentes.

Dada a posição da análise semântico-enunciativa tomamos como materialidade de análise textos que estão disponíveis e que referem-se ao contexto histórico da cidade. O conjunto de textos é composto por notícias veiculadas em jornais da Região Vale do Juruá como o Jornal Regional Anchieta e o Folha de Araputanga, relatos de pioneiros, e recortes de textos acadêmicos disponíveis nos meios midiáticos.

A partir desse corpus, houve uma seleção de recortes⁴⁵, estes se constituem de acontecimentos enunciativos sobre a Avenida 23 de Maio, espaço urbano da cidade de Araputanga – MT.

Em um primeiro momento, trataremos para o texto, reflexões sobre o termo rua, propostas por José Horta Nunes⁴⁶. Para abordarmos que a constituição do espaço sintático

⁴⁴ Os recortes contemplam o contexto atual, são recortes que datam após o ano de 2012.

⁴⁵ O *recorte* é um fragmento do acontecimento da enunciação, proposto por Guimarães (2008).

constitutivamente é permeado pelo semântico estabelecemos uma conexão com as pesquisas de Luiz Francisco Dias.⁴⁷

4.1 O TERMO RUA

A abordagem sobre o termo rua tal como é proposta nos estudos históricos discursivos de José Horta Nunes (2001) se encontra em pesquisas desenvolvidas no projeto “O Sentido Público no Espaço Urbano”, o qual apresenta como objetivo explicitar os processos de produção de sentidos próprios da cidade. As reflexões mobilizam os conceitos da Análise do Discurso, tal como é proposta no Brasil por Eni Orlandi⁴⁸ e apresenta também abordagens de outros campos do conhecimento.

Nunes considera que os termos referentes ao espaço urbano são indicadores de processos discursivos, conforme Orlandi (1999, p. 43), “toda palavra é sempre parte de um discurso. E todo discurso se delinea na relação com os outros dizeres presentes e dizeres que se alojam na memória”. Ao propor dizer sobre o termo rua, Nunes (2001) elege como corpus de análise dicionários de Língua Portuguesa dos séculos XVIII ao XX.

O percurso pelas definições de rua e seus derivados nos dicionários, permitiu ao autor observar o movimento constitutivo do termo rua.

Atualmente, a noção de rua reúne um leque de significações: pode designar espaços, sujeitos, práticas urbanísticas, acontecimentos, significando também a fusão do espacial e do social, bem como as contradições que atravessam o espaço. (Nunes, 2001, p.101)

Assim, ao refletir sobre suas colocações, observa-se que as designações do termo rua ultrapassam seu sentido de espaço urbano e ancoram em sentidos diversos.

Nunes toma o dicionário como lugar de observação do léxico, uma vez que possibilita a descrição das redes de enunciados e apresenta processos discursivos que constituem este ou aquele nome (2001, p. 101), para o autor “o dicionário não é um instrumento normativo, mas um objeto discursivo”, na rede de filiações teóricas do autor o dicionário se dá como um *prêt-à-parle*, ou seja, como um conjunto de modos de dizer de uma sociedade.

⁴⁶ Propomos uma abordagem sobre o termo rua tal como é proposto nos estudos históricos discursivos de José Horta Nunes desenvolvidos no projeto “O Sentido Público no Espaço Urbano”.

⁴⁷ Doutor em Linguística. Professor Associado III da UFMG.

⁴⁸ E. Orlandi (1983, 1990, 1992, 1996, 1999).

O dicionário, nessa perspectiva, funciona como “um agenciador dos falares da cidade”, na medida em que “capta e distribui significações que identificam espaços e sujeitos citadinos”, assim, o dicionário funcionaria em um duplo movimento “de um lado absorve os discursos, de outro representa-os em seu interior.”

Nunes, ao apresentar a análise histórico-discursiva do termo rua e seus derivados nos vai desvelando a movedura de significações do termo. Neste percurso, observa o autor que a rua era definida antes como um lugar de passagem do cidadão, lugar ordenado, esquadrinhado conforme os ofícios, tal conceito é apresentado por Bluteau⁴⁹ (1712).

No entanto, o espaço da rua passa a ser um lugar de passeio, no qual convive certa diversidade social, marcada, segundo o autor por “comportamento de exibição, de flerte e de vadiagem, irrompendo aqui e ali alguns conflitos”, e a cidade associada ao sujeito “arruador”, a rua como lugar de passeio em Moraes⁵⁰ (1789).

Ainda observa que é por volta do final do século XIX, que o espaço da rua começa a ser nomeado como espaço público, em oposição ao privado. É neste momento, que o espaço passa, de certa maneira, a refletir o desgaste da ordem pública, vista como moralmente inferior, “como espaço sem sociabilidade do trânsito e da circulação, e um espaço que representa uma classe ‘inferior’, com todos os sentidos figurados e pejorativos que daí advém”.

A rua em Caldas Aulete⁵¹ e Freire⁵² permitem observar um processo de transformação, de representação para o espaço de rua. Há um deslocamento, a rua passa a significar e indicar os comportamentos dos sujeitos, ao lado de práticas não só de ordem, mas de desordem, confrontos e conflitos. As análises levam o autor a pontuar que a rua é entendida e vista como lugar de uma classe social “baixa”.

Nesse sentido, as significações do termo rua e seus derivados vão delineando, traçando o caminho desses espaços e todas as implicaturas que advém dos processos de transformação que se colocam no léxico.

Esse percurso permitiu ao autor, num primeiro momento afirmar que “a história da língua está intrincada na história da cidade”, assim as transformações e condições históricas das cidades se presentificam no léxico, e num segundo momento afirmar que “a história da cidade pode ser considerada pela história das palavras e dos discursos que elas produzem”.

⁴⁹ Rafael Bluteau, Vocabulário Portuguez e Latino (1712).

⁵⁰ Antonio de Moraes e Silva, Dicionário de Língua Portuguesa (1789).

⁵¹ F. J. Caldas Aulete, Dic. Contemporâneo da Língua Portuguesa (1881).

⁵² Laudelino Freire, Grande e Novíssimo Dic. Da Língua Portuguesa (1954).

Nessa perspectiva, de análise histórico-discursiva, as transformações nos processos discursivos estão ligadas aos fatos, aos sujeitos e às ações do espaço urbano. Nunes apresenta um quadro, recorte das nomenclaturas, que permitiram pensar a formação de um léxico do espaço urbano e como isso delinea e aponta para as transformações ocorridas no espaço rua.

Assim, a palavra torna-se agenciadora do falar da cidade, ao passo que capta e distribui significações que identificam os espaços e sujeitos urbanos, observa-se nessa via teórica que o campo lexical diz das significações, as definições vão configurando os sentidos na história, a palavra vai tecendo e descortinando uma memória discursiva da cidade, podendo ser positiva ou não. A rua é concebida como algo que vai além de uma via urbana destinada à circulação de pessoas, mas como um espaço que significa tanto a cidade quanto seus sujeitos.

Em relação aos recortes selecionados que compõem o corpus dessa pesquisa não encontramos descrições completas para cada momento de transição do espaço, tal qual, ricamente nos brinda Nunes em sua pesquisa sobre a noção de rua, no entanto, encontramos traços em vários recortes que registram dizeres sobre a rua em questão que reportam a várias temporalidades vividas por esse espaço, traços esse que apontam de certa maneira as designações que compõem a noção do espaço Rabo da Rata em diferentes momentos.

4.2 A NOÇÃO DE RUA E SUA CONTRIBUIÇÃO DESIGNATIVA PARA O ESPAÇO RUA RABO DA GATA

Há campos teóricos e procedimentos analíticos diversos que buscam compreender o que é o espaço urbano e os sentidos produzidos sobre a cidade, cada dispositivo instala um dizer interpretativo sobre as questões da cidade. São vias de análises e reflexões que possuem singularidades, e que de certa maneira contribuem para a afirmação teórica que nos toma, são lugares de conhecimentos que propõem olhares que permitirão deslocamentos interpretativos sobre os quais consideramos ser fundamentais enquanto contribuição para as análises.

O dispositivo de análise dessa pesquisa se dá no Campo das Ciências da Linguagem, nos colocamos no domínio dos estudos semânticos e isso tem significativa diferença, há outros procedimentos de análise sem prejuízo do rigor específico que cada posição pratica. O percurso e o objeto nos direcionaram a observar que era preciso considerar conexões entre saberes, uma vez que certos aspectos tratados em um texto aparecem em outros, sob outras formas. São esses pontos que traçam, de certa maneira, uma rede decisiva nos estudos da palavra, da frase, do enunciado.

A noção de rua apresentada por Nunes (2001), de uma forma muito específica, estabelece uma conexão quanto às análises dessa pesquisa, ao apresentar a cidade como espaço de estudo, as designações da nomeação *Rua Rabo da Gata* serão apresentadas a partir do procedimento de análise proposto em Guimarães (2002), e assim dizer sobre a temporalidade dos acontecimentos enunciativos que nomeiam e re-nomeiam esse espaço. A noção de rua em Nunes (2001) e os acontecimentos enunciativos sobre esse espaço, de uma certa maneira, levou-nos a estabelecer esse ponto de ligação nas análises a seguir.

Propomos um olhar sobre as transformações da rua, marcado por recortes que dizem sobre o espaço, e de uma forma interpretativa dizer desse processo de significar e constituir a *Rua Rabo da Gata*, de rua organizada, de passeio e diversão, uma rua em transformação, rua de conflitos, rua de circulação. Dessa forma, nos valeremos dos recortes que direcionam esse percurso.

(R.6)

“Não, nós chegamos **aqui** à tarde **ali** no Rabo da Gata, como a gente fala antigo Rabo da Gata. Nós chegamos **ali**, **ali** tinha um lote vago e nós encostamos dois caminhão e posamos; ai! Vieram a família da dona Maria viúva do finado Delino nos dois caminhão. Eles cum um e nós cum outro, nós viemu tudo em conjunto. **Ali** paramo **ali**, fizemo uma posada e **aqui** nós separamo. Eles ficaram **aqui** em Araputanga e nós decemo [...] pra Fazenda dos Gomes de **lá** nós fomo pra Fazenda do Quitão (...)”⁵³ (Arquivo Centro Histórico de Araputanga-MT, grifo nosso)

(R.7)

“No Rabo da Gata **Lá** onde é o pipoqueiro mais ou menos por **ali**. E **ali** quando nois chegou **aqui** a economia **aqui** de Araputanga era os Poaieiros”.⁵⁴ (Idem)

(R.8)

“O centro na época que nós chegamo **aqui**, oia, vô fala a verdade, era somente aquela Rua 23 de maio, só **ali**, até **ali** onde é o Mercado Araputanga, dali pra cá. Onde é o Mercado Araputanga era um campo de futebol. [...] Rabo da Gata era o sucesso da época”.⁵⁵ (Idem)

Pretendemos mostrar que há um momento, analisado pelos acontecimentos enunciativos dos recortes (6) e (7), no início do processo de ocupação das terras que hoje constituem o município de Araputanga, em que a **rua**, o **espaço Rabo da Gata** ganha um sentido de lugar social, lugar de chegada, de descanso, um lugar significado como futuro espaço urbano, “*nós chegamos aqui à tarde ali no Rabo da Gata, como a gente fala antigo Rabo da Gata. Nós chegamos ali, ali tinha um lote vago e nós encostamos dois caminhão e*

⁵³ Entrevista do Sr. ILIDIO DA SILVA NETO, disponível no Centro Histórico de Araputanga-MT.

⁵⁴ Entrevista do Sr. FRANCISCO SOBRINHO XAVIER, disponível no Centro Histórico de Araputanga-MT.

⁵⁵ Entrevista do Sr. ILIDIO DA SILVA NETO, disponível no Centro Histórico de Araputanga-MT.

posamos”, “Ali paramo ali, fizemo uma posada e aqui nós separamo”, juntam-se nesse momento os sentidos de espaço/ponto direcionador de um novo começo de vida, “[...] naquela época quando chegava um caminhão de mudança, os sitiantes os fazendeiros [...] já ia procura gente pra levar pras fazendas [...] ficava discutindo entre eles [...]”⁵⁶, o espaço do **Rabo da Gata** era a entrada para um porvir de trabalho e suposta superação das dificuldades.

No recorte (8), ao lugar soma outros sentidos, um lugar de passeio, festas, de encontro, o lugar de “sucesso” da época. O espacial e o social passam a se conjugar. A rua significa mais que caminho e passagem é o lugar social, lugar de diversão.

Nessa direção, o conjunto de enunciados que seguem marcam outros acontecimentos que dizem da rua em seus processos de escrituração e reescrituração.

(R.9)

“ARAPUTANGA:

Trecho de asfalto recortado pode estar esquecido no “Rabo da Gata”

A Av. 23 de Maio é a primeira "rua" de Araputanga

O pequeno trecho é uma espécie de “funil” na região central da Avenida 23 de Maio, por onde passa todo o tráfego de veículos e caminhões em direção às indústrias de laticínios, carne e couro do município de Araputanga”.⁵⁷ (Jornal Folha de Araputanga, grifo nosso)

(R.10)

“**RABO DA GATA**

Os habitantes da antiga Gleba Paixão dizem que a Avenida em questão era conhecida pelo **nome, hoje considerado pejorativo**, de Rabo da Gata.

Uma idosa, residente próxima ao serviço iniciado e, não acabado revelou à reportagem que mora no local desde 1971 e, que **os administradores sempre prometem fazer pavimento de qualidade, porém, durante o mandato, esquecem de cumprir a promessa então feita**”.⁵⁸ (Idem)

(R.11)

“**RABO DA GATA:**

Água descartada sobre rua dificulta recuperação do asfalto na Avenida 23 de Maio, declara Secretário de Obras”.⁵⁹ (Idem)

(R.12)

“A reconstrução começou no dia 9 de agosto, feita pela secretaria de obras, a pista já está liberada para o tráfego. **A prefeitura de Araputanga está cumprindo com suas promessas e a população está satisfeita com ela**”.⁶⁰ (Idem)

(R.13)

“**Devido ao crescimento urbano, o córrego Bacuri, que atravessa os bairros Jardim Primavera, São Sebastião e a antiga rua “Rabo da Gata”, atualmente definida como “final da Av. 23 de maio”, foi totalmente assoreado pela falta de**

⁵⁶ Entrevista do Sr. José Damião, disponível Centro Histórico de Araputanga-MT.

⁵⁷ Disponível em <http://www.folhadeaputanga.com.br/?pg=noticia&id=3552>, acesso em 23/05/2015.

⁵⁸ Disponível em <http://www.folhadeaputanga.com.br/?pg=noticia&id=3552>, acesso em 10/03/2015.

⁵⁹ Disponível em <http://www.folhadeaputanga.com.br/?pg=noticia&id=3552>, acesso em 25/04/2015.

⁶⁰ Disponível em <http://www.folhadeaputanga.com.br/?pg=noticia&id=3552>, acesso em 25/04/2015.

mata ciliar e hoje se confunde com um canal de esgoto. Esse córrego também deságua na margem esquerda do córrego das Pitas”.⁶¹ (STEFANELLO, 2014, p. 133).

Os recortes acima, do (9) ao (13), vão significando o espaço atual da **Rua Rabo da Gata** como lugar urbano esquecido por parte da administração pública e se coloca como espaço de conflito, “*Trecho de asfalto recortado pode estar esquecido no “Rabo da Gata”, “Água descartada sobre rua dificulta recuperação do asfalto na Avenida 23 de Maio”, “Devido ao crescimento urbano, o córrego Bacuri, que atravessa os bairros Jardim Primavera, São Sebastião e a antiga rua “Rabo da Gata”, atualmente definida como “final da Av. 23 de maio”, foi totalmente assoreado pela falta de mata ciliar e hoje se confunde com um canal de esgoto”*”, ao considerar o movimento duplo das palavras de captar e distribuir os dizeres, compreendemos, a partir dos recortes, a transição da rua, os sentidos representados colocam a rua como lugar de conflito de sujeitos, de um lado o morador, habitante da rua, cidadão que exige melhor infraestrutura e de outro a administração pública que justifica e procura cumprir seu papel junto aos cidadãos. São sentidos que indicam movimentos desses sujeitos e do próprio espaço público.

Há nos recortes selecionados um dizer que remete a espaço urbano. Avenida, pavimento, tráfego, pista, bairros são terminações próprias do que é urbano. A **Rua Rabo da Gata** significa o urbano da cidade, em movimento contínuo, lugar “*onde passa todo o tráfego de veículos e caminhões em direção às indústrias de laticínios, carne e couro do município de Araputanga*”, díspar do que temos nos recortes (6) e (7), um lugar de chegada, espera, um lugar que designa um novo começo.

Há nessa movedura semântica o deslize das transformações próprio dos espaços urbanos, há uma tessitura de sentidos, há uma história que se apresenta nos dizeres, atualiza sentidos e possibilita outros, o passado (memorável) se presentifica nos enunciados. A língua mantém traços do seu percurso.

O desejo de compreender e pensar o espaço da **Rua Rabo da Gata** levou-nos a buscar, no percurso histórico, algo que, de maneira muito particular se desvelasse para se compreender o espaço atual, o acontecimento do dizer foi o que nos direcionou.

O percurso se apresentou em uma teia enunciativa, dizeres que se entrecruzam, conexão de acontecimentos atuais com outros que já existiram, outros já realizados, que redizem e projetam acontecimentos futuros, são temporalidades específicas que significam

⁶¹ Disponível em Revista Eletrônica Georaguaia. Barra do Garças-MT. V 5, n.2, p. 133 - 155 Julho/Dezembro. 2015. Acesso em 10/12/2015.

cada enunciado, e em um movimento não segmental, na relação integrativa dos enunciados no todo do texto é que os sentidos avançam.

Há nesse percurso um movimento, um leque de significações que designam o lugar **Rua Rabo da Gata**, sentidos que dizem do espaço. De lugar central a lugar esquecido e que se apresenta com uma nomeação pejorativa. “*Rabo da Gata era o sucesso da época*”, “*Os habitantes da antiga Gleba Paixão dizem que a Avenida em questão era conhecida pelo nome, hoje considerado pejorativo, de Rabo da Gata*”.

A rua enquanto lugar de chegada, de espera, de encontro, como lugar central, lugar de festas, de vadiagem, de prostituição, de lugar de circulação, que aos poucos também se dá enquanto lugar de conflitos, de desordem, e por hora “lugar esquecido”. Há aí um movimento semântico que constitui o espaço da Rua Rabo da Gata.

A busca em compreender as significações que se colocam na noção de rua, o itinerário permitiu esse olhar para o espaço da **Rua Rabo da Gata**, a partir dos textos que materializam os dizeres sobre esse lugar que diz de Araputanga-MT.

Observamos que não há como falar da história do **Rabo da Gata** sem falar da história de **Araputanga**, são histórias entrelaçadas, ao dizer da rua reclama dizer da cidade ou vice e versa. A marca do lugar entrecruza-se, *lá, aqui, ali*, marcam **Rabo da Gata** e **Araputanga**. Os marcadores de lugar, *ali* e *aqui*, indicam, nesses acontecimentos, que ao dizer do Rabo da Gata diz-se de Araputanga, ao percorrer a trilha história, feito um caminho inverso, do presente para o passado, como afirma Munford (1998, p. 11), nos direcionou a afirmar: A história da **Rua Rabo da Gata** é a história de **Araputanga**.

Dizer dos sentidos desse espaço e também dizer dos sentidos de Araputanga em tempos de pioneirismo, em tempos de gleba, de Gleba Paixão, é dizer de Araputanga hoje. As transformações sociais e discursivas fundem-se, estão ligadas ao processo também de transformação dos espaços públicos nas histórias das cidades.

4.3 A MARCA DE RESISTÊNCIA NO ACONTECIMENTO ENUNCIATIVO

Pensar a nomeação **Rua Rabo da Gata** requer que nos afastemos de seu aspecto cotidiano de localização. Um nome ímpar e instigante ao compararmos com as nomeações de ruas dispostas no mapa da cidade e nas placas que identificam o endereço ao público em geral. Outro fato a considerar é que não é uma nomeação oficial, portanto, não aparece no mapa identificando qualquer espaço urbano em Araputanga-MT.

O acontecimento enunciativo sobre a cidade se materializa em diversos espaços enunciativos, nesse sentido, há uma diversidade de textos que permitem a experiência prazerosa de, através de procedimentos de análise, encontrar sentidos ditos por outros, em tempos e lugares diferentes. A cidade é um espaço simbólico, um espaço de interpretação.

Aqui, nos ocupamos de marcar como o cidadão araputanguense, no acontecimento enunciativo, resiste à mudança do nome da rua, Rua 19, Rua 23 de maio e posteriormente Avenida 23 de Maio, nomeação que instaurou-se oficialmente.

A análise que se apresenta se dá a partir do conceito de Articulação apresentado em Guimarães (2009). Os recortes possuem, de certa maneira, elementos decisivos e direcionadores da análise. A articulação para Guimarães é,

o procedimento pelo qual se estabelecem relações semânticas em virtude do modo como os elementos linguísticos, pelo agenciamento enunciativo, significam sua contiguidade. Ou seja, a organização das contiguidades linguísticas se dá como uma relação local entre elementos linguísticos, mas também e fundamentalmente por uma relação do Locutor (enquanto falante de um espaço de enunciação) com aquilo que ele fala. Uma articulação é uma relação de contiguidade significada pela enunciação. (2009, p. 49-68)

Esse aspecto sobre o funcionamento semântico nos interessa e se presentifica nos recortes (14), (15) e (16).

(R.14)

Secretaria de Obras e Viação Pública da cidade de Araputanga-MT, por intermédio do secretário Willy A. Alvarenga, na operação tapa-buracos recuperou um trecho da *Avenida 23 de Maio*, no **antigo** “*Rabo da Gata*”.⁶²(Jornal Regional Anchieta, grifo nosso)

(R.15)

Os moradores, contudo, reclamam do mau cheiro que os dejetos causam, no endereço próximo à Cadeia Pública de Araputanga, porque os resíduos domésticos correm sobre a rua Mem de Sá exatamente na esquina com a Rua Duque de Caxias, na região de baixada, próximo ao local conhecido **antigamente** como *Rabo da Gata*.⁶³(Jornal folha de Araputanga, grifo nosso)

(R.16)

Devido ao crescimento urbano, o córrego Bacuri, que atravessa os bairros Jardim Primavera, São Sebastião e a **antiga** rua “*Rabo da Gata*”, atualmente definida como “*final da Av. 23 de maio*”, foi totalmente assoreado pela falta de mata ciliar e hoje se confunde com um canal de esgoto. Esse córrego também deságua na margem esquerda do córrego das Pitas.⁶⁴ (STEFANELLO, 2015, p 133, grifo nosso)

⁶² Jornal Regional Anchieta, sexta-feira, 16 de agosto de 2013.

⁶³ Jornal Folha de Araputanga.

⁶⁴ Disponível em Revista Eletrônica Geoaraguaia. Barra do Garças-MT. V 5, n.2, p. 133 - 155 Julho/Dezembro. 2015. Acesso em 10/12/2015.

Abordamos o funcionamento do adjetivo em um tipo específico de articulação. O conceito de articulação por *incidência*, “na articulação por incidência o acontecimento especifica uma operação pela qual o Locutor relaciona sua enunciação com o enunciado”. (GUIMARÃES, 2009).

O funcionamento enunciativo indica que o papel semântico do adjetivo vai muito além de um determinador circunstancial da formação nominal FN. Para essa afirmação estabelecemos uma conexão com as pesquisas de Dias (2009), autor que apresenta em seus estudos uma abordagem localizada na confluência entre a sintaxe e a semântica da língua. Para Dias, a constituição do espaço sintático seria constitutivamente permeado pelo semântico.

Nesta medida, tomamos para esse princípio de análise textos jornalístico, recortes (14) e (15) e um texto acadêmico, artigo científico, recorte (16).

Os acontecimentos enunciativos nos recortes (14), (15) e (16), especificamente nas expressões **antigo** “*Rabo da Gata*” em (9) e **antiga** rua “*Rabo da Gata*” em (16), há nessas formações nominais (FN) um adjetivo bastante comum *antigo/antiga* funcionando. Em uma análise não enunciativa os termos destacados desempenhariam a função de “palavra que indica qualidade, estado ou aparência do ser”, definição presente nos dicionários e gramáticas escolares, há uma flexão em (14) diferente de (16), em (16) o adjetivo concorda com o substantivo feminino rua, em (14) podemos afirmar que o adjetivo se flexiona no masculino concordando com um termo elíptico, como “espaço” ou “lugar”. No entanto, apontamos um outro olhar sobre essas formações nominais no seu funcionamento enunciativo.

Enunciar *antigo* “*Rabo da Gata*” e *antiga* rua “*Rabo da Gata*” é marcar enunciativamente uma resistência à mudança no nome da rua, que instaurou-se na oficialização do nome como Rua 23 de maio.

Assim, dizer **antigo** “*Rabo da Gata*”, **antiga** rua “*Rabo da Gata*” e “*local conhecido antigamente como Rabo da Gata*” em (15) é efetivamente reconhecer e resistir a essa mudança. Ao enunciar (14) e (16) o locutor-jornalista e locutor-pesquisador recortam como memorável específico os enunciados da história que registram o nome da rua por *Rua Rabo da Gata*.

Há uma articulação por *incidência*, a historicidade específica da relação entre sujeito e instituições sociais presentifica-se na incidência ou re-incidência de acontecimentos enunciativos de cidadãos de Araputanga ao nomear a rua por resistência. Dessa forma, há

marcadamente pelo locutor, nos acontecimentos enunciativos, a resistência à mudança de nomeação, por isso não se diz simplesmente Avenida 23 de Maio.

4.4 O MAPA

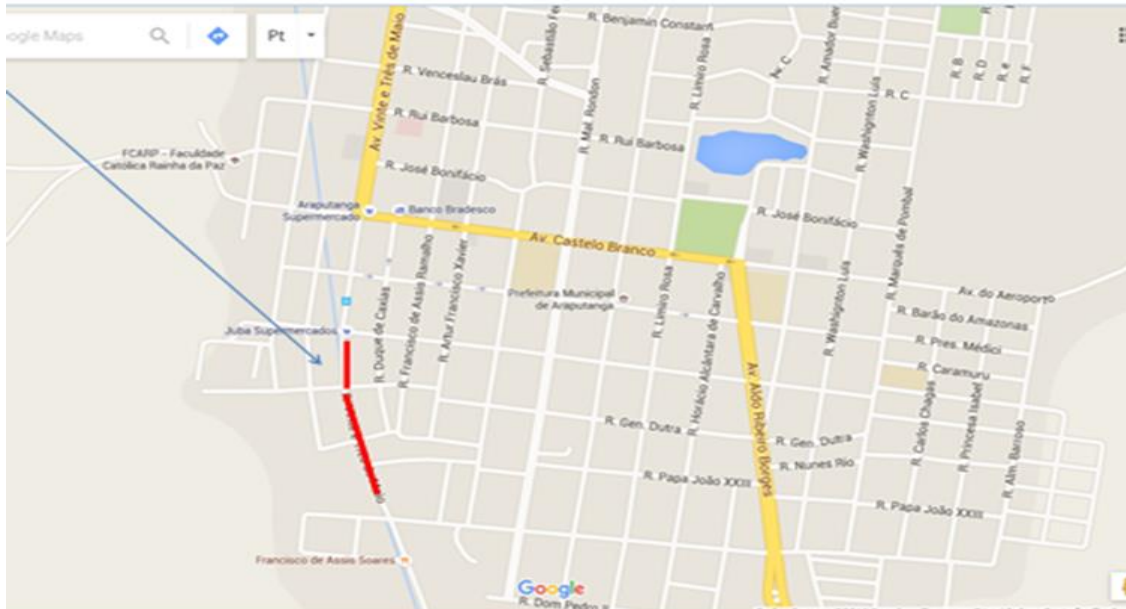


Imagem obtida por meio da ferramenta Google Maps (Marcação sobre a Avenida 23 de Maio, em destaque - cor vermelha - o trecho nomeado de Rabo da Gata).

Ao se propor dizer sobre as designações de uma expressão em um enunciado exige que se considere o texto no qual esta unidade se encontra, para Guimarães (2002, p.7) “saber o que significa uma forma é dizer como seu funcionamento é parte da constituição do sentido do enunciado”. O funcionamento da linguagem e da produção de sentido pelo acontecimento da enunciação é analisado enquanto parte desse texto, observando a relação da linguagem com o que está fora dela.

Nesse sentido, afirma “não há como considerar que uma forma funciona em um enunciado, sem considerar que ela funciona num texto, e em que medida ela é constituída do sentido do texto” (Idem, 2002, p.7).

O mapa é um acontecimento de linguagem que coloca sentidos em circulação, não se constitui como mera “descrição de um espaço”, mas como “indicação de acessos ao mundo [...] caminho para uma relação com o mundo”. Assim, “colocar-se na posição de semanticista é colocar na posição de dizer como os sentidos podem ser interpretados” (Ibidem, 2012, p.41), interpretar e reconhecer os sentidos no mapa, enquanto texto é compreendê-lo como

algo que não indica diretamente o mundo, e precisa ser compreendido em si mesmo para que possa funcionar. Como descrição de uma cidade, um mapa seria uma imitação grosseira. Como narração, contaria uma história de épocas diferentes como sucessões que se projetaram em contiguidades progressivas. E só. Como instrução, não sendo nenhuma coisa nem outra, ele é sentido que podemos dizer mais, tanto do retrato como da história da cidade, do que se fosse diretamente descrição e narração (GUIMARÃES, 2002, p. 60)

Nessa posição, o texto é “uma unidade de sentido que integra enunciados no acontecimento de enunciação”, essa relação integrativa se constitui no mapa, uma vez que, os nomes não formam o mapa, mas “os integra e os faz significar enquanto nomes de espaços da cidade que o mapa representa e significa”, são essas relações de integração que caracterizam texto. Os sentidos se dão na medida em os enunciados, unidade que também significa, integra o texto, e este significa na medida em que integra enunciados, ou seja, “o texto é, nesta medida, uma unidade que se apresenta entre outras da mesma natureza”(2012, p.27)

Ao compreendermos o mapa por esse deslocamento, nos distanciamos de posições que pensam o mapa apenas como dispositivo de localização, como retrato de aglomerados urbanos que indicam o acesso a lugares, como tecido urbano, ou parte integrante de mecanismo disciplinar urbano, na medida em que educa aqueles que habitam e se servem desses espaços.

Neste percurso semântico, para melhor expressar a análise que a pesquisa se propôs, nos valeremos do mapa da cidade de Araputanga-MT, diremos da nomeação de ruas que constituem esse mapa, nesse viés os nomes constituem-se em enunciados que compõem essa tessitura textual – o mapa.

4.5 DO PRIMEIRO NOME AOS ACONTECIMENTOS FUTUROS

Começamos então a desenvolver aqui um estudo histórico-enunciativo da atual Avenida 23 de Maio, conhecida com Rua Rabo da Gata, situada na cidade de Araputanga-MT, e a escolhemos como objeto de pesquisa por ser a primeira rua da cidade, o nome **Rabo da Gata** é pontualmente o objeto central de análise.

Enunciar o nome de rua vai além do funcionamento localizador de endereço, mais especificamente, há de se observar a cena enunciativa da nomeação e o espaço enunciativo.

Pontuamos que o ato de nomeação é um processo de identificação social, nomear é identificar. No ato de nomear, há um agenciamento que se inscreve na história, o agenciamento recorta uma temporalidade porque traz um passado e projeta um futuro. São

“enunciações determinadas por uma história de nomes que se repetem para cidades diversas” Guimarães (2002, p.52).

Entre as nomeações de cidade tem-se também o lugar social do pioneiro enquanto aquele que nomeia, nesse sentido, o pioneiro se coloca como figura central por várias questões, aquele que desbrava, ocupa o espaço, aquele que nomeia, processo no qual, culturalmente, está imbricada essa natureza de dar nomes aos espaços que não eram até então identificados ou renomeá-los diferentemente. Podemos dizer que o sujeito é tomado por um memorável da necessidade de “identificação de lugares no espaço” (Idem, p.65).

A cultura estabelece essa prática de nomeação, é interessante pontuar que o processo de nomeação ora são nomeações que recortam como memorável outras enunciações já ditas ora podem se colocar como nomeações que se dão pela geografia que o lugar possui, o espaço é nomeado por “uma característica que se vê contida nela” (GUIMARAES, p.2). A princípio, o nome tem a finalidade primeira de referenciar, localizar e atender às necessidades do discurso jurídico-administrativo em estabelecer os endereços para todos os cidadãos, com a finalidade de localização e controle. Sobre essa prática Guimarães evidencia que se como

o funcionamento de instrumento de controle do urbano sobre o cidadão. Coloca visível essa futuridade instalada no nome de rua enquanto lugar que identifica para depois e sempre os espaços e os que o habitam. Tem-se aí um sentido de controle que faz parte do processo de identidade social das pessoas, enquanto identificação com um endereço. (2002, p.51)

A nomeação é identidade do lugar, o nome recebido o qualifica e o descreve. Dessa forma, “o nome de rua trabalha assim a identificação do espaço para pessoas e a localização destas pelo Estado”, em um processo de finalidade dupla, uma vez que identifica, localiza e que ao localizar tem o controle, tanto do espaço quanto daquele que o ocupa “o processo envolve uma relação de sentido entre a identificação dos espaços pelos nomes e sua localização, enquanto efeito institucional e administrativo”. (GUIMARAES, 2002, p.92).

Não se trata, portanto, de uma etiqueta colada à palavra, pois o processo de nomeação é motivado por questões históricas e políticas.

O nome não é um selo para um objeto, mas é, de algum modo, a construção de um objeto pelo que o nome designa. A construção de um objeto deve ser aqui entendida como uma divisão do real pela linguagem que a ele está exposta e que assim o identifica simbolicamente. (GUIMARÃES, 2002, p. 63)

Desse modo, os nomes de ruas, não são etiquetas esvaziadas de sentido, produzem sentido no acontecimento histórico e social em que funcionam. Entre os sentidos está o de

legitimar, através de nomes de rua, o poder de um determinado grupo, numa determinada conjuntura histórica, política e social. Em Guimarães (2002, p. 56):

Os nomes no mapa, mesmo que apareçam aí como meras etiquetas de espaços urbanos, são, enquanto nomes, o mapa (linguagem) que relaciona esta cidade com sua história, sem a qual ela não é uma cidade. E estes nomes [...] são, enquanto sentido (designação), o que produz incessantemente uma identificação dos espaços da cidade e da cidade consigo mesma. E assim constitui estes espaços como espaços de identificação de sujeitos.

A designação é o que se poderia chamar de significação de um nome, mas não enquanto algo abstrato. Seria a significação enquanto algo próprio das relações de linguagem, mas enquanto uma relação linguística (simbólica) remetida ao real, exposta ao real, ou seja, enquanto uma relação tomada na história. (2002, p. 9)

Entendemos que a designação diz do sentido do nome, o nome vai além de uma simples denominação, constitui-se em texto, portanto, tomado em uma relação de historicidade, que permite o recorte do memorável que constitui sentido no nome no presente do acontecimento.

Os recortes direcionadores da análise se dão no espaço enunciativo da Língua Oficial de Estado, da língua nacional, uma vez que não se pode enunciar, no caso brasileiro, não se valendo da língua oficial do Estado, pois as cenas enunciativas da nomeação das ruas se dão no espaço enunciativo dessa língua. (GUIMARÃES, 2005). Retomemos o conceito de espaço de enunciação.

Os espaços de enunciação são espaços de funcionamento de línguas, que se dividem, redividem, se misturam, desfazem, transformam por uma disputa incessante. São espaços “habitados” por falantes, ou seja, por sujeitos divididos por seus direitos ao dizer e aos modos de dizer. São espaços constituídos pela equivocidade própria do acontecimento: da deontologia que organiza e distribui papéis, e do conflito, indissociado desta deontologia, que redivide o sensível, os papéis sociais. O espaço de enunciação é um espaço político [...] (GUIMARÃES, 2002, p. 18-19).

Assim, o espaço de enunciação é o espaço de funcionamento de línguas, politicamente divididas, que atribuem aos falantes papéis desiguais, os falantes disputam a palavra e constituem a cena enunciativa que “se caracteriza por constituir modos específicos de acesso à palavra dada as relações entre as figuras da enunciação e as formas linguísticas” (idem: p.23).

A enunciação se dá por agenciamentos específicos pelo funcionamento da língua. O agenciamento político da enunciação configura a cena enunciativa e distribui os lugares de dizer. O acontecimento do dizer instala a cena enunciativa e em cada cena há seu Locutor,

fonte do dizer, que se desdobra em um lugar social, locutor-x, e em lugares de dizer. O enunciador apresenta-se em uma perspectiva diferente do Locutor.

Os lugares de dizer são distribuídos em enunciadores, que por sua vez se caracterizam como individual, universal, genérico e coletivo. Essa divisão implica considerar o modo como na enunciação, as vozes enunciativas se configuram no acontecimento.

4.5.1 Estrutura morfossintática dos nomes no Mapa e nas Leis nº 95 e nº 1.079

Em relação à estrutura morfossintática dos nomes temos: a) Número (**Rua 19**) e b) Numeral seguido de um Sintagma preposicionado (**Rua 23 de Maio** e **Avenida 23 de Maio**).

Quanto à estrutura morfossintática dos nomes de ruas se difere das estruturas de frases, o que contribui para uma singularidade quanto ao funcionamento desses nomes em relação a outras denominações. Segundo Guimarães (2002, p.46), “estas estruturas já mostram uma diferença do funcionamento dos nomes de ruas relativamente a outros nomes próprios como os nomes próprios de pessoa e os nomes de quadros de pintura, por exemplo” e, acrescentamos que há, no caso dos nomes da rua em questão, uma certa regularidade em relação a nomes de rua distribuídos nos mapas das mais diversas cidades brasileiras.

Tanto o mapa⁶⁵ quanto as leis que dizem desse espaço trazem a nomeação de 21 ruas, identificadas por números e 05 avenidas identificadas por letras, tal aspecto mostra que pode se dar novas reescrituras, uma vez que compreendemos ser um espaço aberto à nomeação. A nomeação de rua com número (Rua 19) é uma prática que diz da necessidade de instalar uma marca do que torna-se urbano.

Araputanga era Distrito do município de Mirassol D’Oeste, a criação da Lei nº 95 de 22 de dezembro de 1980, na Câmara Municipal, diz do primeiro nome do espaço (Rua 19), e registra a renomeação por (Rua 23 de Maio). A designação do nome Rua 19 não é a mesma de Rua 23 de Maio, pois substituir um nome de rua por outro nome, produz sentidos diferentes, uma vez que o número seria um não sentido, para o universo de ruas⁶⁶, já a data como nome designa uma narrativa local.

Com a renomeação tem-se um nome formado por numeral (23) seguido de um Sintagma preposicionado (de maio). Ao mudar a nomeação não se mantém a mesma estrutura morfossintática do nome, no primeiro caso tem somente “número”, e no segundo passa ter

⁶⁵ O primeiro loteamento da área urbana (mapa) da cidade foi registrado em Cartório no município de Cáceres-MT, Registro Geral nº 3.363 de 25 de novembro de 1976.

⁶⁶ Guimarães, 2002, p.51.

“numeral seguido de um Sintagma Preposicionado”. Atualmente, a grande maioria dos moradores desconhece a primeira nomeação da avenida, considerando que a nomeação se deu há mais de 40 anos.

A Lei nº 1.079 de 05 de novembro de 2013 cria uma nova renomeação, a Rua 23 de Maio passa a ser Avenida 23 de Maio, essa renomeação não muda a estrutura morfossintática do nome, antes Rua 23 de Maio, “numeral seguido de um Sintagma Preposicionado”, e no segundo caso, o da nomeação Avenida 23 de Maio mantém-se a mesma estrutura, “numeral seguido de um Sintagma”, no entanto, o que se altera é o identificador do logradouro.

4.5.2 Funcionamento semântico-enunciativo dos nomes e a questão do memorável

O primeiro loteamento da área urbana da cidade foi registrado em Cartório no município de Cáceres-MT, Registro Geral nº 3.363 de 25 de novembro de 1976, a área foi loteada a pedido do Sr. Shiguemitsu Sato⁶⁷, filho do Sr. João Sato⁶⁸, o qual comprou do Sr. Fiinho Leão⁶⁹ a área onde hoje é construída Araputanga.

As ruas desse primeiro loteamento, Loteamento Araputanga, eram identificadas como ruas: 01, 02, 03,04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20 e 21. As avenidas como: A, B, C, D e E.

A constituição da designação da **Rua Rabo da Gata** se dá determinada por uma relação tomada na história. Para que possamos compreendê-la é preciso retomar a história de enunciações da atual **Avenida 23 de Maio**. Em um primeiro momento diremos das nomeações que se encontram no mapa em questão e referidas nas Leis nº 95 e nº 1.079. As ruas e avenidas no mapa da cidade estão identificadas por números e letras.

A rua em questão é nomeada como **Rua 19**. A nomeação com números funciona como “uma enunciação primeira” e “a nomeação que não dá um nome”, assim se coloca como localização, indicação de endereço. Identificar ruas e avenidas com números e letras em mapas de cidades é normalmente comum na construção de loteamento nos mais diversos lugares do Brasil, essa identificação pelo número, revela “um espaço aberto à nomeação” (GUIMARÃES, 2002, p.50-51).

⁶⁷ Pioneiro de Araputanga.

⁶⁸ Pioneiro de Araputanga.

⁶⁹ Pioneiro de Araputanga.

É uma prática própria da posição ocupada por um locutor-oficial que enuncia do lugar da administração pública para demarcar o urbano, “necessidade de produzir endereços para localizar o cidadão”, é o controle sobre o próprio espaço e daquele que o habita.

A nomeação com números diz da necessidade do Estado de identificar e controlar, assim, “o número como nome é a indicação do urbano como o lugar do controle, do endereço: para estar na cidade, ser cidade, é preciso ter um endereço, mesmo que não se esteja na história (memorável) da cidade” (GUIMARÃES, 2002, p.51).

Além disso, afirma o autor “esta futuridade instalada no nome de rua enquanto lugar que identifica para depois e sempre os espaços e os que o habitam. Tem-se aí um sentido de controle que faz parte do processo de identidade social das pessoas, enquanto identificação de um endereço” (Idem, p.51).

Nesse processo observamos que nomear a rua com número, enunciação primeira, se põe a expectativa de que a rua não tenha o número somente como localizador, mas que venha ter um nome.

Houve uma reescrituração desse espaço por **Rua 23 de maio** de acordo com a Lei da Câmara Municipal de Mirassol D’Oeste, nº 95 de 22 de dezembro de 1980, que dispõe sobre a Nomenclatura de ruas e avenidas da cidade de Araputanga-Estado de Mato Grosso, e de outras disposições, conforme os artigos abaixo:

Art.1º. As Ruas nºs 01, 02, 03,04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20 e 21 da cidade de araputanga, passarão a chamar-se, doravante, de: Rui Barbosa, José Bonifácio, Castelo Branco, Carlos Luz, Nereu Ramos, Men de Sá, General Dutra, Arthur Bernardes, Benjamim Constant, Padre Anchieta, Barão de Mauá, Afonso Pena, Campos Sales, Prudente de Moraes, Marechal Floriano Peixoto, Marechal Deodoro da Fonseca, Frei Caneca, Duque de Caxias, 23 de Maio, Fernão Dias e Joaquim Nabuco, respectivamente.

Art. 2º. As avenidas A, B, C, D e E, da mesma cidade, passarão a chamar-se doravante de João Paulo I, Marechal Rondon, Tiradentes, João XXIII e, D. Pedro II, respectivamente.

Esses nomes funcionam como uma forma de marcar a identidade local. O acontecimento de nomeação das ruas e avenidas se dá do lugar social do locutor-oficial (vereador Presidente da Câmara Municipal) que assume a palavra enquanto falante da Língua Portuguesa para renomear esses espaços públicos da cidade. Esse locutor-oficial realiza o ato de nomeação por meio da lei que legitima e institucionaliza essas enunciações.

Quanto às outras nomeações dispostas no mapa da cidade com registro em 1976 e que são citadas na Lei nº 95 de 22/12/80, embora não configurem o objeto central dessa pesquisa, tomamos alguns dos nomes para dizer do funcionamento semântico enunciativo,

uma vez que compreendemos o nome de rua enquanto enunciado de uma unidade textual que é o mapa. Não faremos distinção entre os termos de rua e avenida.

Os nomes Rui Barbosa, José Bonifácio, Castelo Branco, Carlos Luz, Nereu Ramos, Men de Sá, General Dutra, Arthur Bernardes, Benjamim Constant, Barão de Mauá, Afonso Pena, Campos Sales, Prudente de Moraes, Marechal Floriano Peixoto, Marechal Deodoro da Fonseca, Duque de Caxias, Fernão Dias, Joaquim Nabuco, Marechal Rondon e Tiradentes⁷⁰, são exemplos de enunciações no mapa em questão que recortam como memorável o passado e a nacionalidade. Do ponto de vista morfossintático, podemos classificá-los dois grupos: a) nome próprio de pessoa⁷¹; b) nomes próprios de pessoas determinados por uma titulação⁷².

No entanto, os nomes Padre Anchieta, Frei Caneca, João Paulo I e João XXIII recortam um memorável religioso além do espaço de enunciação nacional, como os nomes dos Papas João Paulo I e João XXIII, que significam no universo do Catolicismo. Outro aspecto observado nos nomes é a questão dos títulos, como ocorre em D. Pedro I.

O poder recortado como memorável se coloca em nomes como General Dutra, Barão de Mauá, Marechal Floriano Peixoto, Marechal Deodoro da Fonseca, Duque de Caxias e Marechal Rondon. É interessante notar que dos nomes de rua dispostos no primeiro mapa de Araputanga e na Lei nº 95 não há nenhuma nomeação que recorta como memorável o passado e a nacionalidade de enunciações que nomearam mulheres.

Considerando as nomeações, afirma Guimarães (2002, p. 53).

Neste caso o memorável (passado) do acontecimento é o de ser brasileiro. Isto não se configura porque são nomes de personagens [...] da história do Brasil. Isto se configura não enquanto referência a fatos da história, mas como enunciados que se dão em outros textos, em outras cidades. Ou seja, estes e outros nomes como eles são nomes de ruas que nomeiam ruas por todo o Brasil. Ou seja, a enunciação da nomeação de ruas inclui, tal como vimos, ao falar do funcionamento semântico-enunciativo, a enunciação de personagens [...] da história brasileira. Inclui enunciações da nacionalidade que se caracterizam por enunciados como estes. (grifo do autor)

Dessa forma, são nomes que presentificam a memória do que é ser brasileiro, o que possibilita inscrever a cidade em sua relação de pertencimento à nação. São enunciados que

⁷⁰ É uma nomeação afetada por dois recortes do memorável: personagem da luta pela independência e a Independência.

⁷¹ A enunciação que nomeia a rua toma e inclui a enunciação que nomeou a pessoa (Guimarães, 2002, p. 48). Do recorte selecionado temos: Rui Barbosa, José Bonifácio, Castelo Branco, Carlos Luz, Nereu Ramos, Men de Sá, Arthur Bernardes, Benjamim Constant, Afonso Pena, Campos Sales, Prudente de Moraes, Fernão Dias, Joaquim Nabuco.

⁷² Envolve duas nomeações, a enunciação que retoma o nome retoma a enunciação que nomeou alguém e a enunciação que lhe deu o título (Guimarães, 2002, p. 48). Do recorte selecionado temos: General Dutra, Barão de Mauá, Marechal Floriano Peixoto, Marechal Deodoro da Fonseca, Duque de Caxias e Marechal Rondon.

retomam o passado e exaltam a nacionalidade. Enunciar nomes desses personagens como nomes de rua é enunciar a própria história do Brasil.

As nomeações aqui consideradas fazem parte da história de urbanização de muitas cidades brasileiras, uma vez que são nomes de personalidades que se destacaram na sociedade em determinado contexto histórico. São pessoas que possuem o nome, assim como seus feitos registrados na história, mas o memorável se dá pela relação de serem nomes enunciados em outros textos que nomeiam espaços da cidade, ou seja, são nomes que nomeiam ruas em muitos lugares.

Nesta mesma linha de análise a única nomeação que recorta a origem como memorável é 23 de Maio, a nomeação da rua com essa data se dá enquanto uma homenagem ao passado de Araputanga e aos pioneiros que aqui moravam.

Assim, os nomes do mapa em questão “significam temporalidades distintas (da nacionalidade, da origem, do heroísmo, do poder)”, as temporalidades são lembranças diferentes que nomeiam as ruas das cidades (GUIMARÃES, 2002, p.67).

A nomeação de rua é um acontecimento do dizer, este constitui um presente e abre uma latência de futuro. Este presente e futuro próprios do acontecimento funcionam por um memorável que os faz significar. (GUIMARÃES, 2002, p. 60). Compreendemos que a Lei nº 1.079 se dá como um enunciado futuro da Lei nº 95 de 22/12/80.

No ano de 2013 há a criação da Lei nº 1.079 da Câmara Municipal de Araputanga, a qual dispõe sobre a unificação do tipo de logradouros públicos de avenidas da cidade, entre elas a **Avenida 23 de Maio**, conforme o artigo “Art.1º. Unificam-se para a tipificação de Avenida todas as extensões dos logradouros públicos Avenida 23 de Maio, Avenida Marechal Rondon e Avenida das Camélias”.

Este ato se deu em 05 de novembro do referido ano, sancionada pelo então Prefeito Sidney Pires Salomé. Temos nesse ato uma terceira reescrituração, é a latência de futuridade, essa nova reescrituração é também um acontecimento futuro da nomeação primeira Rua 19.

A mudança de nomes não se dá somente por mudanças no espaço. A mudança de nome diz respeito a uma mudança de posição enunciativa, mudança do lugar social do dizer que nomeia.

As renomeações **Rua 23 de Maio** e **Avenida 23 de Maio** sobrepõem, cada qual em uma temporalidade específica, a primeira nomeação oficial **Rua 19** e há nesses atos administrativos o silenciamento da nomeação não oficial **Rabo da Gata**, esta última se dá somente em documentos não oficiais e nos dizeres do cidadão araputanguense.

Para Guimarães (2011, p. 84), “a reescrituração e o procedimento pelo qual a enunciação de um texto rediz insistentemente o que já foi dito, fazendo interpretar uma forma como diferente de si”. O acontecimento de nomeação **Avenida 23 de Maio** se dá do lugar social do locutor prefeito (administrador público da cidade) que assume a palavra enquanto falante da Língua Portuguesa para, nesse ato, renomear um espaço público da cidade.

A data de 23 de maio de 1.963 refere-se ao dia em que foi vendido o primeiro lote urbano na Gleba Paixão e é a data escolhida para comemorar o aniversário da cidade, e é esse o memorável recortado nas temporalidades das cenas enunciativas que reescreveram a **Rua 19** por **Rua 23 de Maio** e **Avenida 23 de Maio**. Há nessa última temporalidade enunciativa a mudança do termo especificador, a necessidade da tipificação do espaço urbano altera o especificador de (Rua) para (Avenida).

De acordo com o Dicionário Aurélio, rua é uma "via pública para circulação urbana, total ou parcialmente ladeada de casas", enquanto avenida é uma "via urbana mais larga do que a rua, em geral com diversas pistas para circulação de veículos", o memorável da data histórica significa também na cena enunciativa da nomeação da avenida, no entanto, o termo avenida aponta sentido de expansão e progresso na cidade.

Entendemos que esses nomes revelam a história da cidade de Araputanga, a reescrituração das nomeações rediz insistentemente o que já foi dito. A última reescrituração se dá pela necessidade de unificar os espaços urbanos, tais medidas são próprias da autoridade administrativa, no entanto, a data que permanece como nome continua recortando o memorável para a história local.

Observamos que essas reescriturações se colocam nos dizeres atuais sobre a **Avenida 23 de Maio** e que marcadamente trazem essa historicidade, quer na temporalidade de cada enunciado ou por incidir em rememorar a história de enunciações do espaço ao registrar os nomes já ditos em momentos diferentes da história. No recorte selecionado abaixo observamos esse processo. Há um nome, depois outro e outro que se contrapõem, que entre eles disputam as enunciações sobre esse lugar da cidade.

(R.17)

No último sábado, dia 03 de agosto, a Folha de Araputanga publicou matéria onde apontava que motoristas e moradores usuários protestavam contra a falta de conservação da **Av. 23 de Maio, a primeira Rua e Avenida de Araputanga**. O trecho com menos de 300 metros, entre a Igreja de São José estava cheio de buracos e entulhos deixando impressão de abandono e dificultando o tráfego **na região conhecida antigamente como “Rabo da Gata”**. (Folha de Araputanga, 2013, grifo nosso)

É interessante observar os eventos que levaram a nomeação da rua e que as nomeações se dão em épocas diferentes. **Rua 19**, diz da necessidade de identificação e controle, espaço aberto a acontecimentos futuros e marca o que é urbano. **Rua 23 de Maio**, diz do início do processo de urbanidade, a renomeação **Rua 23 de Maio** recorta um passado (memorável), a data 23 de Maio, que significa na narrativa local, 23 de Maio enuncia a data de venda do primeiro lote no ano de 1963, recorta a origem como memorável, enunciar essa data enquanto nome da rua e designar como tal rua faz parte do passado de fundação da cidade, ou seja, diz da história de um povoado e de uma região que tornou-se mais tarde um município, Araputanga, do Estado de Mato Grosso.

Há um processo de nomeação e renomeações do espaço. A renomeação **Avenida 23 de Maio** designa também o mesmo memorável de origem, mas também reporta à questão da organicidade do espaço citadino, de desenvolvimento, de progresso, dado as diferenças de referência ao se enunciar rua e avenida.

Do corpus em questão, o recorte (17) servirá para nos reportarmos a nomeação **Rabo da Gata**, a margem dos acontecimentos administrativos, esse acontecimento se mantém no discurso cotidiano, esse percurso que fora apresentado coloca o discurso jurídico-administrativo em relação ao do cotidiano, observou-se que a nomeação se deu de maneira diferente.

4.5.3 O Nome Não Oficial Rabo da Gata e Suas Designações

Os nomes de ruas designam e referem ruas. Identificam o processo social e histórico do lugar. E aqui o processo envolve uma relação de sentidos para um mesmo espaço, entre a identificação da rua pelo nome e as renomeações dos atos oficiais, localização e controle enquanto efeito institucional e administrativo, e o nome não oficial que se presentifica nesse processo identificando e referindo a rua em questão.

A nomeação Rabo da Gata é um acontecimento enunciativo do pioneiro, é a voz da história que enuncia essa nomeação, dizer da temporalidade desse acontecimento é inferir, uma vez que não há registros administrativos que regulem especificamente esse ato de nomeação, enunciar o nome Rabo da Gata é se colocar em um dizer do cotidiano em relação aos dizeres que constituem os acontecimentos que se materializam nos atos administrativos da cidade.

Questionamentos próprios da análise se colocam. *Como dizer da significação estabelecida no enunciado? Como se deu o agenciamento enunciativo na cena que nomeou? Esse acontecimento recortou qual memorável?*

Nesse sentido, nos reportamos à afirmação de Karim “as análises enunciativas de nomeação podem nos levar à compreensão singular do modo de observar a construção da significação sócio-histórica da História, ou melhor, das Histórias de um povo, um estado, uma cidade” (2012, p.184). Assim, dizer das designações dessa nomeação é também compreender a história do lugar e do próprio nome **Rabo da Gata**. É percorrer o mesmo caminho com outro olhar.

Na perspectiva de Guimarães (2002), a qual direcionou as análises anteriores, a análise dos nomes de ruas se coloca sob três aspectos, vamos analisar inicialmente a estrutura morfossintática do nome. O nome **Rabo da Gata** constitui de um nome seguido de uma determinação (Rabo + da Gata).

Quanto à análise do funcionamento semântico-enunciativo o nome **Rabo da Gata** identifica o trecho final da Avenida 23 de Maio, enunciar o nome da rua como **Rabo da Gata** é designar como tal rua faz parte do passado da cidade, ou seja, diz da história da região, do lugar de origem da cidade, diz dos pioneiros.

Em Guimarães (2002, p.93) “o espaço de enunciação é o que define o falante enquanto falante da Língua Nacional, Língua do Estado” tal fato configura-se como parte da designação dos nomes que significam as cidades brasileiras e suas ruas.

Acrescenta o autor que “a Língua do Estado funciona como impedimento de nomeações ‘indesejadas’ ao poder do Estado”, observamos aqui que o nome Rabo da Gata não constitui-se como um nome comum para os espaços públicos no Brasil. Tal fato significou ao direcionar para um outro processo de nomeação que reidentificou o espaço, a partir de lembranças mais comuns, mais adequadas à constituição do espaço enunciativo da Língua do Estado, processo esse que não se levou em consideração a nomeação Rabo da Gata.

De acordo com Guimarães (2002, p.47), “a unidade do nome de rua não é construída pela enunciação que nomeia a rua, mas por outra enunciação que está contida na enunciação que nomeia a rua”, ao tomarmos o nome **Rabo da Gata** e estabelecermos uma relação com demais nomes aqui analisados, constatamos que a enunciação que nomeia as ruas e avenidas da cidade significam o sentimento de nacionalidade do povo araputanguense de ser brasileiro, uma vez que inclui a enunciação de personagens da história política do Brasil enunciados em outros lugares, são nomes que “se repetem em diversas cidades brasileiras pela relação que

estabelecem com a história de seus nomes”. Karim (2012, p.12) o que pontualmente difere-se da enunciação que nomeia **Rabo da Gata**.

A falta de documentos comprobatórios quanto a questão da temporalidade do ato de nomear o espaço por Rabo da Gata sugere duas hipóteses sobre esse fato: **a)** a nomeação recorta como memorável do locutor-pioneiro outra enunciação de nome de espaço público em cidades brasileiras ou **b)** podemos dizer que a nomeação se dá enquanto uma característica que se vê contida nele.

Ao considerarmos o item **a**, como memorável da enunciação, levamos em consideração que as famílias pioneiras de Araputanga possuem uma diversidade quanto ao estado de origem. As famílias Leão, Pimenta, Mamedes, Sato, Horácio, Inagaki, Salomé, Gomes, Michelis entre outras vieram na sua grande maioria de Goiás, mas outras vieram da Bahia, Pernambuco, Ceará, São Paulo, Santa Catarina entre outros estados brasileiros.

Ao compreender que “a enunciação dos nomes de rua é sempre uma enunciação a partir de outra enunciação” Guimarães (2002, p.47) e levar em consideração que entre os pioneiros de Araputanga havia cearenses, pernambucanos, ou seja, vindos da região nordeste do país e que algumas cidades como Lago da Pedra (MA), Assunção e Serra Branca (PA), Macapá (AM), Caicó (RN) possuem ruas e bairros identificados pelo nome Rabo da Gata, podemos inferir que a nomeação Rabo da Gata em Araputanga-MT, recorta como memorável as enunciações que nomearam ruas e bairros em cidades nordestinas.

No estado da Paraíba, este nome **Rabo da Gata** é usado na aceção de ponta de rua ou final de uma rua suburbana⁷³, nesse sentido, o locutor-pioneiro ao nomear a primeira rua como Rabo da Gata, recorta, nessa temporalidade específica, o memorável desses sentidos, uma vez que o espaço em questão era uma ponta de rua, hoje identificada como final da rua.

Ao nos reportarmos ao item **b)** a nomeação se dá enquanto característica do lugar, uma vez que o desenho da rua é curvilíneo no final, e pode-se dizer que é a partir dessa característica na geografia do espaço é que se dá a nomeação, o acontecimento recorta como memorável o próprio espaço, ou seja, uma característica dele.

O lugar social que nomeou a rua com nome **Rabo da Gata**, por exemplo, não é a mesmo que identificou a rua com nomes legitimados pelo Estado. Desse modo, as designações dessa rua são completamente diferentes, já que funcionam em acontecimentos distintos, apresentando temporalidades também distintas.

⁷³ Disponível em <http://www.dicionarioinformal.com.br>. Acesso em 12/10/2015.

Ao dizermos da transição do nome da rua no mapa em questão (Rua 19) para a renomeação Rua 23 de Maio, tem-se o momento em que a cidade se volta para sua história, homenageando a data histórica local. Esse acontecimento enunciativo é fruto da latência de futuridade instalada na nomeação da rua com número, essa enunciação projetou um futuro de enunciações.

Dessa forma, as renomeações Rua 23 de Maio e Avenida 23 de Maio se constituem como um futuro desse acontecimento anterior, o que nos permite tal afirmação é termos nos ocupamos de enunciados do passado, os quais permitiram observar essa futuridade do acontecimento, que vale ressaltar podem ainda instaurar novas enunciações, interpretações e sentidos.

Procuramos nesta pesquisa mostrar que os processos de nomeação e renomeação da atual Avenida 23 de Maio da cidade de Araputanga são enunciados a partir de outras enunciações que se constituem na própria temporalidade que rememoram uma data histórica para o local, mas que embora se coloquem como nomes instalados oficialmente não silenciaram a nomeação Rabo da Gata que também, nesse processo de nomear a rua, não só a classifica ou determina como um lugar geograficamente instalado na cidade, mas a faz (re)significar e produzir sentidos afetados pelos lugares de dizer que (re)significam constantemente nas enunciações que nomeiam e renomeiam a rua.

Nessa tessitura semântica que envolve as designações desse espaço, ousamos dizer que os sentidos da nomeação Rabo da Gata, embora se deem simbolicamente em opostos semânticos, positivo e negativo, marginalizado pelo dizer oficial, e frente à nomeação e (re)nomeações que se colocaram pelo discurso administrativo, é um nome que produz sentidos para a rua e a cidade, e por esta razão resiste. As enunciações movem os sentidos e estes avançam infinitamente, “enuncia-se enquanto ser afetado pelo simbólico e num mundo vivido através do simbólico” (GUIMARÃES, p.11).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vista os objetivos propostos, a presente pesquisa, apresenta-se como um estudo da produção de sentidos - designação - em que se inscrevem os nomes de uma rua específica de Araputanga. Nos reportamos ao quadro que apresenta cronologicamente as épocas/ano em que se deram os nomes desse espaço.

Décadas entre 50 e 60	Momento colonização	(Rua) Rabo da Gata
25 de novembro de 1976	Registro Loteamento nº 3.363	Rua 19
22 de dezembro de 1980	Lei Municipal nº 95 – Mirassol D’Oeste	Rua 23 de Maio
05 de novembro de 2013	Lei Municipal nº 1.079 – Araputanga	Avenida 23 de Maio

O percurso direcionou-se para um estudo semântico enunciativo não só do processo de renomeações da Rua Rabo da Gata, levou em consideração também o processo de renomeações da cidade onde a rua se localiza, a cidade de Araputanga no estado de Mato Grosso, uma vez que compreendemos as histórias tanto da rua quanto da cidade possuem um ponto em comum, sua origem. Assim, ao dizer da rua requer que consideremos também a cidade, uma vez que o início da rua marca o início da origem da cidade.

Compreendemos que o nome significa no acontecimento de linguagem, e que conforme Guimarães, *o que um nome designa é construído simbolicamente* (2002 p.91), em uma relação do sujeito com a língua, pensado na relação com a história, com o social.

Nessa direção, representamos o processo de renomeações da cidade de Araputanga. Informaremos o contexto histórico, o ato administrativo e o nome.

Entre os anos de 1956 e 1958	Não há registros oficiais da nomeação.	Ituinópolis
Entre os anos de 1960 e 1962	Registro do nome “Paixão” na Escritura de Compra e Venda de um Lote de terras,	Gleba “Paixão”

	em 04/06/1.962, assinada pelo escrevente juramentado Nélio Paes de Campos, Livro 97, Folhas 12 C/121vº, do Cartório do Primeiro Ofício Aurélio Olegário de Campos da Comarca de Cáceres.	
Ano de 1977	Lei nº 3.922, de 04/10/1977 fica elevado à categoria de Distrito, com o nome de Araputanga o distrito do mesmo nome, criado como unidade integrante do município de Mirassol D'Oeste.	Distrito de Araputanga
Ano de 1979	O Distrito torna-se município pela Lei Estadual nº 4.153 de 14 de dezembro de 1979 e a partir dos termos da Lei Complementar Federal n.º 01, de 09/11/1967, o município de Araputanga foi instalado no dia 31 de janeiro de 1981, com a posse do prefeito, vice-prefeito e vereadores a serem eleitos a 15 de novembro de 1980.	Município de Araputanga

Dizer sobre o espaço da cidade é instigante. Contemporaneamente, coloca-se como um lugar que atrai olhares de múltiplos campos do conhecimento, cada qual com sua singularidade. A partir dessas observações, apresentamos como há diferentes modos de ver e compreender os espaços das cidades. Um espaço que se coloca como lugar de significações,

que recebe avaliações, interpretações, possibilita sentidos, espacializa saberes e inscreve uma história que o imaginário se ocupa de ocultar ou sedimentar.

Nessa direção, foi proposto um breve percurso trazendo ao texto algumas concepções que marcam e historicizam o pensamento e sentidos de cidade. Tratou-se, portanto, de um ponto de interligação, entre outros possíveis, constituído pela transversalidade dos dizeres das ciências sobre o urbano.

Nessa direção, elucidamos alguns saberes sobre as cidades em uma perspectiva multidisciplinar, “as múltiplas temporalidades do espaço urbanístico e as diversas camadas de sentido atribuídas por seus habitantes abrem novas formas de leitura possíveis” (PESAVENTO, 2008, p.3). A cidade como objeto de estudo se instala de diferentes formas. Nessa direção, a cidade atrai olhares marcados por especificidades, nos deparamos com considerações e abordagens peculiares. A cidade é palimpsesto⁷⁴, a cidade é imã⁷⁵, a cidade é artefato⁷⁶.

A cidade é memória, a cidade é texto a cidade é leitura. Nessas abordagens há algo comum, o entendimento do espaço urbano como um registro não só de práticas sociais, mas de memórias coletivas e costumes, a cidade merece cuidados, lugar de leituras e decifrações, lugar de transmissão de informações, um arquivo preñado de dados que a constituem e a apresentam. Nessa direção, o olhar foi observar possibilidades de análise do espaço da cidade para os campos da História, da Arquitetura e da Linguagem.

O lugar social do historiador, apresentado nessa pesquisa, diz da cidade na tentativa de retratá-la, e para isso estabelece uma questão vital, seu objeto de análise é o patrimônio urbano. A questão da origem, da centralidade, do marco inicial é muito latente para a posição do historiador, como afirma Mumford “antes da cidade, houve a pequena povoação, o santuário e a aldeia; antes da aldeia, o acampamento, o esconderijo, a caverna, o montão de pedras (...)”. (1998, p. 11). A questão de reconstruir os caminhos históricos das cidades remete de certa maneira a questão do centro, “estudiosos da história, da cultura e da memória, ao tomar a cidade como seu objeto de análise e preocupação, tendem a se defrontar com o problema da centralidade.” (PESAVENTO, 2008, p.6), retomamos essa posição, uma vez que as análises dos acontecimentos enunciativos nos direcionaram também a questão do centro de origem. O espaço do Rabo da Gata marca a origem da cidade.

⁷⁴ Manuscrito em pergaminho, raspado por copistas da Idade-Média, para dar lugar a nova escrita, debaixo da qual se tem conseguido modernamente avivar os primeiros caracteres. Cf. Castilho, Fastos, I, 512. (Lat. *palimpsestus*). Disponível em <http://www.lexico.pt/palimpsesto/>. Acesso em 15/05/2015.

⁷⁵ Uma das três concepções de cidade propostas por Raque Rolnik. O que é a cidade?

⁷⁶ Objeto construído pronto e acabado, tal e qual um edifício de arquitetura. O trabalho do arquiteto O. Niemeyer é referência dessa posição e Brasília paradigma.

Compreendemos que são perspectivas teóricas. São áreas do conhecimento, que trazem olhares que permitiram deslocamentos interpretativos sobre, consideramos que foram fundamentais enquanto contribuição para chegarmos às respostas ao objetivo proposto aqui.

Nesse percurso, indicamos o nosso lugar de compreender a cidade. A compreensão se dá pela linguagem, tomar a cidade como espaço de interpretação, requer pensar em sentidos para e na cidade, coloca-se em questão seus processos de urbanização, para tanto foi considerado o percurso e as condições de surgimento como cidade.

A análise é pelo viés da Semântica do Acontecimento, de Eduardo Guimarães (2002). Aspecto fundamental desta via teórica é também o interesse pela questão das palavras com o mundo, especificamente para o estudo das palavras das cidades, a questão dos nomes próprios assume lugar significativo para o autor.

Dessa forma, analisamos o movimento de semantização do nome, tomando seu funcionamento como um modo de determinação social e histórica que produz sentidos de identidade da rua, da cidade e de seus habitantes. A constituição dos sentidos, nesta perspectiva, considera o funcionamento da língua no acontecimento enunciativo, logo, entendemos que os sentidos se constituem no acontecimento da enunciação pela relação com a história, o social e o político.

Ao nos reportarmos ao contexto histórico da região, observamos que a região sudoeste do Estado de Mato Grosso, onde se localiza a cidade de Araputanga, bem como outras cidades como São José dos Quatro Marcos e Mirassol D'Oeste, durante o século XX, recebeu incentivo através de políticas de ocupação proposta pelo Governo Federal, a Marcha para o Oeste configura-se como uma das políticas de incentivo à ocupação das terras, momento em precisava urgentemente preencher os vazios do Brasil.

Vale destacar que houve nesse contexto um intenso movimento para ocupar as terras de Mato Grosso, tanto anúncios como o próprio discurso do governador Fernando Corrêa da Costa, são enunciações que designam Mato Grosso como o *melhor lugar do mundo, o lugar perfeito*, os dizeres sobre as terras mato-grossenses, são enunciações que rememoram outras enunciações⁷⁷. A cidade de Araputanga, como parte das terras mato-grossenses, também é designada por esses discursos e anúncios.

O espaço da Rua Rabo da Gata possui uma história enunciativa que diz de um processo de renomeações, assim como a nomeação da cidade. Reportamos, a princípio, às nomeações da cidade a partir das considerações decorrentes do percurso de análise.

⁷⁷ Compreendemos como um enunciado futuro, entre outros possíveis, do memorável da Carta de Pero Vaz de Caminha.

A primeira nomeação foi Ituinópolis, uma nomeação não oficializada. A segunda nomeação é Gleba Paixão, também uma nomeação que não se oficializou por ato de lei. A última nomeação, a qual se oficializou para o distrito e posteriormente município é Araputanga. Diferentemente de nomes de outros lugares que se mantêm desde a fundação, há, nesse caso, um processo de renomeação do espaço. Compreendemos que a mudança de nomeação se dá pela mudança da posição enunciativa daquele que nomeia. São nomeações que se deram através das determinações sócio-históricas de cada época.

Quanto à questão do memorável de cada nomeação, são nomes que recortam memoráveis específicos. Ituinópolis significa *cidade vermelha*, o lugar social do migrante chinês recorta como memorável a Antiga crença Chinesa *Akai Ito* para nomear o novo lugar. A cena enunciativa que nomeia Gleba Paixão, o locutor pioneiro é agenciado diferentemente, no entanto, a questão da madeira continua sendo constitutiva da nova nomeação. Esta segunda nomeação recorta como memorável o próprio pioneiro, uma vez que o sentimento de paixão emana daqueles que habitam o lugar e com ele se identificam, enunciar esse sentimento como nome é declarar a todos a relação própria daquele que nomeou com o objeto nomeado. Dessa forma, o nome Paixão designa não só a terra, mas o sentimento dos seus pioneiros pelo lugar.

Ao nomear Gleba Paixão por Araputanga observamos um processo metonímico. O nome araputanga está nos acontecimentos enunciativos em que comerciantes e pioneiros referiam e identificavam o lugar como “a terra da madeira vermelha, gleba do mogno, gleba da madeira araputanga, região de araputanga em abundância” são enunciações que designavam a região, em virtude de haver uma quantidade grandiosa dessa madeira. Assim, o lugar é nomeado por uma característica que se vê nele, enunciar araputanga é designar Gleba Paixão como a terra da madeira araputanga. Assim, a nova nomeação, oficializada pelas leis que tornam o espaço em distrito e município, recorta como memorável as enunciações dos pioneiros que identificavam o lugar como o *lugar da árvore, da madeira de nome araputanga*.

Considerando os acontecimentos enunciativos analisados a renomeação também se dá como memorável da cena enunciativa que nomeia outra cidade, a cidade de Arapongas, enunciar Araputanga é homenagear, e designar o novo lugar como uma (nova) Arapongas, a renomeação recorta o sentimento saudosista do pioneiro por um lugar gostoso até na pronúncia do nome.

São nomes que designam Araputanga, conforme Guimarães (2002), aquele que nomeia, não nomeia aleatoriamente, nomeia-se agenciado enunciativamente, por isso nomeia-se dessa forma e não de outra, isso nos permite dizer que o ato de nomear constitui um dizer

inscrito em uma história e que acontece pelo funcionamento semântico de nomeação. Nessa relação, quanto houve a primeira renomeação, entendemos que para aqueles que aqui estavam o nome Ituinópolis não significa, tal qual para quem nomeou, e por isso há a renomeação, uma vez que o nome é construído simbolicamente.

Observamos como o processo de nomeação historiciza o nome, uma vez que o processo de nomear é tomado pelas determinações sócio históricas do acontecimento em que o nome se dá enquanto nome. Nesse processo de nomeação e renomeação, tais acontecimentos, dão existência ao lugar. Ituinópolis, Gleba Paixão e Araputanga são nomes que designam Araputanga em diferentes momentos de sua história.

O estudo do funcionamento semântico dos nomes Ituinópolis, Gleba Paixão e Araputanga foi capaz com muita singeleza e precisão dizer dos efeitos de sentido constitutivos de cada nomeação e especificamente de como os sentidos, em um movimento único, embora o locutor social tenha enunciado a partir de determinações sociais e históricas específicas, são nomes que recortam um mesmo memorável: a madeira. E o que faz esse memorável funcionar é a cor da vermelha.

Nessa direção, o objetivo de compreender as designações do nome Rabo da Gata, levou nos primeiro a este percurso sobre os nomes da cidade. A busca pelos sentidos dos nomes da rua direcionou ao seu contexto de historicidade do lugar, e isso de certa forma, estabeleceu a observação da relação singular entre Araputanga e Rabo da Gata.

Tal percurso possibilitou compreendermos o sentimento saudosista dos pioneiros sobre a terra em transformação. O sentimento de orgulho emana como afirmação daqueles que fizeram parte desse processo histórico. Os dizeres sobre o processo histórico da formação da rua são os dizeres que marcam o início da cidade. São movimentos que nos fizeram avançar em nossas considerações e perceber as nuances designativas que instalaram e marcam a Rua Rabo da Gata, e que direcionam para a cidade ou vice e versa.

Quanto ao funcionamento semântico enunciativo dos nomes oficiais observamos que a primeira nomeação oficial é Rua 19, essa nomeação resulta da necessidade de identificação e controle próprio do administrativo, colocando-se como um espaço aberto a acontecimentos futuros (GUIMARÃES, 2002, p.50-51), a nomeação marcou o que era o urbano. A segunda nomeação Rua 23 de Maio, diz do início do processo de urbanidade, a renomeação da Rua 23 de Maio por Avenida 23 de Maio se dá pela necessidade de unificação de logradouros da cidade.

A questão do memorável nas nomeações oficiais. Conforme (GUIMARÃES, 2002, p.51) “o número como nome é a indicação do urbano como o lugar do controle, do endereço:

para estar na cidade, ser cidade, é preciso ter um endereço, mesmo que não se esteja na história (memorável) da cidade”. Compreendemos que essa nomeação recorta como memorável a necessidade de organicidade urbana e de controle instaurada em outras cidades nas mais variadas regiões do país.

A nomeação da rua com a data 23 de maio, recorta um passado (memorável). A data 23 de Maio significa na narrativa histórica local. Nomear a rua com esse nome é para sempre e para todos enunciar a data de venda do primeiro lote no ano de 1963, tem-se a origem como memorável, enunciar essa data enquanto nome da rua e designar como tal rua faz parte do passado de fundação da cidade, ou seja, diz da história de um povoado e de uma região que tornou-se mais tarde um município, Araputanga, do Estado de Mato Grosso.

A renomeação da Rua 23 de Maio por Avenida 23 de Maio recorta o mesmo memorável de origem, mas também reporta à questão da organicidade do espaço citadino, de desenvolvimento, de progresso, dado as diferenças de referência ao se enunciar rua e avenida.

Nas análises, observamos que as estrutura morfossintáticas dos nomes se apresentam de duas formas: a) Número (Rua 19) e b) Numeral seguido de um Sintagma preposicionado (Rua 23 de Maio e Avenida 23 de Maio). Ao mudar a nomeação de Rua 19 para Rua 23 de Maio, não se mantém a mesma estrutura morfossintática do nome, no primeiro caso tem somente “número”, e no segundo passa ter “Numeral seguido de um Sintagma Preposicionado”. Quanto à renomeação, Avenida 23 de Maio, não há mudança na estrutura morfossintática, antes Rua 23 de Maio, e agora Avenida 23 de Maio mantém-se a mesma estrutura, “Numeral seguido de um Sintagma”, no entanto o que se altera é o identificador do logradouro.

As análises que tomaram especificamente o objeto que se colocou como central nessa pesquisa, o nome Rabo da Gata, nos guiaram a uma compreensão das designações do nome, enquanto nome de rua. Em um primeiro momento a noção do termo rua apresentada em Nunes (2001) nos propôs uma reflexão sobre o espaço da rua. Nessa direção, foi possível estabelecer sentidos – designações – que significam o espaço da rua. Nessa tomada de perspectiva consideramos que o espaço onde se localiza a Rua Rabo da Gata, em seu percurso histórico, apresenta deslocamentos semânticos, para isso levamos em consideração recortes específicos, que foram capazes de em uma relação integrativa, dizer que os sentidos da rua são moventes.

Nesse percurso, o lugar do Rabo da Gata, apresenta-se designado diferentemente. O espaço da Rua Rabo da Gata constitui-se de múltiplos efeitos, como um espaço de chegada, de espera, de encontro, como lugar central, lugar de festas, de vadiagem, de prostituição, de

lugar de circulação, que aos poucos também se dá enquanto lugar de conflitos, de desordem, e por hora “lugar esquecido”. Há um leque de significações que designam o lugar Rua Rabo da Gata. Para Nunes, a palavra atrai e distribui sentidos, compreendemos que são designações não são só para o espaço, mas para aqueles que lá moram. Embora tenha sido possível ver sentidos em extremos quanto ao lugar e ao nome, percebemos que a nomeação Rabo da Gata insiste e permanece designando esse lugar.

Ao considerar o movimento duplo das palavras de captar e distribuir os dizeres, compreendemos, a partir dos recortes, a transição da rua, os sentidos representados colocam a rua como lugar de conflito de sujeitos, de um lado o morador, habitante da rua, cidadão que exige melhor infraestrutura e de outro a administração pública que justifica e procura cumprir seu papel junto aos cidadãos. São sentidos que indicam movimentos desses sujeitos e do próprio espaço público.

Outro aspecto que é central nesses olhares é que mesmo com o processo de nomeações oficiais que se deram em épocas diferentes há um embate entre o discurso jurídico que nomeou administrativamente e o discurso do cotidiano que também nomeou. A nomeação do cotidiano permanece designando o espaço desde sempre.

Nessa direção, abordamos o funcionamento do adjetivo em um tipo específico de articulação. O conceito de articulação por incidência, “na articulação por incidência o acontecimento especifica uma operação pela qual o Locutor relaciona sua enunciação com o enunciado”. (GUIMARÃES, 2009). Apontamos esse olhar sobre as formações nominais no seu funcionamento enunciativo, indicando que o papel semântico do adjetivo vai muito além de um determinador circunstancial.

Assim, enunciar antigo “Rabo da Gata” e antiga rua “Rabo da Gata” é marcar enunciativamente uma resistência à mudança no nome da rua, que instaurou-se na oficialização do nome como Rua 23 de maio. Assim, dizer antigo “Rabo da Gata”, antiga rua “Rabo da Gata” e “local conhecido antigamente como Rabo da Gata” em (15) é efetivamente reconhecer e resistir a essa mudança.

A falta de documentos comprobatórios quanto à questão da temporalidade do ato de nomeação do espaço por Rabo da Gata sugere duas hipóteses sobre esse fato: a) a nomeação recorta como memorável do locutor-pioneiro outra enunciação de nome de espaço público em cidades brasileiras ou b) podemos dizer que a nomeação se dá enquanto uma característica que se vê contida nele.

Ao considerarmos o item **a**, como memorável da enunciação, levamos em consideração a diversidade de origem das famílias pioneiras de Araputanga, o percurso nos

direcionou a observar, especificamente, se havia famílias nordestinas, o que constatamos. Nessa direção, verificamos que na região nordeste do país em algumas cidades como Lago da Pedra (MA), Assunção e Serra Branca (PA), Macapá (AM), Caicó (RN) possuem ruas e bairros identificados pelo nome Rabo da Gata, fato que nos leva a inferir que a nomeação Rabo da Gata em Araputanga-MT, recorta como memorável outras enunciações que nomearam ruas ou bairros em cidades nordestinas, além desse fato, outro aspecto importante é que, o nome Rabo da Gata é usado, como no Estado da Paraíba, na acepção de ponta de rua ou final de uma rua suburbana. Nesse sentido, o nome Rabo da Gata, recorta o memorável desses sentidos, uma vez que o espaço em questão era uma ponta de rua, hoje, pela reorganização e crescimento da cidade, é identificada como final da rua.

Reportar ao item b) é compreender que nomeação se deu enquanto característica do lugar, uma vez que o traçado da rua é curvilíneo no final, e pode-se dizer que é a partir dessa característica geográfica do espaço, lembrar um rabo de gato (a), é que se dá a nomeação, o acontecimento recorta como memorável o próprio espaço, ou seja, uma característica dele.

Quanto ao funcionamento enunciativo afirmamos que a nomeação parte da característica geográfica do lugar, que por sua vez faz rememorar outros lugares, enquanto referência, o nome é resultado desses dois aspectos. Rabo da Gata é um nome que persiste e se mantém frente às renomeações oficializadas e legitimadas pelo discurso do Estado.

A incidência do nome se dá pela relação de que quando alguém fala da rua, embora de lugares sociais diferentes e mesmo reportando aos nomes oficiais, é levado a dizer a nomeação não oficial e marcar que tal espaço é nomeado também por Rabo da Gata, nessa direção, enunciar o nome Rabo da Gata é rememorar o passado da rua e da cidade, é significar o antes (passado) das condições atuais, em que a cidade se estabeleceu e nomeou, diferentemente, pelo discurso da administração, seus espaços e vias.

Compreendemos, pelas análises, que o funcionamento semântico do nome foi um modo de analisar a relação entre rua e cidade. Os efeitos de sentido constitutivos do nome da rua também são efeitos constitutivos de Araputanga. A tessitura semântica que envolve as designações do nome Rabo da Gata, embora se deem simbolicamente em opostos semânticos, ora positivo, ora negativo, projetam sentidos para a rua e para a cidade.

O funcionamento do nome tem efeitos de sentido que são moventes. Assim, observamos, pelos recortes selecionados, que ao enunciar o nome se colocam efeitos de sentido. Há efeitos de silenciá-lo pelo lugar social da administração, há efeitos de resistência à mudança do nome pelo lugar social do pioneiro, do jornalista, do biólogo, há efeitos da marca de origem, de lugar de festas e reuniões a lugar de prostituição e vadiagem, de lugar central a

lugar esquecido. Embora os efeitos se coloquem opostos, o nome diz da rua, significa a rua antes (passado) e a significa atualmente, os efeitos de sentido se colocam moventes por haver a mudança do lugar social que enuncia o nome, enunciar é um acontecimento construído pelo simbólico.

O processo de nomeação não é algo que se dá aleatoriamente, o sujeito que nomeia está agenciado a enunciar de uma forma e não de outra, sendo que essas nomeações funcionam a partir de um memorável de enunciações já ditas, o nome **Rabo da Gata é o lugar**, o nome é constitutivo desses efeitos designativos que continuamente apresentam o bailar semântico para o espaço da rua e também da origem da cidade. A mudança do lugar social do dizer que enuncia o nome **Rabo da Gata** dá um sentido diferente, a designação muda de sentido quando muda quem fala. O lugar do qual se enuncia é parte daquilo que significa.

Enunciar *Rabo da Gata*, *antigo Rabo da Gata*, *antiga rua Rabo da Gata* é marcar a resistência à mudança do nome, mesmo que o nome oficial tenha como memorável a data (23 de maio) que marca a histórica local. Nesta medida, a permanência do nome não oficial se dá como resistência às nomeações oficializadas, e ao considerarmos tal fato, compreendemos que é um modo de analisar a relação entre o passado da rua e da cidade e de suas condições atuais.

Esta resistência é um "índice" do passado da rua e da cidade, portanto dos sentidos constitutivos da cidade e da rua, os efeitos de sentido instalam-se igualmente para ambas. No início era a rua. A rua é o início da cidade. Dizer da rua levou-nos a dizer da cidade e isso se colocou como um aspecto central para a compreensão do funcionamento do nome **Rabo da Gata**.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBUQUERQUE JR, Durval Muniz de. **História: a arte de inventar o passado**. Ensaios de teoria da história. Bauru, SP: Edusc, 2007. (Coleção História)
- BARIN, Nilsa Teresinha Reichert. **A palavra e sua possível representação pragmática na Teoria da Relevância**. In: DELLA MÉA, Célia H. P.; BORTOLUZZI, Valeria Iensen (orgs). **A palavra e suas representações**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2011.
- BARROS, José D'Assunção. **As Ciências Sociais e os modelos de cidade**. In: *Arquiteturarevista*, vol. 7, N. 1, p. 21-3322. Acesso em 13/01/2015.
- BARTHES, Roland. **Semiologia e urbanismo**. In: BARTHES, Roland. **A aventura semiológica**. Trad. Maria de Santa Cruz. Lisboa: Edições 70, 1987. p. 110-157.
- BRÉAL, Michel. **Ensaio de semântica: ciência das significações**. São Paulo: Pontes, 1992.
- BRESCIANE, Maria Stella. **Cidade e história**. In *CIDADE: história e desafios* / Lúcia Lippi Oliveira, organizadora. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 2002. 295 p.
- BRITO, Fausto. SOARES, Marcy R. Martins. FREITAS, Ana Paula G. de. **Os dilemas da dicotomia rural-urbano: algumas reflexões**. 2004. Disponível em: <ideas.repec.org/h/cdp/diam04/200477.html>. Acesso em: 27/07/2015.
- CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. São Paulo: Editora Ática S.A., 1989. Disponível em <http://www.scavone.adv.br/lotejamento-loteamento-fechado-e-loteamento-irregular.html>.: Acesso em 22 de novembro 2015.
- DIAS, L. F. **Gramática e discurso no ensino do português: novos desafios na formação do professor de língua materna**. *Revista Brasileira de Letras*, São Carlos, v. 1, n. 1, p. 2530,1999.
- _____. **O adjetivo na formação nominal: uma abordagem enunciativa**. *Revista Web Discursividade*. Edição n° 09 - Janeiro/2012 - Maio/2012 - ISSN - 1983-6740. Disponível em: www.discursividade.cepad.net.br. Acesso em 10/05/2015.
- FERRARA, Lucrécia D'aleccio. **Leitura Sem Palavras**. Série Princípios. Ática. 5ª Ed. 2007.
- FERREIRA, José Carlos Vicente. **Mato Grosso e seus municípios**. Cuiabá: Secretaria de Estado de Cultura, 1997.
- GIMENES MORALIS, Edileusa. **Enunciação e representação: na conjuntura das Diretas Já!** Tese de doutorado. IEL, UNICAMP, Campinas, 2008.
- GIMENES, Geiza da Silva. **A invenção de Rondonópolis: as discontinuidades do discurso historiográfico**. Dissertação de Mestrado. Três Lagoas. UFMS, 2007.
- GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. **A lenda do ouro verde: política de colonização de terras no Brasil contemporâneo**. Cuiabá: Unicen, 2002.

GUIMARÃES, Eduardo. **Terra de Vera Cruz, Brasil**. In: Cultura Vozes. n. 4, julho/agosto, 1992.

_____. **Em torno de um nome próprio de cidade. Sobre a produção dos sentidos de uma origem**. In: Caderno de Estudos Linguísticos. Campinas, 53(2): 137-147, Jul/Dez. 2011.

_____. (1989). **Enunciação e história**. In: GUIMARÃES, E. (Org.). História e sentido na linguagem Campinas: Pontes, p.71-79.

_____. **Independência e morte**. In: ORLANDI, Eni Puccinelli. (Org.). Discurso Fundador. Pontes. Campinas, 1993.

_____. **Análise de Texto. Procedimentos, Análises, Ensino**. Campinas, Editora, RG, 2011.

_____. **Os limites do sentido: um estudo histórico e enunciativo da linguagem**. Campinas, SP: Pontes, 2002.

_____. **Semântica do acontecimento: um estudo enunciativo da designação**/ Eduardo Guimarães. Campinas, SP: Pontes, 2002.

_____. **A Enumeração Funcionamento Enunciativo e Sentido**. Disponível em Cad. Est. Ling., Campinas, 51(1): 49-68, Jan./Jun. 2009. Acesso 12/01/2016.

HEINST, Andréia de Cássia. **Pioneiros do século XX: memórias e relatos sobre a ocupação da cidade de Mirassol D'Oeste**. 2003. 170 f. Dissertação. (Mestrado em História) Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2003.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **N/o limiar da cidade**. In: RUA: Revista do núcleo de desenvolvimento da criatividade da UNICAMPI – NUDECRI. Campinas, SP, número especial, julho 1999.

_____. **A fundação de um Estado: cidade de São Salvador, Brasil**. In: Cadernos de Estudos Linguísticos. Instituto de Estudos da Linguagem. UNICAMP, Campinas, SP, n. 53(2), 2011.

_____. **As formas do silêncio: no movimento dos sentidos**. 3. ed. Campinas: Ed. Unicamp, 1995.

_____. **Cidade dos sentidos**. Campinas, SP: Pontes, 2004.

_____. **Discurso, espaço, memória – caminhos da identidade no Sul de Minas**. Campinas, Editora RG, 2011.

_____. (org) **Cidade Atravessada: os sentidos públicos no espaço**. Campinas, SP: Pontes, 2001.

KARIM, T. M. **Dos nomes à história. O processo constitutivo de um estado: Mato Grosso**. 2012. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem,

Universidade Estadual de Campinas.

LEITE, Julieta. **A cidade como escrita: o aporte da Comunicação na leitura do espaço urbano**. Arqutextos - texto especial 342. Disponível em Portal Vitruvius, São Paulo, dez. 2005. Acesso em 24/06/2015.

LENHARO, Alcir. **A terra para quem nela trabalha: a especulação com a terra no oeste brasileiro nos anos 50**. Revista brasileira de História, São Paulo, v. 6, n.12,1986. p. 32 – 57.

LYNCH, K. 1994. **A imagem da cidade**. São Paulo, Martins Fontes, 227 p.

MORENO, Gislaene. O processo histórico de acesso à terra em Mato Grosso. In: **Geosul**, Florianópolis. V.14, n. 27, p. 67-90. 1999.

MORENO, G.; HIGA, T. C. S. (Org.). **Geografia de Mato Grosso: território, sociedade, ambiente**. Cuiabá: Entrelinhas, 2005.

MUNFORD, Lewis. **A Cidade na História: suas origens transformações e perspectivas**.4ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

NORMAND, Claudine. **Convite à linguística**. São Paulo: Contexto, 2009.

NUNES, J. H. **O espaço urbano: a “rua” e o sentido público**. In: ORLANDI, E. P. (Org.). Cidade atravessada: os sentidos públicos no espaço urbano. Campinas, SP: Pontes, 2001.

PARK, E. 1925.**The city: suggestions for the investigation of human behaviour in the urban environment**. In: E.W. BURGESS; E. PARK; R.D. McKENZIE, *The City*. Chicago, University of Chicago Press, p. 1-46.

PEREIRA, Margareth da Silva. **A reconquista das ruas**. O desafio urgente das cidades brasileiras. In: Conquistar a rua! Compartilhar sem dividir / Organização de Andres Borthagaray. – São Paulo: Romano Guerra, 2010. 160p.:il.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História, memória e centralidade urbana**. In Rev. Mosaico, v.1, n.1, p.3-12, jan./jun., 2008.

_____. **Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias**. In: Rev. Bras. Hist. vol.27 no. 53 São Paulo Jan./June 2007.

RANCIÈRE, J. **Os nomes da história: um ensaio da poética do saber**. Trad. Eduardo Guimarães, Eni Orlandi. São Paulo: EDUC/Pontes, 1994.

REBELO DA SILVA, Larissa Kashina. **A migração dos trabalhadores gaúchos para a Amazônia Legal (1970-1985)**. II - A política de ocupação das fronteiras amazônicas. Disponível em <http://www.klepsidra.net/klepsidra24/agro-rs2.htm>. Acesso em 20/05/2015.

RICCA JUNIOR, Jorge. **Anhangabaú: construção e memória**. Dissertação de Mestrado. São Paulo: FAU – USP, 2003.

_____. **O corpo e o texto da cidade**. Ide (São Paulo) [online]. 2009, vol.32, n.48, pp. 118-

129. ISSN 0101-3106. Acesso em 10/04/2015.

ROLNIK, Raquel. **O que é Cidade**. 3ª ed. São Paulo: Brasiliense, 2004. Ed. Coleção Primeiros Passos.

SANCHO, Karla Amorim. **Cenas da Enunciação e Ethos em narrativas sobre a expedição Roncador-Xingu: uma análise discursiva**. Tese de Mestrado. UFMT. 2014.

SANTAELLA, Lúcia. **O que é semiótica**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2007.

SATO, Elizabeth Eiko Nakagi. **Araputanga uma História de 43 anos**. In Revista Informativa Espaço Acadêmico da Faculdade Católica Rainha da Paz. Araputanga: 2006, ano III, n. 8, p.12-13.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de linguística geral**. 19. ed. São Paulo: Cultrix. 1996.

SCAVONE JÚNIOR, Luiz Antonio. **Loteamento fechado e loteamento irregular**.

SILVA, João Batista Teófilo. **Cidade: espaço de escrita, espaço de leitura. A construção social dos monumentos**. In Revista Historiar, Vol. 05, N. 08, Ano 2013. p. 67-75.

SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. **História de Mato Grosso: Da ancestralidade aos dias atuais**. Cuiabá: Entrelinhas, 2002

SPÓSITO, Maria Encarnação B. **Capitalismo e Urbanização**. 4ª Edição. São Paulo: Editora Contexto, 1991.

TOPALOV, Christian. **“A cidade através de suas palavras”**. In BRESCIANI, Maria Stella. (org). As palavras da cidade. Porto Alegre, Editora Universitária UFRS, 2001.

XAVIER, Joana Darcy. **História e memória de Araputanga**. 1999. Monografia (Ciências Sociais) Universidade do Estado de Mato Grosso, Cáceres, 1999.

ZATTAR, Neuza. **Os sentidos de liberdade do escravo nos acontecimentos de linguagem**. In: Fronteira: memória e linguagem. Campinas, SP: Pontes; Cáceres, MT: Unemat Editora, 2001.